



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANA LUIZA DA ROCHA LIMA

Que gigante acordou?

Uma análise da participação nas manifestações de junho de 2013 dentro da dinâmica das crises mundiais

JUIZ DE FORA

2019



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Que gigante acordou?

Uma análise da participação nas manifestações de junho de 2013 dentro da dinâmica das crises mundiais

Ana Luiza da Rocha Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Rocha Lima, Ana Luiza .

Que gigante acordou? : Uma análise da participação nas manifestações de junho de 2013 dentro da dinâmica das crises mundiais / Ana Luiza da Rocha Lima. -- 2019.

100 f.

Orientador: Felipe Maia Guimarães da Silva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Crise;. 2. Democracia;. 3. Protestos;. 4. Junho de 2013;. 5. Participação.. I. Maia Guimarães da Silva, Felipe , orient. II. Título.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANA LUIZA DA ROCHA LIMA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais

Aprovada em: ___ / ___ / ___

Professor Doutor Felipe Maia Guimarães da Silva
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professor Doutor Raul Francisco Magalhães
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Doutora Alessandra Maia Terra de Faria
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

JUIZ DE FORA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha avó, por ter sido meu pai, mãe, avô e avó por todo esse tempo, e a você, Victor Villani, por ter apoiado meus sonhos e por me ter permitido realizá-los – sem sua força e constância, nada disso teria sido possível. Agradeço às minhas professoras e amigas Letícia Paiva Delgado, por ter me motivado e me auxiliado a chegar até o mestrado e ser uma constante fonte de inspiração, e à querida Laura Dutra, pelo ombro amigo, o ouvido paciente e o coração enorme, pronta a sempre ajudar. Obrigada.

Agradeço às minhas amigas do mestrado, em especial a Ana Livia Castanheira e a Mariana Cardozo, irmãs que a vida me deu, parceiras a qualquer momento. Obrigada por dividir os bons e, principalmente, os maus momentos. Agradeço a paciência e o bom humor do meu orientador Felipe Maia e a sua disposição de ouvir e ensinar. Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Não cabem aqui todas as pessoas a quem devo agradecer, mas espero que saibam da minha profunda gratidão por, de alguma forma, terem influenciado e ajudado durante o processo de pesquisa e escrita deste trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora por todo suporte e estrutura, e à financiadora do projeto, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar, especialmente sob a ótica da representação e da legitimidade, as crises que têm acometido as democracias contemporâneas, as quais têm sido contestadas por meio dos protestos que eclodiram pelo mundo e no Brasil, como foi visto nas manifestações de junho de 2013. A partir do estudo desses protestos, inclusive das características comuns que os ligam entre si, os aspectos da ação direta e das novas experiências de ativismo e participação saltam como um dos elementos mais autênticos e destacados dos processos de mobilização, demonstrando que o potencial democrático das ruas transborda as instituições e as desafia por meio da ação. Tendo em vista a crise de representação, de um lado, e o fortalecimento do potencial popular, de outro, é preciso destacar que, no Brasil, em particular, todos os processos políticos e econômicos, bem como sua cultura particular, fizeram com que, a partir da crise deflagrada pelas manifestações de junho de 2013, ascendessem forças conservadoras e liberais que, em prol de projetos próprios, podem ter reforçado o espírito crítico, já existente desde junho, do combate à corrupção, da desconfiança das instituições e do antipetismo. Assim, este trabalho é um esforço de interpretar umas das muitas facetas de um fenômeno político, econômico e social que ocorre no mundo e no Brasil, tendo um grande papel na crise do país, mas também na sua emancipação por meio de um processo contraditório que inaugura tanto formas inéditas de ativismo quanto métodos múltiplos e singulares de interpretação.

Palavras-Chave: Crise; Democracia; Protestos; Junho de 2013; Participação.

ABSTRACT

The present work aims to analyze, especially from the perspective of representation and legitimacy, the crises that have affected contemporary democracies, which have been challenged through the protests that broke out across the world and in Brazil, as was seen in the demonstrations of June 2013. From the study of these protests, including the common characteristics that connect them, the aspects of direct action and the new experiences of activism and participation jump as one of the most authentic and outstanding elements of the mobilization processes, demonstrating that the democratic potential of the streets overflow the institutions and challenge them through action. Bearing in mind the crisis of representation, on the one hand, and the strengthening of popular potential, on the other, it is necessary to highlight that, in Brazil, in particular, all the political and economic processes, as well as their particular culture, have caused, from the crisis triggered by the demonstrations of June 2013, the rise of conservative and liberal forces which, in favor of their own projects, may have reinforced the critical spirit, which has existed since June, of combating corruption, distrust of institutions and *antipetismo* (the opposition to the Brazilian Workers' Party, the Partido dos Trabalhadores [PT]). Thus, this work is an effort to interpret one of the many facets of a political, economic, and social phenomenon that occurs in the world and in Brazil, having a great role in the country's crisis, but also in its emancipation through a contradictory process that inaugurates both unprecedented forms of activism and multiple and singular methods of interpretation.

Keywords: Crisis; Democracy; Protests; June 2013; Participation.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Idade dos manifestantes | 19 |
| Tabela 2 – Escolaridade dos manifestantes | 20 |
| Tabela 3 – Renda familiar mensal dos manifestantes | 21 |
| Tabela 4 – Perfil dos entrevistados | 22 |
| Tabela 5 – Mudança de estratificação familiar entre 2002 e 2005 | 71 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 | AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 | 12 |
| 1.1 | Um resumo | 12 |
| 1.2 | As interpretações e os sujeitos presentes em junho de 2013 | 18 |
| 1.3 | Os protestos no Brasil e no mundo | 24 |
| 1.4 | Conclusão | 36 |
| 2 | JUNHO DE 2013 E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO | 38 |
| 2.1 | Os limites da participação institucional | 40 |
| 2.2 | Transbordamento societário | 46 |
| 2.3 | Conclusão | 55 |
| 3 | A CRISE DA DEMOCRACIA (?) | 58 |
| 3.1 | A crise no mundo | 60 |
| 3.2 | A crise no Brasil | 66 |
| 3.3 | Ódio ao PT ou ódio à democracia? | 76 |
| 3.4 | Presidencialismo de coalizão, corrupção e ascensão da direita. Onde o gigante foi parar? | 80 |
| 3.5 | Conclusão | 86 |
| | CONCLUSÃO | 91 |
| | REFERÊNCIAS | 96 |

INTRODUÇÃO

Os protestos que explodiram pelo mundo surpreenderam a todos e demonstraram sua força e alcance através de formas de atuação inéditas e novos instrumentos de ativismo. Esse tipo de manifestação ocorreu em diversos países e regiões, inclusive no Brasil. O fundamento desses protestos é uma crise que tem afetado as democracias modernas, crise essa evidenciada pelo colapso econômico de 2008 nos Estados Unidos, no que diz respeito ao mundo ocidental, e pela contestação das ditaduras no mundo árabe. Este trabalho busca analisar essa crise através da literatura mais atual sobre o tema e compreender o processo que levou a recessão econômica à tensão política e à consequente contestação da legitimidade e da representação refletida nos protestos que ocorreram no mundo, no geral, e no Brasil, em particular.

Esses protestos apresentaram características novas e singulares que levaram a processos de participação e atuação popular experimentais, modificando a forma como o ativismo era concebido e alterando a cultura política através de uma experiência social rica e inédita. Analiso esse processo como uma das grandes heranças legadas pelos protestos, ao permitir, através da contestação dos poderes políticos representativos, uma forma alternativa de atuação que teve de descobrir maneiras criativas de pensar a política e os valores que regem a própria sociedade, em busca de qualidade de vida e de direitos que tenham as pessoas como prioridade em detrimento de uma forma de vida comodificada. O Brasil refletiu essa tendência, além de reforçar a negação da institucionalidade através de sua profunda crítica à corrupção e aos desvios do poder público. Essa distância é acentuada pela possível limitação da potencialidade de canais participativos formais, reforçando a tendência da crítica institucional ao mesmo tempo que a legitimidade das ruas e a busca por um novo projeto de política são fortalecidas.

Defendo que a interpretação de junho de 2013 deve considerar sua natureza contraditória e múltipla e que também deve ser entendido como um processo experimental cujos resultados são multifocais e não se encerram nos seus efeitos imediatos; além disso, não pode ser julgado conforme uma perspectiva de sucesso ou fracasso pela concretização ou não de suas demandas, mas como processo que busca um modo de vida mais equânime, por meio das mudanças de valores promovidas por seus cidadãos, e por uma democracia mais substantiva e profunda, através da participação popular, permitida por formas criativas de atuação em paralelo com o Estado.

Parto do pressuposto da importância dos protestos enquanto momento de mudança e encerramento de ciclos como o da redemocratização, da era petista no poder, da hegemonia desse mesmo partido sobre os movimentos sociais e das próprias formas de participação e de mobilização tradicionais. Por outro lado, acredito que as experiências de participação e de deliberação foram uma das principais heranças sociais dos protestos, a partir de um fortalecimento da cultura política e do potencial democrático. Investigo, portanto, as direções que essa indignação difusa das ruas pode ter assumido na falta de canais que conseguissem absorver essa nova concepção e as forças que atuam através desse impulso popular em prol de seus próprios interesses. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar a crise que as democracias contemporâneas vivem e que tomou forma por meio de protestos mundiais que contestavam a legitimidade do poder público e que, no Brasil, levou ao fortalecimento da participação e da atuação democrática popular, mas que também foi atraído por forças conservadoras e liberais que souberam ler o espírito de junho de 2013 e reunir a indignação difusa sob um aspecto comum do furor coletivo: o combate à corrupção e o antipetismo.

No primeiro capítulo, analiso de forma mais detida as manifestações de junho de 2013, investigando sua gênese, a sucessão de acontecimentos e suas características. Em seguida, passo ao estudo dos protestos mundiais, optando por um número limitado de manifestações, escolhidas conforme sua temporalidade, visibilidade e importância, para determinar um conjunto de padrões que atravessaram as mobilizações no globo.

A partir dessas características, no segundo capítulo procedo à investigação de um dos seus aspectos mais notáveis: o experimento de formas alternativas de ativismo e de participação, analisando o processo enquanto uma experimentação que possui significativos efeitos sociais e culturais. No Brasil, em particular, analiso o potencial democrático e inclusivo dessa experimentação, na busca por canais alternativos de participação e atuação política.

Por fim, no capítulo três, passo à investigação da crise que assola as democracias modernas, bem como sua possível gênese, analisando a relação entre capitalismo globalizado, democracia e sociedade e as tensões irremediáveis que daí são geradas. A partir da noção de capitalismo enquanto um sistema que engloba mais do que apenas a esfera econômica, mas enquanto instituição social, procedo a uma perspectiva de crise de legitimidade como um problema na integração dos diversos subsistemas, como a vida política e social, permitindo, assim, que uma crise em uma das esferas permita o surgimento de outra em uma esfera distinta. A partir dessa concepção alargada de capitalismo e crise de legitimidade, prossigo analisando a crise da democracia no plano mundial e, em particular, no Brasil, investigando suas causas e

sua ligação com os protestos de junho de 2013 a partir de uma análise do contexto econômico e político. Finalmente, analiso a direção que este potencial democrático e difuso das ruas tomou a partir da contestação dos poderes políticos, em geral, e do PT, em particular, levando-se em conta o desejo de expressão, de atuação e de novos projetos políticos que podem ter sido corretamente interpretados e mobilizados por forças liberais e conservadoras.

1 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

1.1 Um resumo

Antes de falar sobre os protestos propriamente ditos, é preciso apresentar um pouco dos contextos político e econômico que os antecederam. O governo Dilma Rousseff (2011 – 2016) herdou do lulismo todo um legado de ganho social e de desenvolvimento econômico, assim como parte da aprovação de que seu antecessor gozava – Luiz Inácio Lula da Silva termina seu mandato com 87% de aprovação¹, e Dilma termina seu primeiro com 59% de aprovação² –, lembrando que 2011 é justamente o início de outra crise, dessa vez com protagonismo da Europa, atingindo países como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, que possuíam dívidas gigantescas com bancos privados e cujo resultado em caso de não pagamento seria um efeito dominó, com a quebra de diversas instituições bancárias. Obviamente, a crise teve efeitos mundiais, gerando retração e políticas de austeridade mundo afora, mas o Brasil, a exemplo do que havia feito em 2008, mantém a política de crescimento através do intervencionismo estatal que buscava aliar desenvolvimento industrial e investimento em políticas sociais, mantendo o pacto lulista e, em tese, buscando o seu aprofundamento. Durante o trabalho, realizarei análises mais profundas sobre o período que antecede as manifestações, as políticas econômicas e o ambiente político, mas, por ora, basta saber que, ao menos aparentemente, apesar da crise mundial, tinha-se uma noção de progresso contínuo graças aos anos precedentes em que o Brasil foi beneficiado pelo quadro internacional de política econômica globalizada da China e do *boom das commodities*.

Para além da análise sobre o sucesso ou o fracasso da nova política econômica de Dilma, o ano de 2013 começaria a mostrar os índices iniciais de inflação e baixo crescimento, mas esses efeitos ainda não eram suficientemente graves para justificar o tamanho e alcance das manifestações de junho. Muito se discute sobre a conjuntura nacional e o que teria impulsionado os atos naquele ano, e o MPL (Movimento Passe Livre) demonstrou ser um importante elemento para o entendimento desse fenômeno, bem como de sua gênese. Ao contrário do que se possa pensar, os protestos não foram repentinos nem surgiram do nada; manifestações envolvendo

¹Ver <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em 19/12/2018.

² Ver <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acesso em 19/12/2018.

pautas de transporte público eram recorrentes no Brasil, pelo menos desde o início dos anos 2000. O MPL é um movimento que se autoproclama social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um “transporte público de verdade”, gratuito para o conjunto da população e fora do alcance da iniciativa privada.³ Ainda segundo o próprio movimento, seu trabalho teria começado em Salvador, no ano de 2003, no que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”, quando estudantes de escolas públicas fecharam várias ruas em prol da redução da tarifa do transporte que havia subido de R\$1,30 para R\$1,50 naquele ano. Os protestos duraram dez dias e, como possuíam uma natureza descentralizada e sem lideranças visíveis, a UNE foi chamada para negociar com o prefeito Antônio Imbassahy, que acatou diversas reivindicações, exceto a que envolvia o aumento da tarifa do transporte público; logo após esse ocorrido, os manifestantes se desmobilizaram. No ano seguinte, um documentário sobre Salvador foi exibido em Florianópolis, material esse em que os manifestantes se basearam para estruturar seus protestos e obstruir terminais, pontes e ruas em prol da redução da tarifa de transporte público que, neste caso, foi bem-sucedida. O MPL teria tomado forma definitiva em 2005, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, onde militantes de todo o país se reuniram e criaram uma federação em que seus colegas seguiriam os mesmos princípios, mas de maneira autônoma e sem lideranças centrais.

Como já foi dito, a luta pela mobilidade urbana é antiga e marcou os anos 2000. Especificamente, em Porto Alegre, há uma movimentação em torno desse assunto e quanto à mercantilização do espaço urbano da cidade, apontando para a gênese das mobilizações lideradas pelo MPL em junho; a luta pela mobilidade urbana marcou o ano de 2011 na capital. José Fogaça (PMDB) fora eleito prefeito em 2004 e reeleito em 2008, mas renunciou à sua posição em prol de seu vice, José Fortunatti (PDT), em 2010, para concorrer ao governo do Estado. Essa aliança foi marcada por uma política de entrega do planejamento urbano às empreiteiras; livre especulação das imobiliárias; intensificação do policiamento e instituição de projetos que visavam a higienização social do espaço urbano; estabelecimento de parcerias público-privadas que objetivavam exclusivamente o lucro; mobilidade urbana focada no automóvel individual, enquanto os ônibus eram relegados à máfia dos transportes; e, como em outras cidades, o resultado foi a estratificação e o desequilíbrio do espaço público.

Em 2011, iniciaram-se as conversas sobre a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as melhorias necessárias, como é o caso do transporte público e da infraestrutura da cidade. No entanto, o que se segue é uma proposta de transformar o Largo Glênio Peres – praça histórica

³ Ver <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em 19/12/2018.

localizada em frente ao Mercado Público – em estacionamento e, assim, qualificar o público que ali frequentava – lembrando que o largo era habitado por todo tipo de gente, desde pregadores evangélicos, camelôs, até artistas de rua. Em resposta, ativistas passam a ocupar o espaço em ações marcadas para as terças-feiras, que incluíam atividades artísticas, além de bebida e comida – no que ficou conhecido como “Largo Vivo” –, numa clara tentativa de chamar atenção ao projeto elitista da prefeitura. Esse projeto também incluiu uma guerra silenciosa contra a juventude e tribos minoritárias que frequentavam bairros boêmios como a Cidade Baixa e os bares na rua José do Patrocínio, onde pontos de encontro específicos de pequenos proprietários foram fechados em prol de estabelecimentos padronizados.

No final de 2012, a disputa silenciosa em torno do Largo Glênio Peres tem outra virada, quando a prefeitura decide erguer um grande Fuleco⁴ no meio da praça. É, então, organizado um protesto no mesmo dia, que acabou sendo reprimido pelo batalhão de choque com apoio da mídia corporativa. Diante disso, as ocupações do Largo Vivo tomam outras formas e ganham maiores dimensões, contando com uma diversidade cada vez maior de participantes. A prefeitura finalmente desiste de reerguer o mascote e de realizar o projeto do estacionamento, naquela que ficou conhecida como uma das maiores – e primeiras – vitórias conquistadas pelas pessoas contra a prefeitura e seus projetos gentrificantes.

Março de 2013 marca novo aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre, de R\$2,85 para R\$3,05; nesse momento, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público⁵ conseguiu articular a juventude de esquerda (PSOL, PSTU, PCB, PCR, PT etc.), organizações anarquistas, frentes autônomas, coletivos diversos, DAs de lutas (Diretórios Acadêmicos de algumas universidades) e indivíduos não organizados em marchas que lutavam contra o aumento. Aquele ano também marcou outras ocupações como o *Ocupa Árvore*, que visava impedir a duplicação da rua da Usina do Gasômetro, o que geraria o corte de mais de 115 árvores e acabaria por provocar o aumento do fluxo de carros. Depois de 43 dias de acampamento, a tropa de choque invade o local e prende diversos manifestantes (sem nenhum motivo, deve-se ressaltar). A partir de então, o clima político de Porto Alegre reflete o país, com manifestações em prol da mobilidade urbana, mas também em prol de pautas diversas como saúde e educação.

⁴ Tatu-bola mascote da Copa do Mundo Fifa 2014.

⁵ Segundo sua própria Página do Facebook “O Bloco de Luta por um Transporte Público é composto por diversas organizações unidas pela luta contra o aumento da passagem e por um transporte coletivo público e popular de qualidade em Porto Alegre/RS”. Ver <https://www.facebook.com/pg/BlocodeLutapeloTransportePublico/about/?ref=page_internal>. Acesso em 19/12/2018.

Focos de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus ocorriam por todo o Brasil⁶: em 30 de março, diversos jovens foram protestar em Manaus contra o aumento de R\$0,25 (a passagem foi de R\$2,75 para R\$3,00); durante o mês de maio, protestos eclodem em Goiânia e em São Paulo contra o aumento da tarifa (que em Goiânia foi de R\$2,70 para R\$3,00 e em São Paulo de R\$3,00 para R\$3,20). Ainda nesse mês, outras capitais reajustaram as tarifas do transporte coletivo. Foram elas: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória. O aumento variava entre R\$0,20 e R\$0,30, com exceção de São Luís e Rio Branco, cujos aumentos ultrapassavam essa média, com acréscimos de R\$0,40 e R\$0,50, respectivamente⁷.

Voltando às manifestações em São Paulo, o primeiro ato do MPL, em junho de 2013, que teria, portanto, iniciado o ciclo de protestos ocorreu em **6 de junho** e foi planejado por meses; envolveu a interdição da Avenida 23 de Maio por catracas de madeira e de papelão apoiadas em pneus em chamas e reuniu cinco mil manifestantes descendo a via que liga o centro à zona sul de São Paulo. O motivo da manifestação era o aumento da tarifa, que subiria de R\$3,00 para R\$3,20. O MPL já tinha conhecimento do aumento da tarifa, já anunciada pelo então prefeito Fernando Haddad, ainda em campanha, e isso deu tempo para que o movimento se organizasse, traçando estratégias para reunir o maior número de pessoas possíveis na rua. Os manifestantes foram perseguidos pelos policiais desde a Avenida 23 de Maio até a Avenida Paulista, e havia grande movimentação de efetivo para lidar com os protestantes. O MPL já marcava um novo protesto para o dia seguinte no Largo da Batata, seguindo uma ideia de protesto mais intenso e concentrado, nos moldes do que já acontecera em Florianópolis.

No dia **7 de junho**, o protesto iniciou-se no Largo da Batata e, devido ao grande número de manifestantes, foi decidido que seguiria para a Marginal Pinheiros, pois a experiência já lhes havia ensinado que os protestos eram mais efetivos quando ocupavam vias importantes de fluxo do transporte. Enquanto protestavam pacificamente pela Marginal, a tropa de choque começou a atacar os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo, sob as ordens do então governador Geraldo Alckmin, que não desejava que os protestos prosseguissem. Com dificuldade, conseguiram retornar ao Largo da Batata, onde encerraram os protestos com um jogral.

⁶ Ver linha do tempo disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>>. Acesso em: 19/12/2018.

⁷ Ver tabela de tarifas de ônibus nas capitais disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/tabela-tarifas-de-onibus.html>>. Acesso em 19/12/2018.

No dia **11 de junho**, os manifestantes protestavam em frente ao terminal Parque Dom Pedro e tentavam entrar no local, o que gerou conflito com a polícia, que não permitia o acesso. O dia **13 de junho** marca o endurecimento das ações que refletiam as críticas do então prefeito Fernando Haddad e do governador Geraldo Alckmin e até mesmo da mídia corporativa. Foi o dia com mais prisões decretadas: 61 presos em flagrante e mais de duzentos levados para averiguação. Foi nessa data também que a icônica foto da jornalista Giuliana Vallone, agredida por policiais, circulou nas redes sociais, demonstrando que as agressões também atingiam a imprensa. O movimento planejava passar ao lado da Paulista sem, no entanto, entrar na avenida, para evitar confrontos. Escolheram seguir pela Rua da Consolação e pela Avenida Rebouças, vias importantes do trânsito paulistano, mas a polícia os recebeu na Consolação com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

Nos protestos de **17 de junho**, nota-se uma mudança na composição dos atos: há um tom nacionalista que marca o discurso, seja pelas bandeiras portadas pelos manifestantes, seja pelas músicas que citavam partes do hino nacional. Notava-se também uma clara hostilidade aos partidos e militantes. As pautas agora eram as mais diversas, desde o combate à corrupção até a crítica à PEC 37, e essa diversidade aumentava quando se levava em questão os outros protestos que ocorriam no resto do país. Aliás, estima-se que mais de 200 mil pessoas tenham ido às ruas em doze capitais, no que poderia ser considerado o maior protesto desde os *caras-pintadas* que pediram pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992. A opinião da classe média e da imprensa corporativa também começava a mudar e se posicionava a favor dos manifestantes; até mesmo o prefeito Fernando Haddad se reuniu pela primeira vez com uma integrante do MPL e cogitava a redução da tarifa.

O MPL percebeu que, no meio de tantas demandas, a sua própria podia se perder e gerar uma grande frustração em toda uma geração diante da percepção de que 100 mil pessoas na rua não geravam quaisquer mudanças significativas. O movimento, dessa forma, começou a aparecer mais e a marcar mais seu protagonismo à frente dos protestos. No dia 17, o MPL planejou tomar a ponte estaiada que liga o Morumbi, bairro nobre, à sede de grandes empresas. Dois grupos saíram do Largo da Batata com essa intenção, mas nada ocorria, até que alguns manifestantes se dirigiram ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do estado, onde os protestos eram proibidos desde 1987 e, portanto, a segurança era reforçada. Os manifestantes pichavam os muros, gritavam insultos, jogavam garrafas e pedras, sem nenhuma reação dos policiais, que se mantinham impassíveis; depois de duas horas empurrando o portão e as grades se abrirem, a polícia reage com bombas de gás, a multidão se dissolve, mas a polícia se

restringiu a fechar os portões e a continuar ouvindo insultos em reação completamente atípica para a polícia paulista.

O protesto do dia **18 de junho** foi marcado pela depredação do Palácio do Anhangabaú, sede da prefeitura paulistana, onde os manifestantes tentaram entrar, arrancando grades e lançando objetos contra as portas principais, sob o olhar atento da guarda municipal, que dessa vez não estava acompanhada da polícia militar. Além disso, os manifestantes incendiaram uma *van* da imprensa, depredaram agências bancárias e uma base policial que estava vazia, houve saques e invasões a comércios e lojas. A polícia demorou a se manifestar e, quando o fez, realizou prisões seletivas, como já era seu costume antes da onda de manifestações. Naquele dia, o prefeito do Rio de Janeiro avisou a Haddad que iria reduzir a tarifa do transporte público; dessa forma, o prefeito paulistano estaria sozinho. Sem muita alternativa e isolado – lembrando que os cofres federais também passavam por uma recessão –, Haddad decidiu reduzir a tarifa.

O último protesto, marcado para o dia **20 de junho**, se destacou pela elevação da temperatura das ruas. A presença dos movimentos tradicionais e de partidos de esquerda (como PSTU, PT, MST etc.) causou furor nos manifestantes, que hostilizaram os militantes, expulsando-os dos atos. Estima-se que as demonstrações tenham alcançado até 100 cidades e envolvido cerca de 1,5 milhão de participantes nesta data. Este dia também marca a fragmentação do movimento que, do dia 21 até o fim daquele mês, se caracterizaria por manifestações isoladas e pautas específicas como a PEC 37, protestos contra o Mais Médicos, contra a Copa do Mundo, entre outras.

Muitos autores indicam que as jornadas de junho podem ser divididas em três etapas. A primeira fase seria relativa aos dias 6, 10, 11 e 13. Os primeiros protestos entre os dias 06 e 11 de junho marcam o protagonismo do MPL em ações típicas do movimento, como a interdição de ruas movimentadas de São Paulo e o embate com a polícia em prol da pauta da mobilidade urbana e de um transporte verdadeiramente público. O MPL já planejava o ato há meses e se concentrou em mobilizar pessoas na rua e, nesta ocasião, possuía um objetivo bem específico em mente: a redução da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. A violência e a repressão policial que marcaram os atos a partir do dia 11 mudaram a opinião da imprensa corporativa e da população em geral, angariando a simpatia das pessoas e atraindo-as para as ruas. A segunda fase seria referente aos dias 17, 18, 19 e 20, e as manifestações passam de milhares para centenas de milhares, sendo replicadas nas maiores capitais do país, sendo que o dia 20 marca a data de maior presença popular e de redução das passagens em São Paulo; tal aumento no número de participantes também é acompanhado pela diversificação das demandas

e por um tom nacionalista e antipartidarista, havendo um repúdio geral por partidos políticos, sindicatos e movimentos tradicionais como um todo – como disse Singer “um pouco daquele ‘qué se vayan todos’ argentino de 2001 apareceu no ambiente.” (2013, p. 25). Depois do dia 15, que marca o início da Copa das Confederações, São Paulo perde a centralidade, e os protestos se espalham por mais de 350 municípios⁸, sendo que as cidades de Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro se destacam como focos privilegiados de protesto, uma vez que essas cidades sediariam jogos. Por fim, a terceira fase, que vai do dia 21 até o fim do mês, marca a fragmentação dos protestos, que seguem sem direção definida, marcando também o enfraquecimento das manifestações.

1.2 As interpretações e os sujeitos presentes em junho de 2013

Muito se tem especulado sobre a identidade e as motivações que levaram tantas pessoas às ruas em 2013. Por esse motivo, creio ser importante apresentar dados que determinem o perfil dos participantes, tendo em vista que este é um detalhe importante para entender o movimento e o que ele representava, assim como para compreender suas formas de atuação e sua relação com o contexto político, econômico e cultural do país naquele momento. Muitos autores tentaram fazer o mesmo, mas existe uma clara dificuldade em se reunir as informações. Nesta pesquisa em específico, utilizarei as referências reunidas por Singer⁹, que obteve os dados sobre idade, escolaridade e renda a partir de agências de informação e os cruzou, em vez de olhá-los isoladamente, a fim de obter um quadro mais amplo. Inicialmente, tendo como base a idade dos manifestantes, é possível concluir que os protestos eram constituídos majoritariamente por jovens:

⁸ Ver <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-30/onda-de-protestos-atingiu-pelo-menos-353-municipios-no-pais.html>>. Acesso em 19/12/2018.

⁹ Os quadros utilizados quanto à idade, escolaridade e renda, foram retirados diretamente do texto de Singer. Ver: SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, n. 97, p. 28-30, nov. 2013.

Tabela 1 – Idade dos manifestantes

Idade dos manifestantes

| Faixas | São Paulo 17/06 | São Paulo 20/06 | Rio de Janeiro 20/06 | Oito capitais 20/06 | Belo Horizonte 22/06 |
|---------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Mais jovens | 53% (12 a 25) | 51% (12 a 25) | 41% (15 a 24) | 43% (14 a 24) | 55% (Até 25) |
| Idade intermediária | 35% (26 a 35) | 31% (26 a 35) | 39% (25 a 34) | 38% (25 a 39) | 29% (26 a 39) |
| Mais velhos | 12% (acima de 36) | 19% (acima de 36) | 20% (acima de 35) | 19% (acima de 40) | 17% (Acima de 40) |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

Quando se trata da escolaridade, percebe-se, também, que o perfil de participantes é altamente escolarizado. Os números demonstram que a constituição social dos protestos era feita de jovens com diploma universitário, seguida de participantes com ensino médio completo ou que ainda cursavam o superior. A identificação de uma pequena taxa de participantes com ensino médio incompleto ou com ensino fundamental completo ou incompleto pode indicar que as camadas que constituem a base da pirâmide social não estavam presentes nas manifestações.

Tabela 2 – Escolaridade dos manifestantes

Escolaridade dos manifestantes

| Faixas | São Paulo 17/06 | São Paulo 20/06 | Rio de Janeiro 20/06 | Oito capitais 20/06 | Belo Horizonte 22/06 |
|---------------|--------------------|--------------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------|
| Mais baixa | 1% (Fund.) | 2% (Fund.) | 14% (Fund.) | 8% (Médio incomp.) | 4% (Fund.) |
| Intermediária | 22% (Médio) | 20% (Médio) | 52% (Médio comp./ Sup. inc.) | 49% (Médio comp./ Sup. inc.) | 31% (Médio) |
| Alta | 77% (Sup.) | 78% (Sup.) | 34% (Sup. comp.) | 43% (Sup. comp.) | 66% (Sup.) |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

Por fim, Singer traz um dado interessante sobre a composição de classes. Enquanto a alta escolaridade pode fazer supor que a constituição dos movimentos era feita pela classe média (uma vez que a escolaridade é uma característica clássica desse perfil social), a inclusão dos dados sobre renda pode indicar outra coisa. A partir do cruzamento de dados entre renda e escolaridade, Singer elenca a hipótese de que, apesar de o alto nível de educação sugerir que as manifestações eram compostas majoritariamente de uma juventude de classe média, quando se coloca a renda em questão o quadro se altera e é possível especular que a formação social dos protestos era composta tanto da classe média tradicional e alta, quanto das classes mais baixas (com variações de sua nomenclatura de acordo com a teoria) que poderiam aglutinar classe pobre, trabalhadora e baixa classe média. A alta escolaridade em cruzamento com rendas mais baixas poderia ser explicada pela ampliação do acesso à educação superior por meio de programas como o FIES e o Prouni. Os dados reunidos por Singer sugerem que essa parcela de jovens é composta por universitários recém-admitidos pelo mercado de trabalho em subempregos cujos ganhos são compatíveis com a pesquisa, ou seja, jovens que possuem uma educação superior à renda.

Tabela 3 – Renda familiar mensal dos manifestantes

Renda familiar mensal dos manifestantes

| Faixas | Rio de Janeiro 20/06 | Oito capitais 20/06 | Belo Horizonte 22/06 |
|-----------------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------|
| Mais baixa (até 1 SM) | 34% | 15% | 20% |
| Intermediária 1 (de 2 a 5 SM) | 54% | 30% | 36% |
| Intermediária 2 (de 6 a 10 SM) | 1% | 26% | 24% |
| Alta (mais de 11 SM) | 10% | 23% | 21% |
| Total | 100% | 100%* | 100% |

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

Gohn¹⁰ também sistematizou os dados da composição identitária dos manifestantes, utilizando principalmente dados do IBOPE e de jornais da mídia paulista para determinar a conformação e o perfil dos participantes dos protestos. Segundo os dados organizados pela autora, o perfil dos manifestantes é composto por jovens que tiveram acesso à educação e que demonstram interesse pela política e acreditam nela como instrumento eficaz de mudança, ainda que não se sintam representados pela classe política. Muitos afirmam que a participação nos protestos de 2013 é sua primeira atividade na área. De acordo com os dados recolhidos pela autora, o cruzamento de idade, renda e escolaridade permite inferir que estes jovens pertencem a uma camada social que teve acesso ao ensino superior – portanto, pertencente à classe média

¹⁰ Ver GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

(Gohn é uma das autoras que tomam como base a educação para determinar a classe) –, mas que não foi absorvida pelo mercado, que continua elitista e seletivo. O quadro a seguir é claro em demonstrar um resumo desse perfil¹¹:

Tabela 4 – Perfil dos entrevistados

| Perfil dos Entrevistados | | TOTAL |
|--------------------------|---|-------|
| SEXO | Masculino | 50% |
| | Feminino | 50% |
| IDADE | 14 a 24 anos | 43% |
| | 25 a 29 anos | 20% |
| | 30 a 39 anos | 18% |
| | 40 ou mais anos | 19% |
| ESCOLARIDADE | Até colegial iniciado | 8% |
| | Colegial completo ou ensino superior iniciado | 49% |
| | Superior completo | 43% |
| RENDA | Até 2 salários mínimos | 15% |
| | 2 até 5 salários mínimos | 30% |
| | 5 até 10 salários mínimos | 26% |
| | Acima de 10 salários mínimos | 23% |
| | Não responderam | 6% |
| FUNÇÃO REMUNERADA | Trabalham | 76% |
| | Não trabalham | 24% |

Fonte: IBOPE, junho/2013.

Sendo assim, esses jovens não aproveitaram políticas públicas como aquelas voltadas aos jovens de periferia. São indivíduos frustrados com o presente, mas esperançosos com o futuro e que utilizam as manifestações para serem ouvidos, organizam-se via redes sociais e exigem uma política inclusiva e participativa, que se preocupe com elementos qualitativos para além do desenvolvimento econômico (a autora cita fatores como senso cívico, participação associativa, interesses por causas públicas etc.). A construção dos movimentos, aparentemente fragmentados, sem lideranças visíveis, sem história pretérita, horizontais e fluidos, faz crer numa (des)organização frágil, sem propostas sólidas para o futuro e que tende a desaparecer sem mudança substantiva na esfera política e social. No entanto, é necessário perceber que esses jovens que se comunicam e se organizam pelos meios virtuais não institucionalizados e não mediados se incluem dentro de uma experimentação social que se tem visto em diversos locais no mundo e que, com todas as suas particularidades, compreende uma nova forma de ativismo

¹¹ Ver: PACCELLI, Gustavo. Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Confronto Político: as manifestações de junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 86, 2018.

que tem buscado a experiência e o aprendizado através desses atos, de novos canais participativos e novas formas de se concretizar a democracia.

É importante destacar que, embora haja grandes diferenças e especificidades históricas entre as manifestações dos indignados em outros países do mundo e as manifestações de junho de 2013 no Brasil, seus efeitos sobre o quadro do associativismo existentes são similares. Elas alteraram a pauta das demandas até então predominantes no país as quais tinham, até então cunho mais específicos, focados em demandas ancoradas em questões da identidade cultural ou socioeconômica de um grupo (TOURAINÉ, 2005). Os protestos de junho demarcaram a inclusão de novas formas de ativismo, transnacionais (DELLA PORTA e TARROW, 2005), atuando em questões locais e nacionais, além de retomarem com força demandas focadas em problemas da vida cotidiana – mobilidade urbana, emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia popular, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros) etc. (GOHN, 2016, p. 129)

Ainda segundo o Ibope, na noite de 20 de junho, levadas em consideração a opinião de manifestantes entrevistados em 8 capitais, o desejo de mudança no ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionado por 65% dos manifestantes, sendo que 50% faziam referência específica à corrupção¹²; a questão dos transportes apareceu em segundo lugar, com 54% das respostas; e os gastos com a Copa ficaram em terceiro, com 40% das respostas (Singer, 2018). A questão política, a visão das pessoas sobre a institucionalidade e a forma como o poder público lidava com a representação, a vida urbana, os problemas sociais e a desigualdade parecem ser pungentes na percepção dos participantes dos protestos, ao mesmo tempo que a atuação e a performance dos atos faziam crer que estava em curso uma grande experimentação em relação à participação e ao ativismo, e os indivíduos estavam ligados entre si por algo que ia além de suas diferenças mais óbvias. Neste sentido, os dados refletem pautas e preocupações de jovens frustrados que apostaram na educação para obter empregos melhores e, assim, ascender socialmente, mas que se depararam com uma realidade muito diferente: uma classe trabalhadora que se vê constantemente alijada de seus direitos básicos através de serviços públicos de baixa qualidade, da exploração do espaço urbano e da lógica mercadológica que rege a vida cotidiana, além de um amplo distanciamento dos canais participativos e representativos; uma classe média que começa a sentir os efeitos da crise econômica através da alta de serviços típicos de sua esfera social e que enxerga a política como sinônimo de corrupção e de satisfação de interesses privados. Em suma, as ruas espelham uma indignação coletiva que acaba por abranger um agente que vai além das distinções de classe: o cidadão brasileiro, que

¹² Deve-se ter em mente que o ano de 2012 foi marcado pelo julgamento do mensalão, que foi avidamente acompanhado pela imprensa e pela população em geral.

já não se reconhece nas instituições políticas e que vê o interesse do mercado e dos políticos sobrepujar os seus próprios.

Em resumo, podemos concluir que as manifestações de junho de 2013 no Brasil são compostas massivamente por jovens, pertencentes a ambas as metades da pirâmide social, com uma certa ausência das classes empobrecidas¹³; esses jovens possuem uma escolaridade elevada, variando entre ensino médio e ensino superior completo ou ao menos iniciado, e a maior parte está empregada. Especula-se que parte desses jovens apostou na educação para elevar seu nível social, mas se deparou com subempregos que alijam ainda mais sua qualidade de vida. A outra parte, proveniente da classe média, se preocupa com a qualidade de vida, com a participação para além do ambiente político e com políticas que também beneficiem sua categoria. Suas pautas concentram-se sobre a negação da representatividade política das instituições, acentuada pelos casos de corrupção, além de problemas cotidianos como transporte, saúde, educação, moradia, entre outras áreas de políticas públicas deficientes.

A partir desses dados, é possível começar a entender as manifestações, sua gênese, a quem representa e o que deseja. Diante dessas informações e da temporalidade na qual se incluem, pode-se questionar o papel que outras manifestações ocorridas pelo mundo tiveram para a conformação de junho de 2013. Qual a relação entre os fenômenos que ocorreram no Brasil e os protestos em outros países? Teriam alguma semelhança? Os distintos aspectos culturais e os problemas específicos de cada região permitiriam essa relação? Primeiramente, é preciso entender do que se tratou o fenômeno mundial de protestos que irrompeu no globo a partir de 2010.

1.3 Os protestos no Brasil e no mundo

Os protestos de junho de 2013 no Brasil integraram o país à lógica de mobilização que ocorria em outros locais pelo mundo. Para além das especificidades de cada protesto, há um certo consenso de que a crise financeira que estourou a partir do colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos foi a gênese das manifestações. Como demonstrarei ao longo do trabalho, esta crise econômica inicial foi a motivação imediata, mas também serviu para expor outros

¹³ É preciso destacar que o Rio de Janeiro se diferencia das demais cidades, demonstrando um caráter popular que foge à regra.

problemas que envolviam principalmente a relação entre Estado e sociedade e, mais profundamente, a própria democracia. Ao mesmo tempo, estouraram protestos no mundo árabe em contestação aos governos ditatoriais que oprimiam seus cidadãos, inaugurando uma nova lógica de mobilização e ativismo que seria reproduzido em diversos lugares pelo globo.

Optei por trazer um resumo de alguns protestos que ocorreram pelo mundo, a fim de contextualizar um processo que transcorreu numa multiplicidade de países distintos numa linha de tempo mais ou menos próxima. Essa pequena exposição deixará muitas manifestações de fora; no entanto, o intuito do trabalho não é a exposição exaustiva dos protestos mundiais, mas traçar uma linha de fatores e características comuns que possam incluir os acontecimentos de junho de 2013 dentro desse fenômeno compartilhado e indicar uma tendência geral de mudança no ativismo e na cultura política ou mesmo um momento de transição histórica. Dessa forma, o critério adotado para a escolha foi tanto pelos protestos que, ao menos em tese, foram os precursores das mobilizações globais, assim como aqueles que antecederam os fenômenos de junho no Brasil, mas a escolha também foi feita tendo em vista mobilizações que tiveram maior repercussões e visibilidade. O objetivo é, na realidade, que esses protestos sirvam como paradigma e indicador da universalidade de certos traços e particularidades.

Na tentativa de localizar o início de uma história de protestos que se espalhariam pelo mundo, alguns autores, dentre eles Castells (2017), identificam as mobilizações na Islândia e na Tunísia como os precursores desses atos. Inesperadamente, em Sid Bouzid, uma cidade pequena de 40 mil habitantes na região central da Tunísia, um vendedor ambulante de 26 anos, Mohamed Bouazizi, ateou fogo em si mesmo na manhã de 17 de dezembro de 2010, diante de um prédio do governo, em sinal de protesto contra as constantes humilhações sofridas pela polícia, que confiscava sua banca de frutas e verduras todos os dias após ele se recusar a pagar propina. Um vídeo que gravou o momento rodou a internet, e, no mesmo dia, várias pessoas que passavam pelas mesmas humilhações protestaram no mesmo lugar. Outras ocorrências de suicídio e tentativas de suicídio se seguiram ao caso, e protestos começaram a surgir na província, se espalhando até chegar à capital. Depois de intensa repressão da polícia (que matou pelo menos 147 pessoas), o exército se recusa a abrir fogo contra os manifestantes. Em 14 de janeiro, o ditador Ben Ali e sua família deixam a Tunísia e buscam refúgio na Arábia Saudita ao perderem o apoio da França, aliada desde a ascensão do ditador em 1987.

Esse movimento inaugura a entrada da internet como instrumento importante de comunicação, mobilização e denúncia; além disso, a ocupação da praça Gouvernement, no coração de Kasbah, onde se situava a maioria dos ministérios, também deu início a lógica da

ocupação de praças e locais públicos para promoção de fóruns de discussão, debate e participação. Não havia lideranças estabelecidas, mas elas surgiam espontaneamente em lugares e situações específicas, e sua atuação era direcionada à organização e à estruturação dos atos e assembleias. Os participantes eram, massivamente, jovens que possuíam educação superior, mas que eram incapazes de conseguir emprego, e o mote dos protestos, portanto, era a frustração e a humilhação promovidas por um governo corrupto e autoritário e as precárias condições de vida a que esses jovens desencantados eram submetidos. O movimento obteve sucesso em promover novas eleições democráticas (em 23 de outubro de 2011), elegendo Rached Ghanouchi como primeiro-ministro e a coalizão islâmica Ennahad como principal força política do país. Ao analisar como esse movimento obteve êxito de forma relativamente célere, Castells conclui que o papel da internet e das redes sociais foi imprescindível para angariar apoio e mobilização e, ao mesmo tempo, denunciar o que ocorria no país.

Assim, parece que na Tunísia encontramos uma convergência significativa de três características distintas:

1. A existência de um grupo ativo de desempregados com educação de nível superior, que liderou a revolta ignorando qualquer outra liderança formal, tradicional.
2. A presença de uma forte cultura de ciberativismo que se envolvia na crítica aberta ao regime por mais de uma década.
3. Uma taxa relativamente alta de difusão do uso da internet, incluindo conexões entre residências, escolas e cibercafês. (CASTELLS, p. 40-41, 2017)

Se os protestos iniciados na Tunísia são o núcleo central e inicial da contestação social de governos corruptos e autoritários no mundo árabe, “A Revolução das Painéis”, como ficaram conhecidos os protestos na Islândia, dão o pontapé inicial para as manifestações que têm como núcleo fundamental a crise econômica que explodiu nos Estados Unidos e que se espalhou pela Europa. Os três principais bancos islandeses – Kaupthing, Landsbanki e Glitnir – se destacaram na Europa como potências financeiras, sendo o balanço dos três bancos equivalente a dez vezes o PIB do país. Seu sucesso se deve a uma lógica de especulação, empréstimos desenfreados e compra e venda de ações entre si para se financiarem. A movimentação se iniciou a partir do protesto de um cantor local, Hordur Torfason, em frente ao Parlamento islandês, em 11 de outubro de 2008, no qual criticava os políticos e a elite financeira representada pelos bancos. O ato foi gravado e postado na internet; alguns dias depois, centenas, depois milhares de pessoas protestavam na histórica praça Austurvöllur, intensificando-se em janeiro seja nas praças ou na internet, a qual teve um papel absolutamente central nos protestos (lembrando que 94% dos islandeses têm acesso à internet e 2/3 são usuários do Facebook). Em 20 de janeiro de 2009, quando o Parlamento voltava às suas atividades depois de um mês de férias, pessoas de todas

as classes e idades reuniram-se em frente ao prédio do Parlamento para protestar contra a inabilidade do governo em lidar com as finanças e com a crise, além de desejarem a instituição de uma nova Constituição, utilizando-se para tanto de panelas e frigideiras como instrumentos de percussão (daí o nome “Revolução das Panelas”).

Em 23 de janeiro, os protestos e a pressão das ruas e da internet se intensificaram, promovendo, assim, a antecipação das eleições. Como resultado, os principais partidos conservadores, que governavam a Islândia desde 1927, sofreram retumbante derrota, e uma nova coalizão formada por social-democratas e “verdes-vermelhos” assumiram o poder em 1º de fevereiro de 2009, com a liderança da primeira-ministra social-democrata Johanna Sigurdardottir. A partir de uma estratégia econômica e socialmente responsável, a economia do país começa a dar sinais de recuperação a partir de 2011 e 2012. Mas o ponto realmente interessante aqui é a ocorrência de um dos experimentos democráticos mais audaciosos dos últimos tempos. Mantendo sua promessa de criar um processo inclusivo e participativo, o Parlamento nomeou uma comissão constitucional que reuniu uma Assembleia Nacional composta por mil cidadãos aleatoriamente selecionados que concluiu pela necessidade da feitura de uma nova Constituição. O Parlamento nomeou 25 cidadãos para compor um Conselho Constitucional que contou com a ampla participação dos cidadãos por meio da internet (foram utilizadas plataformas como Twitter, Youtube e Flickr). Após meses de deliberação e 15 diferentes versões do texto, o Conselho aprovou a minuta de lei constitucional e, depois de enviada para o Parlamento e ter sofrido pequenas alterações, o governo decide submeter o projeto à aprovação popular no mesmo dia das eleições para a presidência, em 30 de junho de 2012. O projeto foi aprovado, mas necessitava ser submetido a nova votação popular após as eleições do Parlamento. Contraditoriamente, o partido reformista perdeu metade dos votos e dos assentos, marcando o retorno da direita ao governo (a mesma direita que antes quebrara o país). O novo Parlamento engavetou o projeto e um dos experimentos mais audaciosos em matéria de democracia constitucional já feitos.

Uma característica central dos protestos na Islândia, apesar de sua irrupção parecer majoritariamente devida à crise econômica, é a contestação do poder público e seu conluio com o mercado financeiro, que visava a proteção de seus interesses e a garantia de sua sobrevivência em detrimento dos interesses da sociedade, ou seja, trata-se de uma crise com origem na contestação da representação do governo. Apesar do resultado, todo o experimento destaca o poder das redes sociais e da internet em questão de mobilização e em possibilidades de participação; além disso, o conteúdo programático do projeto de lei refletia princípios

progressistas e igualitários que servem de inspiração para movimentos e políticas ao redor do mundo.

A Revolução Egípcia tomou como exemplo os acontecimentos da Tunísia para criar uma oposição contra o governo do ditador Hosni Mubarak. O contexto era de desemprego, pobreza, injustiça e sexismo, o que gerou, a exemplo do caso tunisiano, autoimolações e protestos que acabavam por ser tratados com violência e repressão. Esses casos geraram revolta e mobilização nas redes, onde eram promovidos grupos de Facebook e vlogs que instigavam os egípcios a irem às ruas, mais especificamente à Praça Tahrir, no dia 25 de janeiro de 2011. Milhares de pessoas de todas as classes foram à praça protestar; os espaços públicos, na verdade, foram centrais para a criação de redes e comunidades de solidariedade que foram reforçadas pelas coordenações em blogues e Twitter, além de registros feitos por celular e distribuídos via Youtube. Por fim, a mídia jornalística (al Jazeera) desempenhou um papel muito importante ao insistir em retratar dia a dia a revolução e expor isso ao mundo árabe, inspirando outras pessoas ao mesmo tempo que protegia os manifestantes contra a repressão policial, que era uma constante.

O papel da internet e das redes sociais foi certamente central para a revolução, mas a repressão do governo, demonstrada no ato de bloqueio da internet em todo o país, evidenciou a força de resistência do movimento que mobilizou diversas alternativas através de suas relações multimodais (fóruns deram instruções de como acessar a internet de outras formas, também foi oferecida ajuda por parte de hackers, países estrangeiros e da Al Jazeera), mas, acima de tudo, graças à força e à insistência das pessoas que se ajudavam e promoviam informações e auxílio. Além disso, mais uma vez a tendência de alta participação de jovens com diploma universitário e desempregados marcou esse movimento, mas, embora os protestos fossem mobilizados por uma classe média empobrecida que sonhava com direitos humanos e liberdade, mais tarde a ela se uniu a classe pobre urbana em protesto contra as condições desumanas de vida a que era submetida.

Após 18 dias de protesto, o exército retira seu apoio ao governo, a fim de manter sua legitimidade, e Mubarak entrega o poder ao Conselho Supremo das Forças Armadas. O CSFA tentou assumir o poder e manter as coisas como eram, mas os manifestantes só se satisfariam com a punição dos culpados pelas mortes de manifestantes, junto à instituição de uma nova Constituição e com a declaração de novas eleições. Depois de intenso confronto entre exército e manifestantes durante todo o ano de 2011, as eleições parlamentares ocorrem no mesmo ano, e as presidenciais, em 2012. Um ano depois, o presidente Mursi seria afastado em resposta às

vozes da rua que o exército não tardou a ouvir e acatar, exército esse personificado através da figura do general Sissi, que é eleito presidente em 2014, após eliminar toda a oposição, legitimando o poder que já exercia havia um ano. Em 2016, o Parlamento volta às suas atividades, paralisadas desde a sua dissolução em 2012.

Outros levantes dominaram o mundo árabe, numa mistura de causas que inclui a revolta pela opressão política promovida por ditaduras violentas somada às condições econômicas terríveis, levando jovens (na maior parte, com menos de trinta anos) relativamente bem instruídos e desempregados ou subempregados e familiarizados com o uso de redes de comunicação digital a se levantarem contra as indignidades sofridas no seu cotidiano. As revoltas tunisianas e egípcias foram um forte motivador para impulsionar protestos em outros países e regiões árabes como Argélia, Líbano, Jordânia, Mauritânia, Sudão, Omã, Iêmen, Bahrein, Líbia, Kuwait, Marrocos, Saara Ocidental, Arábia Saudita e Síria. Em geral, a centelha vinha de atos simbólicos como autoimolações e martírios ou da exposição da violência cotidiana por meio de imagens de espancamentos pela polícia e mesmo o assassinato de manifestantes, blogueiros e ativistas dos direitos humanos.

Os movimentos englobavam tanto uma classe média empobrecida quanto os pobres que lutavam tanto pela democracia e o fim do autoritarismo violento do Estado quanto por dignidade, pelo fim da corrupção, pela participação e por políticas econômicas mais sensíveis às necessidades internas da sociedade. Alguns dos movimentos acabaram por se caracterizar como reformistas, na medida em que seus governantes acomodavam suas exigências no limite da manutenção do poder das elites, permitindo a abertura democrática, reformas na constituição e novas eleições, como no caso da Jordânia e do Marrocos. Outros, por sua vez, diante da resistência do poder às mudanças democráticas, acabavam em embates violentos com os manifestantes, expondo toda a natureza truculenta dos regimes e resultando num esforço para a derrubada das ditaduras.

Um exemplo de violência e arbitrariedade é a Síria. Impelidos pelo exemplo egípcio, crianças entre 9 e 15 anos foram presas e torturadas por pichar frases como “o povo quer derrubar o regime” em muros da cidade. Quando os pais foram protestar contra essa violência, foram atacados e muitos deles assassinados pela força policial, situação que se repetiu no funeral dos mortos. Desse momento em diante, várias manifestações foram convocadas, inicialmente requerendo a baixa dos preços dos alimentos, o fim da brutalidade policial e da corrupção. O ditador Bashar Al-Assad promoveu certas mudanças a fim de arrefecer as manifestações, mas o movimento se tornou inflexível e desejava a queda do regime. A partir de

então, tem início uma guerra civil, envolvendo parte da elite do país, que apoiava o ditador, outra parte realmente afetada que desejava o fim do regime e, ao fundo, os jogos de poder geopolítico envolvendo o interesse de outros países na posição-chave da Síria no Oriente Médio¹⁴. Para além dos interesses econômicos que interferiram nos levantes e em seu real propósito, a violência que marcou esses conflitos só demonstra o comprometimento do povo árabe em interromper os ciclos de violência e repressão em prol da tão sonhada democracia.

Uma característica que marcou fortemente os protestos globais e, em particular, as revoltas árabes foram as redes sociais, que se tornaram instrumentos de mobilização, debate e organização, além de garantir muitas vezes que a repressão policial não passasse em branco. Muitas vezes, foi justamente a gravação dessa violência, propagada através de redes como o Youtube, que conscientizava o mundo sobre os acontecimentos violentos em países fechados e constantemente vigiados, garantindo também que a revolta popular se estruturasse em protestos politicamente direcionados, proporcionando finalmente a coragem necessária para enfrentar seus governos autoritários.

Retornando ao mundo ocidental e aos efeitos do colapso financeiro, em fevereiro de 2011, a crise está no seu ápice na Espanha, e o governo adota medidas de austeridade para se manter na zona do Euro, priorizando a recapitalização das instituições financeiras e a redução do déficit público, ao mesmo tempo que procedia com cortes em investimento social. Algumas pessoas, a maioria veterana de outros movimentos sociais, se reúnem num grupo de Facebook (Plataforma de Coordenação de Grupo Pró-Mobilização Cidadã) em prol de se organizar em movimentos de base para contestar o poder dos banqueiros e políticos, a exemplo do que ocorrera na Islândia. Esse grupo evoluiu para uma plataforma (*Democracia Real Ya*) que incluiu fóruns, blogues, lista de e-mails, a fim de promover discussões e debates sobre a crise, bem como o significado de democracia, além de incentivar a ocupação das ruas para protestar contra a mercantilização da vida pelas instituições financeiras.

A plataforma lançou um manifesto e um apelo em prol de manifestações de ruas marcadas para o dia 15 de maio. Apesar do silêncio por parte da mídia, sociedade civil, sindicatos e partidos, compareceram centenas de milhares de pessoas nas ruas em aproximadamente 50 cidades, dentre elas Madri, Barcelona e Valência. No dia seguinte, os manifestantes decidiram ocupar as praças Puerta del Sol e Catalunya, respectivamente em

¹⁴ A Rússia possui uma base militar externa em Tartus, base naval síria, e vende armas para Assad, posicionando-se, portanto, a favor do regime; além disso, a China apoia o Irã, seu principal fornecedor de petróleo, e o Irã apoia Assad. Ambas advertiram contra a intervenção da ONU, OTAN e Estados Unidos no país em prol de seus interesses.

Madri e Barcelona, a fim de promover debates e discussões. O evento foi tuitado pelos presentes, que convocaram amigos, e diversos deles levaram sacos de dormir, dando início às *acampadas*. A partir de então, o movimento se popularizou e ficou inicialmente conhecido como 15M (em referência a data de 15 de maio, quando tudo começou) e, depois, como *Indignados*. As ocupações duraram até julho, mas as manifestações continuaram ocorrendo de diversas outras formas durante os meses seguintes. O movimento tinha a aprovação de grande parte dos espanhóis e ganhou alcance mundial: no dia 15 de outubro, foi organizada uma manifestação global, promovida via internet, envolvendo 951 cidades e 82 países do mundo todo, conectados pelo slogan “Unidos pela mudança global”.

Uma particularidade desse movimento é seu comprometimento com a mudança cultural de percepção da política, da economia e da própria vida. Ao rejeitar os valores que guiavam o mundo capitalista e a comodificação da vida, a corrupção da política e seus valores duvidosos, criava ao mesmo tempo uma forma alternativa de enxergar os valores com os quais deveriam guiar-se. As pessoas começaram a perceber que seus princípios estavam invertidos e que o trabalho e o consumo se sobrepunham à qualidade de vida. Dessa forma, o movimento era um fim em si mesmo, na medida em que proporcionava uma experiência social alternativa de proposições e ações em prol de melhorias da vida cotidiana da sociedade. Neste sentido, o comprometimento das assembleias, comissões e fóruns em deliberar, discutir e propor medidas concretas sem a intermediação de lideranças de qualquer natureza foi um aspecto notável. Inicialmente, essas discussões eram promovidas nos acampamentos, mas, conforme esse tipo de ocupação precária ia se deteriorando, surgiram outras formas de interação através da internet e de assembleias municipais e locais que discutiam os problemas daquela comunidade em específico. A questão aqui não era a influência nas eleições ou na proposição de medidas imediatas no governo, mas a construção de “uma outra política”, uma experiência alternativa e social que permitisse construir outros valores e um outro tipo de vida.

Uma consequência interessante dos movimentos na Espanha foi a decadência do Psoe (Partido Socialista), que perdeu eleições municipais e sofreu uma derrota retumbante nas eleições parlamentares, resultado do aumento expressivo de votos brancos e nulos e da manutenção da fidelidade do eleitorado dos partidos conservadores, com destaque para o PP (Partido Popular), o que permitiu que esse partido obtivesse maioria em ambos os pleitos. Isso é explicado em parte pela decepção dos jovens, grande base dos eleitores do Psoe, cujas esperanças de representação foram frustradas, na medida em que o partido que reunia pautas

como a defesa dos trabalhadores e do bem-estar dos jovens optou por afiançar bancos e seguir as restrições propostas por Angela Merkel.

Já nos Estados Unidos, cidadãos americanos marcados profundamente pela recessão e por políticas de austeridade diante da crise econômica foram tomados pelo espírito dos indignados da Espanha e dos protestos no Egito. A revista *Adbusters* lança uma convocação em 13 de julho de 2011 para ocupar Wall Street, convocação essa já iniciada pela rede de ativistas *AmpedStatus*, que já postava informações e artigos sobre a inferência da economia na política desde 2010 e que, junto ao *Anonymous*¹⁵, criou a plataforma 99A (em referência aos 99% como era representada a população diretamente afetada pela crise), que evoluiu para a Assembleia Geral de Nova York. Esse grupo aderiu à convocação da *Adbusters* para a ocupação de Wall Street em 17 de setembro, dia do aniversário de assinatura da Constituição americana. Cerca de mil pessoas apareceram para se manifestarem e ocuparem o Zuccoti Park. As manifestações e ocupações se espalhavam gradativamente pelo país, variando em seus modelos e na permanência dos acampamentos. O Youtube era utilizado para registrar violências, bem como o cotidiano das ocupações, conformando uma rede de mídia alternativa, e o Facebook promovia fóruns de debate e organização dos protestos.

Apesar de certa dificuldade na obtenção dos dados, é possível afirmar que a constituição do movimento era majoritariamente de jovens profissionais e estudantes na faixa dos vinte aos quarenta anos; metade deles tinha emprego em tempo integral, mas havia um número significativo de desempregados e subempregados ou que trabalhavam em empregos temporários ou em tempo parcial. A renda parecia estar na média dos americanos, e seu nível de instrução variava entre ensino médio completo e curso superior concluído ou ao menos iniciado. Apesar desses índices mais gerais, o movimento também era constituído de sindicalistas de meia-idade, pessoas da classe trabalhadora na faixa dos cinquenta anos, algumas delas arcando com o peso do desemprego e da recessão, e veteranos. Quanto a ideologia, encampava desde anarquistas, liberais, republicanos, esquerdistas não convencionais, mas a maior parte era composta por democratas e pessoas politicamente independentes. Enfim, era composto por uma diversidade de pessoas unidas pelas injustiças cometidas pelo seu governo em conluio com o mercado financeiro.

O instrumento mais forte e destacado do movimento foram as ocupações, que contavam com uma estrutura e arranjos surpreendentemente organizados, contando com sites e perfis em redes sociais que garantiam informações ao público e auxiliavam aqueles que gostariam de

¹⁵ Comunidade online global ligada ao ciberativismo.

participar dos atos e das deliberações. As redes sociais mais uma vez desempenhavam papel central na comunicação, na troca de informação entre as distintas ocupações, na participação e na divulgação mundial dos acontecimentos. O caráter autônomo das mobilizações também rejeitava lideranças centrais e, dessa maneira, mobilizava novas formas de tomada de decisão que incluíssem todas as pessoas que desejassem participar na busca de consensos por meio de assembleias gerais. No entanto, tanto a rejeição à liderança quanto a amplitude de demandas eram a força e a fraqueza desse movimento, que representava muito bem a desconfiança e o afastamento entre as pessoas e a união representada pela esfera política e mundo financeiro, ao mesmo tempo que a falta de liderança e o excesso de abertura impediam o diálogo a formulação de exigências práticas. Uma das consequências disso foi que, do ponto de vista finalístico, o movimento obteve poucos resultados efetivos, limitando-se a conquistas pontuais como a reversão de algumas hipotecas e ao incentivo à transferência das contas de instituições financeiras para cooperativas de crédito sem fins lucrativos que mobilizou uma quantidade razoável de pessoas, mas que tem pouco alcance dentro da esfera de injustiças sofridas.

Castells acredita que o ganho desse movimento foi a consciência de classe e da desigualdade marcada pela distância entre os 99% do movimento e o 1% que representava as elites políticas e econômicas. Dessa forma, o entendimento dessa dicotomia aprofundou a percepção sobre os efeitos injustos e sobre os desequilíbrios causados pelo capitalismo global, ainda que esses indivíduos não se posicionassem contra o capitalismo em si mesmo. Segundo o autor:

[...] Na verdade, a maioria dos que apoiam o movimento Occupy não é abertamente crítica do capitalismo: há sobre ele tantas opiniões positivas quanto negativas entre suas fileiras. A crítica concentra-se no capitalismo financeiro e sua influência no governo, não no capitalismo em si. O movimento não adota ideologias do passado. Sua luta visa a erradicar o mal no presente, enquanto se reinventa a comunidade para o futuro. Seu feito fundamental foi reacender a esperança na possibilidade de outra vida. (2017, p. 166)

Dessa forma, apesar das ressalvas feitas, o movimento conseguiu conformar uma experiência alternativa de deliberação e participação, assim como de ativismo contra as desigualdades e abusos promovidos pelo capitalismo global e por sua relação com a política na defesa de interesses privados que acabam por sacrificar os interesses da sociedade, dos 99%.

Como já havia dito, deixei de lado importantes protestos que citarei rapidamente, como é o caso da Turquia em junho de 2013, cuja discussão se desenrolava ao redor do embate contra o governo Erdogan e seu projeto de destruição do último jardim remanescente no centro histórico de Istambul, adjacente à praça Taksin. O parque Gezi daria lugar à construção de um

shopping center e representava um local simbólico da vida urbana autônoma, no que se tornou um esforço pela defesa do direito ao espaço urbano e a um modo de vida mais livre, coerente com valores democráticos e com a própria modernidade e contra o estilo de vida tradicional e os princípios conservadores, religiosos e familiares que o governo Erdogan tentava impor. Também poderia citar o movimento estudantil no Chile, ocorrido em 2011, que protestou contra um modelo de democracia monopolista e neoliberal que acabava transformando certos direitos essenciais em mercadoria, a exemplo das universidades privadas e públicas, cujo valor excessivo foi a pauta inicial para se ampliar em favor do direito à saúde, moradia, direito das mulheres, indígenas e por participação efetiva. Outro protesto que merece atenção foi aquele ocorrido em novembro de 2013 em Kiev, Ucrânia. A população se revoltou contra a decisão do presidente de não entrar na União Europeia, indo de encontro ao que grande parte da população desejava. Essa foi a motivação inicial, mas a reação violenta da polícia e o endurecimento das leis contra os protestos pacíficos induziram uma forte resistência da população, que acabou por reivindicar contra a corrupção, a violência, os abusos de poder e as relações de interesse por trás da decisão de Viktor Yanukovytsch, que parece ter sido influenciado pela Rússia sob fortes ameaças de sanção, checagem mais rígida das fronteiras e bloqueio das importações; a crise levou à deposição de Yanukovytsch e a tensões separatistas no país.

Enfim, outros protestos foram deixados de lado, tendo em vista que o objetivo do trabalho não é o estudo de cada um deles detalhadamente, mas a relação de proximidade e semelhança entre as ocorrências no mundo e no Brasil, e, assim, citei aqueles que melhor servem como exemplo dessa ligação e como parâmetro geral para a análise dos padrões comuns. Os protestos como um todo têm a característica central e geral de contestação dos poderes públicos, seja por seu autoritarismo e violência, principalmente no caso dos países árabes, seja por sua subserviência aos poderes dos agentes econômicos e sua incapacidade de gerir os interesses da sociedade, revelado pelos casos de corrupção e da exposição da relação intrincada com o mercado financeiro e seus interesses, no caso do ocidente. Geralmente, ocorre um acontecimento em específico que acende uma centelha que, por fim, gera um incêndio. Muitas vezes são marcados pelos atos de violência ou repressão, seja ela cotidiana, promovida pelo Estado, ou mesmo por seus agentes, como é o caso da polícia. No Brasil, a centelha ocorre em dois momentos: a mobilização inicial ocorre em defesa da mobilidade urbana enquanto direito essencial contra uma lógica de expansão dos centros urbanos que promoveu a especulação imobiliária, o afastamento e a marginalização das classes urbanas, o sacrifício do tempo e da qualidade de vida, refletindo um modelo de desenvolvimento que promove o consumo e a

ascensão de vida sem, no entanto, se preocupar com a qualidade que deveria acompanhá-los. Dessa forma, o que, em tese, seria um protesto contra o aumento da tarifa do transporte público virou um protesto contra a precarização da vida, por direitos, pelo espaço urbano, portanto, “não é pelos vinte centavos”. O outro ponto de virada é a violência policial contra manifestantes e jornalistas, conquistando a opinião pública e a mídia que, inicialmente, condenavam os protestos. Desse ponto em diante, ocorre a adesão em massa por pessoas comuns às manifestações, ampliando também as demandas.

Outro aspecto central dessas mobilizações foi o papel da internet: no mundo todo, as redes sociais foram um importante instrumento de mobilização e de conexão entre as pessoas que se ligavam sem nem mesmo se conhecer, ao mesmo tempo que se conectavam com o mundo, num processo que é simultaneamente local e global. Além disso, serviu também como forma de denunciar a violência, de registrar os protestos, funcionando como mídia alternativa e independente. Por fim, serviu como ferramenta para incitar as pessoas e localizá-las no tempo e no espaço, difundindo informações essenciais aos manifestantes. No Brasil, o Facebook foi muito utilizado para fazer as convocações e fornecer informações, o Instagram também foi empregado para registrar fotos e vídeos, e o Twitter, como fonte imediata de notícias. *Tags* como *#vemprarua*, *#ogiganteacordou*, utilizadas nas redes sociais com o fim de localizar as informações e dados, foram parar nos cartazes, afinal de contas “somos a rede social”¹⁶. Esse fenômeno refletiu o caráter autônomo e fluido da sociedade contemporânea e, mais especificamente, dos protestos de nossa época, ao promover a liberdade e a conexão intrínseca e necessária a um movimento cuja principal crítica gira em torno da institucionalidade política e suas perversões.

O movimento tem por característica a autonomia, a horizontalidade e o combate às lideranças individuais, além disso, há uma ampla tolerância e, inclusive, o encorajamento da multiplicidade de agendas. Esse formato vai ao encontro da natureza dos fenômenos, mas, como já foi dito, é ao mesmo tempo sua força, na medida em que se torna atraente para uma pluralidade de pessoas, e sua fraqueza, já que não consegue estabelecer uma relação coerente de exigências e propostas; além disso, não são capazes de promover um diálogo saudável com o poder público a fim de, junto a ele, concretizar suas demandas. Neste caso em específico, muitos manifestantes acreditam que a relação com o Estado é uma perversão dos movimentos.

Muitos dos protestos se concentraram em ocupações do espaço público e de locais representativos como praças e pontos históricos ou simbólicos. Os protestos iniciados pelo MPL

¹⁶ Frase que ficou famosa durante os protestos e que ilustrou cartazes durante as manifestações.

também possuíam uma lógica de retomada do espaço urbano enquanto direito essencial da vida social e enquanto área de lazer, de sociabilidade, de reunião de tribos e de manifestação cultural. Ainda que fuja ao espaço e à temporalidade abordados neste trabalho, a lógica de ocupação, utilizada em diversos protestos mundiais, foi utilizada mais tarde nas ocupações estudantis no Brasil, em 2016.

Por fim, o perfil dos manifestantes varia de lugar para lugar, conforme o mote central das manifestações, mas, no geral, se destaca o perfil jovem que engloba a maioria na faixa até os trinta anos (lembrando que mesmo a faixa da juventude também pode se diversificar), jovens que também possuíam nível de escolaridade superior, variando entre ensino médio completo, ensino superior concluído ou ao menos iniciado. As ideologias se diversificavam bastante, em concordância com a autonomia e constituindo-se, muitas vezes, como batismo político de muitos deles. As classes sociais variavam, mas, num plano mais geral, tendo em vista a dificuldade de reunir esses dados e o perigo de generalizá-los, assim como as distintas concepções do conceito, pode-se perceber que a média dos cidadãos nos países estava presente em peso, a exemplo do próprio Brasil, que incluiu a metade inferior e superior da pirâmide social, ou do Occupy Wall Street, que incluía os 99%, ou seja, a maioria da população exceto o 1% extremamente abastado. Na maior parte deles, percebe-se, no entanto, que a base da pirâmide está ausente, assim como o topo, ou seja, os pobres e os ricos não estavam presentes, mas é preciso destacar que esse fator variava em certas regiões do mesmo país e conforme as pautas se alteravam. Além disso, nos países árabes, cujos governos autoritários exploravam ainda mais impiedosamente sua população, percebe-se uma movimentação das classes mais baixas em prol de melhoras nas condições de vida e diminuição no valor dos alimentos.

1.4 Conclusão

Minha intenção neste capítulo foi a de apresentar os fatos sobre os protestos de junho de 2013, assim como entender quem eram os manifestantes e quais eram suas demandas. Além disso, tentei situar o debate dos protestos mundiais que ocorrem desde 2008 num plano geral, bem como entender suas motivações e as características comuns que estabelecem esses acontecimentos num plano compartilhado, assim como a possível inclusão de junho de 2013 nesses fenômenos globais. Dentro desse campo de intenções, acredito ser possível afirmar que

os movimentos no mundo, neles incluídos o Brasil, possuem características específicas conforme seus contextos político, econômico e cultural, mas certas semelhanças são notadas, e justamente essas similaridades indicam a inauguração de certas ferramentas e instrumentos de ativismo que foram pontos comuns aos protestos, como o uso das redes sociais, de novas formas de ocupar o espaço urbano, de experiências criativas de participação e deliberação, além da propagação da cultura autonomista.

O perfil dos manifestantes pode variar bastante, mas há um peso maior da juventude educada (no sentido de educação formal) no centro das mobilizações; no entanto, os protestos foram aptos a atrair uma generalidade de cidadãos que foram atingidos de alguma forma por seu Estado e/ou pelo capital, e isso fica claro diante da variedade de classes e ideologias presentes. No plano geral, há um consenso quanto ao questionamento da representação do poder público, bem como de sua legitimidade, que pode variar em sua dimensão, como foi demonstrado, desde a contestação de ditaduras autoritárias e violentas no Oriente Médio, como o debate acerca dos interesses enviesados e da relação imprópria entre Estado e mercado que acabaram por promover injustiça social, no ocidente.

Depois de esclarecer certos pontos essenciais do debate, passo à análise mais detida de uma das dimensões que considero essenciais na discussão sobre os protestos ocorridos em junho de 2013 no Brasil: a participação. Esse tema surge naturalmente diante da obviedade de sua importância quando tratamos da ação direta, assim como pelo fato de ter surgido como demanda. Além disso, a participação também traz à tona o questionamento da capacidade do poder público de conter os impulsos democráticos sociais, os limites da participação institucional – depois de anos do início de sua experiência –, a dimensão propriamente social em relação à experimentação dos protestos dentro da nova lógica na qual se insere e da desconfiança em relação às instituições políticas, demandando a constituição de formas criativas de possibilidade de participação e atuação política longe da esfera institucional. Esse aspecto marcou experiências únicas de deliberação e atuação política, inaugurando formas singulares de decisão popular, utilizando novas ferramentas como a internet, como foi demonstrado no caso da Islândia; de deliberação e organização, como foi o caso do *Occupy Wall Street*, ou o esforço de conscientização e de conexão promovido pelos *Indignados*, na Espanha. Em cada lugar, a experiência de participação e atuação promoveu experimentos criativos e alternativos, num processo gradativo de mudança de cultura e de tentativa de construção de uma vida melhor. Passemos, então, à discussão da participação e seus efeitos nos protestos mundiais e em junho de 2013 no Brasil.

2 JUNHO DE 2013 E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO

A participação via ação direta é uma das formas mais clássicas de intervenção popular, surge em momentos de insatisfação e de crise, através da demonstração da indignação nas ruas, e é também a forma mais legítima de atuação da sociedade, demonstrando o seu potencial democrático na sua forma mais elementar. O presente capítulo se destina justamente a analisar a crise que aparentemente assola as democracias mundiais e que tomou corpo sob a forma de protestos nos mais diversos locais do globo, entre os quais as manifestações de junho de 2013, no Brasil. Dentre os aspectos comuns deste protesto estão a negação da institucionalidade política e o questionamento do comprometimento da representação do poder público em relação à sociedade, ao mesmo tempo que se legitima a atuação das ruas. Apesar de o Brasil ser uma democracia estabelecida e este tema já não ser o centro da discussão atual (ou seja, a redemocratização), a participação surge como matéria relevante nos protestos, na medida em que a ação direta e a identidade coletiva são fenômenos de forte criação de laços e de pedagogia política, criando redes de sociabilidade e consciência de atuação em um momento histórico relevante.

A participação popular é importante elemento da democracia, na medida em que a sociedade pode ver seus interesses refletidos nas decisões do poder público, construindo seus direitos junto ao Estado e suas forças. Junho de 2013, no entanto, pode ter demonstrado tanto o limite do potencial da participação institucional, como parece ter demonstrado o déficit de legitimidade das instituições políticas, ao mesmo tempo que reconhece a validação dos protestos como meio legítimo de participação. Mendonça (2018)¹⁷, em pesquisa sobre o assunto, corrobora essa posição ao analisar a percepção das pessoas que participaram dos protestos de junho sobre a democracia, seu significado, bem como o que os discursos indicavam no que diz respeito a sua compreensão dos fenômenos. Para tanto, o autor reuniu certos conceitos¹⁸ que envolveriam, em termos gerais, a compreensão de democracia por parte de autores diversos, englobando as grandes teorias sobre o tema.

¹⁷ As entrevistas ocorreram com 59 pessoas nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo, entre o segundo semestre de 2014 e o início de 2015. O estudo não possui o intuito de ser representativo dos fenômenos ocorridos em junho, mas acaba por demonstrar um fenômeno interessante.

¹⁸ As dimensões se dividem em *Autorização popular para o exercício do poder político*, cuja centralidade se desvela na importância do papel do voto para o governo representativo; a *Participação e autogoverno*, que gira em torno basicamente de variações das ideias acerca da participação; o *Monitoramento e vigilância do poder político*, que se refere a preocupação com a *accountability*; a *Promoção da igualdade e defesa de grupos minorizados* é outra dimensão que trata da igualdade em suas diversas vertentes; a *Competição política e o pluralismo*, que ressalta a importância da competição mediada pelo voto e da alternância do poder na democracia, além de apontar que o dissenso pode ser um elemento de fortalecimento da democracia; a *Discussão*

A pesquisa demonstrou certa tendência entre os participantes de defesa dos ideais participativos, da horizontalidade na promoção da igualdade e de uma democracia substancial. Por outro lado, há uma baixa preocupação e uma descrença acerca dos mecanismos de controle e vigilância e uma negação da própria institucionalidade. Sob a justificativa de defesa da democracia, procedimentos são flexibilizados, e regras, desprezadas. O individualismo e a autoexpressão tomam conta das pessoas em detrimento da comunidade política, e cria-se um mito de “[...] uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua” (MENDONÇA, 2018, p. 18). Em suma, percebe-se uma baixa preocupação com instituições, regras e procedimentos, um sinal da queda nos níveis de legitimidade das instituições políticas, um forte apelo por participação direta e a crença na salvação do sistema através da atuação popular. Dessa forma, os participantes acreditam nos ideais de participação e de igualdade enquanto significado de democracia; conseqüentemente, acreditavam que esses valores estavam sendo defendidos por eles nos protestos.

Os jovens, a partir de junho, criaram uma cultura de rejeição à política como era praticada (apesar de não serem apolíticos), ao mesmo tempo que legitimavam os movimentos de rua enquanto buscavam mudanças conjunturais (GOHN, 2018). Além disso, há uma alteração nítida na forma como esses movimentos se constituem e se organizam; ao negar a política tradicional como valor, são criadas novas práticas e performances que expressam essa nova forma de atuação. Os movimentos que ocorreram em junho têm uma certa similaridade com aqueles ocorridos nos anos 1970 e 1980, na medida em que lutam pela emancipação e por direitos, mas devem ser olhados sob chaves analíticas distintas: os grupos que atuaram em junho estão carregados pela negação à classe política e aos partidos, o que se reflete na sua forma de se organizar. Esses movimentos procuram se autonomizar das instituições políticas, atuando e buscando suas demandas à margem dos grupos tradicionais, o que não significa a negação da política ou mesmo do Estado, mas uma nova forma de se estruturar.

A pesquisa proposta obviamente não tenta dar conta da generalidade dos aspectos de junho de 2013, mas tem um condão de investigar e analisar a questão da crise iniciada (ou não)

e debate de opiniões, que salientam o discurso e a formação de opinião e a criação e manutenção da comunidade democrática através da multiplicidade de opiniões, em prol de soluções em benefício da sociedade como um todo e no fortalecimento da democracia através da manutenção da legitimidade por meio do intercâmbio público de discursos; a última dimensão é a *Defesa do bem comum*, controversa e ora criticada, uma vez que a conceituação de bem comum varia desde sua importância para a formação da vontade geral até a visão utilitarista da maximização do prazer e diminuição da dor, além de correntes que também defendem que o bem comum promoveria a liberdade e igualdade ao maximizar as condições de vida daqueles situados no inferior das hierarquias sociais. Por fim, há uma visão que se liga na chave explicativa do discurso que promoveria o interesse público em detrimento do privado, através do debate em prol da defesa da multiplicidade de interesses.

nos protestos ocorridos naquele ano, a partir do viés da participação e do questionamento da política, da legitimidade, da representação e da democracia. Sob a ótica escolhida, este evento complexo demonstra um certo desprezo, afastamento e mesmo negação da política convencional, o que afetou diretamente a organização dos protestos e a própria conformação da identidade dos participantes. Diversos autores destacam as mudanças nas formas de organização dos movimentos sociais, de coletivos e da própria sociabilidade; além disso, o país se dividiu e se polarizou, enquanto a velha política era contestada e uma nova visão se criava em oposição. Desde então, uma presidenta foi derrubada sob fortes alegações de golpe político, por um lado, e de renovação necessária, por outro. Um presidente não eleito, e um dos mais impopulares da história do Brasil, ascende para que, em seguida, nas eleições de 2018, um presidente conservador, que divide as opiniões entre salvador e fascista, seja eleito.

Junho de 2013 parece ter aberto uma caixa de Pandora da qual se sucedem acontecimentos ímpares e imprevisíveis; muito se questiona sobre como um país que há poucos anos era referência econômica e política, que conquistou consideráveis ganhos sociais e democráticos, de repente se tornou foco de escândalos de corrupção, protestos massivos, uma sociedade dividida, instabilidade, e assiste à ascensão de um governo que, ainda que tenha se iniciado há pouco, discursa pelo retrocesso de direitos sociais, difunde o preconceito e demonstra claramente preferências religiosas que ditam a moral e inflamam ódio e violência contra minorias. Ainda que não se pretenda esgotar o tema, o estudo se propõe a analisar a crise que atinge a democracia e os sujeitos que afetam e são afetados por esse processo marcado pelas manifestações de 2013. As demandas por participação e igualdade e a negação da institucionalidade são elementos essenciais para se discutir o momento de crise que vivemos, bem como analisar as heranças sociais deixadas por junho.

2.1 Os limites da participação institucional

Junho de 2013 trouxe consigo vários elementos novos, mas, acima de tudo, a infraestrutura e a organização dos ciclos de protestos têm elementos singulares que se diferenciam em muito de mobilizações anteriores. Acerca desses elementos, Tatagiba (2014) destaca que, diferentemente de outras mobilizações de grande alcance, junho se distingue ao não centralizar sua organização e estrutura a partir de partidos e organizações formais que

possuem a função tradicional de mobilizar a população, prover material e o arranjo organizacional das mobilizações. Neste ponto, o papel das redes sociais foi crucial para os arranjos e discussões que permitiram a ausência de mediações institucionais. A multiplicidade de exigências, a rejeição da presença das instituições políticas convencionais, bem como a defesa da horizontalidade e da participação direta desses manifestantes autônomos, demonstram um desejo por autoexpressão da indignação, por demonstração de força, pela necessidade de se ver em público e atuar por si mesmo.

Desde as lutas contra o estado ditatorial, os movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos e a igreja católica progressista se uniram para defender a conformação de uma institucionalidade democrática que teria profundos impactos nos anos 1990 e 2000. A expressão dessa união pode ser vista de maneira clara nos movimentos pelas *Diretas Já* e *pró-impeachment de Collor*. Os movimentos sociais acreditavam na democracia como projeto político e na participação como forma de concretização de direitos, optando, assim, por um arranjo dentro das regras do jogo. Neste contexto, O PT teve papel fundamental dentro das mobilizações, em 1984 e 1992, como um forte articulador e participante dos movimentos. A partir da nova Constituição, mecanismos participativos foram incluídos no aparato estatal e, durante os anos 1990, o PT prosseguiu com esse projeto através da ampliação desses mecanismos como o Orçamento Participativo em nível local, a partir da sua vitória em diversas prefeituras municipais, além de ampliar e expandir as Conferências Nacionais a partir da vitória do partido no governo federal em 2003.

O PT tem uma longa história de associativismo e de apoio aos movimentos sociais, bem como uma dedicação à implementação de mecanismos participativos; no entanto, durante o governo Lula, nota-se um conflito crescente entre os movimentos sociais e o governo. Segundo Avritzer (2016), em nível local, o Orçamento Participativo perde força a partir de 2004, com a derrota do PT em eleições locais, principalmente em Porto Alegre, que exerce importante influência enquanto centro de participação para o resto do país. Além disso, há uma significativa redução de investimentos e de centralidade desse projeto na gestão do partido, ao mesmo tempo que diversos Conselhos de Saúde são desativados em diferentes cidades como São Paulo, por exemplo. Em contrapartida, os Conselhos e as Conferências Nacionais ganham impulso com a chegada de Lula à presidência, mas também marcam uma agenda conflitiva em relação ao governo, e notam-se mudanças na participação em Conferências Nacionais no que diz respeito ao seu conteúdo. Há uma migração de temáticas que eram clássicas desde a promulgação da Constituição de 1988, como saúde, política urbana e assistência social, para áreas novas como

direitos humanos, cultura e política para as mulheres, podendo significar uma mudança de interesse ou mesmo uma conflitividade entre a agenda dos atores sociais e do governo. Além disso, há uma segmentação quanto à aceitação da participação em certas áreas em detrimento de outras – significa dizer que há uma boa recepção da participação em esferas como políticas públicas, mas, por outro lado, um forte questionamento em outras, como infraestrutura e meio ambiente, o que pode significar o conflito entre interesses econômicos e privados e a interferência eventual que a participação social poderia implicar. Nesse sentido, é preciso lembrar o confronto que envolveu governo federal e movimentos sociais em torno da questão ambiental e indígena. Se o PT possuía uma agenda ambiental, essa foi progressivamente deixada de lado, e um exemplo disso foi a construção da usina de Belo Monte¹⁹, que trouxe à tona a diferença de interesses entre movimentos sociais, ambientalistas e indígenas, de um lado, e governo federal, de outro.

O desenho da participação como foi pensado ampliou o acesso a bens e políticas públicas que beneficiaram uma parcela ampla da sociedade. No entanto, Avritzer destaca que esses mecanismos passam a perder a centralidade para o governo no que diz respeito aos seus investimentos e indica o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como seu novo alvo; porém, os investimentos em infraestrutura e a falta de participação social neste campo acabam por levar a casos de abuso e violação dos direitos da população de baixa renda e a casos de corrupção em obras superfaturadas. Inclusive, uma das questões levadas às manifestações de 2013 foi justamente o desrespeito ao Estatuto da Cidade, que garante direitos de moradia e realocação urbana para a população de baixa renda, em prol das obras para a Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e que foi claramente ignorado quando famílias foram desalojadas sem a garantia de outra moradia em prol das obras dos eventos. Todos esses elementos somados certamente levam a um conflito dentro do campo tradicional da participação, da base eleitoral e da própria esquerda, tendo em vista o fato de que várias questões afeitas ao partido e às estruturas de sustentação que o levaram ao poder vão sendo deixadas de lados em prol de um acordo de contrários.

O conflito das ruas indica, portanto, um momento de mudança nos moldes da participação, podendo indicar tanto um esgotamento dos modelos participativos institucionais, como uma ruptura do consenso participativo com uma possível perda de hegemonia do PT em

¹⁹ Belo Monte previa a construção de seis grandes hidrelétricas ao longo do rio Xingu, um dos rios mais ricos em diversidade social e ambiental do mundo. O conjunto de barragens alagaria quase 20 mil km² – equivalente ao tamanho do estado de Sergipe – e, além de destruir o rio, desalojaria grande número de comunidades indígenas e ribeirinhas.

relação à esquerda e aos movimentos sociais, além de mudança nas formas clássicas de mobilização. Neste sentido, presenciamos como concretização desses pontos a mobilização inicialmente encampada pelo MPL – que, apesar de se identificar ideologicamente com a esquerda, não se vincula a partidos – e sua atuação, que acabaram por ilustrar a crítica à institucionalidade que atravessou os discursos dos protestos, influenciando, inclusive, a forma inédita com a qual se deram os atos, inaugurando uma forma autônoma de performance. Para além das complexas tramas do que foi junho de 2013, há uma dualidade que inclui o embate entre o velho e o novo, entre pautas progressivas e conservadoras, esquerda e direita, que marcou um momento de ruptura das formas tradicionais de mobilização, de participação, de visão dos movimentos sociais e da própria esquerda, marcando também o retorno da direita às ruas depois de muito tempo.

As instituições participativas acabaram por demonstrar a limitação do seu potencial no alcance e capacidade do próprio processo participativo e, conseqüentemente, no aprofundamento da democratização. Percebe-se que o esforço e o investimento feitos pelos movimentos sociais neste tipo de instituição foram muito maiores do que os seus ganhos reais. A frustração quanto às expectativas de atuação e ao resultado dos modelos de participação institucional não deslegitima sua existência, nem se pode chegar ao exagero de dizer que seus ganhos foram inexistentes ou pífios; no entanto, esses ganhos muitas vezes estão limitados às áreas de políticas específicas por que cada instituição estaria responsável. A comparação com os mecanismos de ação direta é inevitável; neste ponto, a questão lançada por TRINDADE (2018) é muito pertinente: “o quanto se consegue avançar a partir de dentro das instituições em contraposição à ação direta”?

A questão acaba por causar a reflexão sobre a capacidade das configurações do Estado de dar conta dos impulsos democráticos da sociedade. A concentração de poder, os interesses econômicos e os desvios de conduta daqueles no poder acabam por dar a impressão de engessamento, que poderia ter levado a uma radicalização da democracia por meio dos protestos. Esse engessamento, portanto, leva a um processo reflexivo por parte dos movimentos sociais e da sociedade civil, os quais, por meio de ações autônomas e radicais, visam uma transformação profunda e uma ampliação da esfera de participação que não pode ser concebida por meios meramente formais ou por meio de uma institucionalidade anacrônica. Os partidos e as formas de representação política não vão deixar de existir nem de possuir sua importância, mas não cobrem todo o espectro do exercício da política; além disso, essas formas de atuação,

somadas a uma possível limitação da potencialidade participativa institucional, podem ter gerado uma demanda por reformas mais profundas e por participação direta.

É óbvio que negar o mérito dos mecanismos institucionais de participação é um desserviço, e os estudos de Thamy Pogrebinski confirmam essa afirmação. A autora aborda esses mecanismos em diversos dos seus textos e consegue reunir dados que comprovam que, por exemplo, as Conferências Nacionais de Políticas Públicas²⁰ são eficazes em promover produção legislativa, na medida em que o Congresso Nacional acabava por aceitar a maior parte das diretrizes propostas pelas CNPPs e que essa mesma produção legislativa demonstrava congruência temática com as diretrizes propostas, levando à conclusão de que eram, de fato, levadas a cabo e, além disso, promoviam a multidimensionalidade de representação dos partidos no eixo esquerda-direita (ainda que a pesquisa demonstre o protagonismo do PT) quanto às respostas às diretrizes propostas. As pesquisas de Pogrebinski (2017, 2018) são profícuas em demonstrar o papel desses mecanismos no aprofundamento da democracia via articulação da sociedade civil, partidos, ONGs, na participação e deliberação de temas específicos de interesse da sociedade em geral e que eram efetivos no sentido de dar origem à produção legislativa e a políticas públicas concretas. Neste sentido, a autora evidencia o Brasil enquanto modelo de políticas de participação e deliberação para o mundo através de seus mais diversos mecanismos (Orçamento Participativo, Conselhos, Conferências)²¹.

Ainda segundo a autora, o declínio dessas políticas iniciou-se antes mesmo do *impeachment* de Dilma, uma vez que ficou claro que o diálogo entre a presidenta e os movimentos sociais eram muito mais difíceis e restritos do que no governo anterior. Do governo de Michel Temer em diante o declínio se deu de forma clara e rápida: o primeiro sinal foi a convocação, em 2015, da maioria das Conferências Nacionais sobre direitos de minorias, reunidas em uma só conferência sobre Direitos Humanos, para 2016, reunindo cinco diferentes conferências em uma única. Prosseguindo em seu desmantelamento, Temer retira todos os

²⁰ As CNPPs são espaços de deliberação entre sociedade civil e governo sobre temas específicos, são convocadas pelo Poder Executivo e promovem diretrizes que podem ser aceitas ou não pelo mesmo em prol da confecção de políticas públicas, uma vez que não possuem efeito vinculante. Seguem um processo escalonado que se inicia no nível municipal, estadual e, por fim, nacional, com a eleição de delegados e a aprovação de diretrizes.

²¹ Para se ter uma ideia do alcance desses mecanismos, no caso das Conferências, entre 2003 e 2010, uma média de 10 conferências nacionais ocorreram anualmente no Brasil, e cerca de cinco milhões de pessoas participaram das 73 conferências nacionais organizadas nesse período. A primeira Conferência Nacional de Segurança Pública realizada em 2009 envolveu um total de 524.461 pessoas. Em 2011, a Conferência Nacional sobre Saúde reuniu 600 mil pessoas em todo o país, enquanto a Conferência Nacional de Assistência Social envolveu cerca de 400 mil participantes em centenas de municípios. Mais de 40 áreas de políticas públicas beneficiaram-se desses processos deliberativos, muitas das quais pela primeira vez objeto de políticas e programas nacionais. Assim como nos conselhos nacionais, os grupos minoritários também encontraram nas conferências nacionais um importante canal para tornar-se presentes e ser ouvidos no âmbito de políticas públicas.

representantes eleitos pela sociedade civil do Conselho Nacional de Educação²², transfere as competências do Conselho para o Ministério das Cidades e declara que os membros só podem ser indicados pelo governo; o mesmo ocorre com o Conselho da Juventude. Além disso, o governo também proíbe a convocação e a realização das Conferências Nacionais da Cidade, promovendo o esvaziamento da representação e da própria participação. Os cortes orçamentários nos Conselhos Nacionais têm impedido a sua realização regular, e o cumprimento de compromissos, monitoramento e implementação de políticas públicas – na verdade, sua própria existência – está em risco. Além do esvaziamento desses mecanismos, a própria sociedade civil tem se recusado a participar das poucas Conferências que ainda estão marcadas para serem realizadas, convocando, inclusive, Conferências alternativas (como é o caso da Conferência Nacional de Educação), num ato de questionamento das suas funções e mesmo de sua legitimidade. Nas palavras da própria autora,

Enquanto há apenas alguns anos o Brasil tornou-se um estudo de caso para cientistas políticos interessados em participação social e inovações democráticas, o país pode agora tornar-se um exemplo de quão frágil essas inovações podem ser quando a própria democracia demonstra sintomas de fraqueza. [...]

Os dois principais pilares sobre os quais as inovações institucionais no Brasil foram erguidas – uma intensa institucionalização e uma sociedade civil forte – não foram suficientes para evitar que, em pouco mais de um ano, um sistema de participação social em funcionamento fosse despedaçado. (POGREBINSCHI, 2017, online)

A questão que se põe aqui não é meramente a crítica e a responsabilização pura e simples dos mecanismos de participação institucional, pois, como foi aqui exposto, eles foram tomados como modelo para o mundo e enquanto uma iniciativa visionária e singular de espaço de deliberação da sociedade civil. O que se pretende demonstrar, no entanto, é um problema mais profundo no seio da própria democracia, levando em conta o papel instrumental da participação no seu aprofundamento. Dessa forma, a crise de representação que ficou clara nos protestos de junho de 2013 revelou a incapacidade de comunicação e articulação entre governo e sociedade; a negação do papel da classe política enquanto representação efetiva; os limites da participação institucional (e seu esvaziamento) – fatores estes que, somados, indicam mudanças sociais e

²² Os Conselhos Nacionais são alocados no Executivo federal, sendo muitas vezes integrados a um Ministério ou uma Secretaria Nacional, e são responsáveis por temas específicos. Realizam reuniões regulares e permitem que os representantes da sociedade civil ocupem um lugar na mesa junto aos membros do governo e da administração pública. O seu papel pode variar desde definir a agenda do governo, formular políticas e elaborar planos nacionais, decretar resoluções normativas ou recomendações consultivas, elaborar estratégias e diretrizes para a implementação das políticas nacionais nos níveis estadual e municipal, além de acompanhar e supervisionar a execução dessas políticas.

políticas, envolvendo os sujeitos, sua cultura política, as formas de se organizar e o próprio entendimento de democracia.

Assim como boa parte da onda de indignação global que tem viajado por diversos países do mundo nos últimos anos, associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política (inclusive a certos movimentos sociais e sindicais hierarquizados e ligados ao aparelho estatal). Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes e mostraram seus limites nos últimos anos. Antes de criticar os jovens por isso, deveríamos nos perguntar o que (e por que) não funciona. E aproveitar a oportunidade de ruptura da apatia e queda do muro de silêncio para a conquista de direitos e avanços na transformação social. (BRINGEL, 2013, p. 46)

2.2 Transbordamento societário

A lógica da participação tem quase sempre como pano de fundo o alargamento da vivência democrática. Nas suas distintas aspirações teóricas, desde a teoria da deliberação, da representação, da democracia participativa, a preocupação que ronda as investigações acerca do assunto é o enriquecimento e o aprofundamento da democracia. Os protestos que eclodiram no Brasil e no mundo possuem em comum o distanciamento da sociedade de seus poderes instituídos, assim como um questionamento da legitimidade que levou muitos a se perguntarem se não estamos diante de uma crise de representação. Os movimentos sociais tiveram (e têm) um papel crucial na ressignificação e na relação entre cultura e política nos seus esforços para ampliação do significado de democracia. Desde os anos 1970 e 1980, os diversos movimentos sociais encontraram um campo ético-político comum de luta: a ausência de reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito de direito. Neste período em especial, o autoritarismo e a desigualdade eram tamanhos, que estavam imbricados nas práticas sociais. A pobreza acabava significando privação completa de direitos e de reconhecimento, uma inferioridade que implicava também em ausência de dignidade. A luta dos movimentos se tornou, dessa maneira, uma luta pelo direito a ter direito, enquanto combate político contra a cultura do autoritarismo e da desigualdade social, em busca da mudança e da ressignificação dos valores que dirigiam a sociedade. Essa conexão entre cultura e política é o que permitiu estabelecer um campo comum de luta com os mais diversos movimentos sociais, em busca de uma visão ampliada de democracia.

Um instrumento utilizado nessa luta foi a cidadania, que foi apropriada de forma a ser ressignificada para alocar uma visão de democracia que incluísse o reconhecimento de direitos e de igualdade. Foi justamente neste núcleo conceitual que movimentos sociais eminentemente culturais (como o movimento das mulheres, dos negros, o ecológico) encontraram suporte para se unir a outros movimentos e sujeitos distintos, conformando um objetivo comum de luta e de elaboração de novas identidades como sujeitos de direito e como cidadãos iguais. A nova percepção de cidadania reflete a mudança de cultura política, que entende que seus direitos são conquistados a partir de lutas e práticas concretas na construção de novos direitos por parte dos sujeitos que são afetados por eles, mas que agora também os afetam. Essa participação inclui a formação de uma nova sociedade, na qual os agentes são parte fundamental da construção e da ideação desses direitos e da própria cidadania, atuando de forma ativa na esfera pública e negando o espaço privado e passivo a que eram relegados. Também é característica dessa nova cidadania a conformação de um novo sujeito que, além de ativo e participativo, também promove uma nova forma de sociabilidade como dimensão ética da vida social, na qual os indivíduos buscam o reconhecimento mútuo enquanto detentores de direitos e de igualdade nas suas relações.

Segundo José Maurício Domingues (2017), a cidadania foi pensada inicialmente de uma maneira liberal, na medida em que os direitos civis e políticos possuíam o intuito básico de garantir a propriedade privada e limitar o poder do Estado, assim como a participação social. O progresso advindo da modernidade, bem como a luta dos trabalhadores, foi o que permitiu o surgimento de direitos sociais que buscassem uma maior igualdade social entre os indivíduos. O caráter abstrato da cidadania, juntamente ao seu universalismo, é o que garante sua feição emancipatória, mas também é o que limita seu conceito, na medida em que acaba por desconsiderar desigualdades sociais, raciais e de gênero. A cidadania como foi construída no Brasil a partir dos movimentos acima referidos é relacional e rica, e serve como elemento conector de distintos problemas sociais e culturais, estabelecendo um campo anterior de reconhecimento de identidade, de igualdade e de emancipação. O cidadão tem direito a expor sua indignação e a exigir direitos que lhe pertencem e é, ao mesmo tempo, sujeito de direitos iguais, mas que se diferenciam conforme as necessidades, incluindo-as num amplo espectro dos problemas do cidadão brasileiro.

Isso nos leva a outra questão: a mobilização nos anos 1970 e 1980 possui um ideal de luta contra um Estado autoritário, antidemocrático e desigual, conformando pautas de participação e de ampliação dos princípios democráticos. A Constituição Federal de 1988

refletiu os desejos da sociedade, ao prever diversos mecanismos institucionais de participação e de ampliação da cidadania. O comprometimento com a arquitetura da participação, como já foi dito, incluiu a participação pela via institucional e a incorporação de líderes de movimentos sociais em cargos formais no governo e em ONGs. Existem ganhos e perdas nessa conformação, mas o que se nota pela mobilização das pessoas em junho de 2013 foi uma forte rejeição à institucionalidade, o questionamento da legitimidade do poder público e o reforço por uma atuação direta e autônoma, o que corrobora essa tendência e determina novas formas de mobilização e atuação popular. Dessa forma, o papel do Estado é, sim, relevante, na medida em que ainda é o polo garantidor da concretização dos direitos, de organização, de identidade, entre outras funções obviamente essenciais, mas, como agente político, seu espaço de atuação não abrange todas as possibilidades e, ao que tudo indica, não é suficiente para dar conta dos impulsos democráticos da sociedade.

Difícilmente é possível imaginar um sistema representativo democrático sem a presença da sociedade e do Estado, mas ambos vivem uma relação de interdependência na qual é preciso garantir legitimidade do poder público para governar, além de ampliação dos mecanismos participativos e democráticos. Para garantir a legitimidade, é preciso assegurar desenvolvimento social e espaço para a atuação popular, o que acaba por nos remeter à questão da crise de legitimidade que trabalharemos adiante, pois a legitimidade dos governos mundiais, na maioria dos casos, foi contestada, uma vez que, na tensão inerente de o capitalismo globalizado acumular cada vez mais capital e de o Estado precisar garantir crescimento econômico e desenvolvimento social, este último aspecto foi sacrificado em prol da satisfação de interesses de uma elite mercadológica, o que acabou por gerar uma crise de legitimidade em relação ao poder público que levou as massas atingidas às ruas, em protesto. O que restou claro diante desse quadro é o distanciamento entre sociedade e Estado, na medida em que seus interesses se afastam e se diferenciam. Não vamos nos precipitar, no entanto, voltando ao tema da participação. A relação entre Estado e sociedade demonstra seu potencial de ruptura nos momentos em que a legitimidade é questionada; nesses períodos de fissura, a indignação coletiva pode tomar proporções, como no caso de 2013, que tornam possíveis mudanças estruturais radicais.

É preciso ressaltar, no entanto, que a mudança não significa necessariamente emancipação, e que o potencial democrático nem sempre é progressista, como é possível perceber, inclusive, no Brasil, através da renovação e ascensão de forças conservadoras. A indignação difusa fundada nos problemas sociais encontra distintas direções, a depender de

vários fatores – no Brasil, por exemplo, as elites políticas e financeiras encontraram formas inteligentes de angariar o apoio popular através da pauta óbvia e simplista da corrupção. A direção tomada, entretanto, não diminui o potencial da ação: as ruas demonstraram força democrática ao se manifestar, ao mesmo tempo que apontavam as fragilidades dessa mesma democracia, com efeitos que transbordam as repercussões na via institucional.

O conflito social expôs uma crise que abrange tópicos essenciais da democracia, desde a legitimidade do poder público, os interesses privados que têm conduzido sua ação, as formas de participação, os modelos de mobilização, a cultura política, o colapso do modelo de esquerda praticado até então; enfim, assuntos de suma importância. A mobilização, como foi feita, representou o paradoxo do fortalecimento da democracia via ação direta e discussão de temas pertinentes à sociedade e à política, assim como o do questionamento da legitimidade das instituições que leva à desestabilização dos poderes através de uma crise de legitimação que põe em xeque a própria gênese na qual a democracia repousa. Isso produz um movimento paradoxal de fortalecimento e enfraquecimento da democracia, mas que não se reduz a excluir o Estado da discussão, uma vez que Estado e sociedade são interdependentes e se reforçam mutuamente nos seus papéis políticos. O modelo de democracia participativa paulatinamente construído desde os movimentos de abertura democrática criou uma cultura de cidadania ativa, inclusiva e participativa que conformou uma arquitetura de atuação formalizada através do Estado, por meio da criação de mecanismos participativos institucionais; em suma, a Constituição criou instrumentos formais de garantia da participação. Em parte, o projeto é coerente com as lutas travadas durante todo o período autoritário; de outro lado, porém, podemos nos questionar se parte da intenção da institucionalização da participação também ocorreu de forma a conter e estabilizar os conflitos que as críticas aos movimentos sociais poderiam gerar.

De todo modo, para além das repercussões político-institucionais que os protestos de junho de 2013 possam ter gerado, o fato é que a ressonância social desse fenômeno tampouco pode ser marginalizada. Muitos afirmam que os protestos marcaram uma fissura da qual surgiram crises as mais variadas, as quais expuseram diversos problemas e contradições num momento de transição: o fim do ciclo de redemocratização; o fim da era PT; o questionamento de velhas práticas políticas como a corrupção; a política de coalizões; a elitização da política e seu conseqüente distanciamento da sociedade; a crise econômica; a crítica ao modelo de esquerda praticado; o fim da hegemonia de certos partidos e organizações sobre a mobilização, e a mudança na própria forma de protesto e de percepção dos movimentos. Este momento

também foi de experimentação e transbordamento social, através de batismos na política e de práticas criativas e alternativas de atuação popular. Neste caso, podemos citar as ocupações das escolas públicas em 2015, que demonstraram a clara influência de junho de 2013 no que diz respeito à busca por ampliação da participação e por novas formas criativas de se organizar e protestar.

As ocupações foram formas de protestos em relação a um projeto do governo estadual paulista, liderado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), de fechar mais de uma centena de escolas para reestruturação em 2015²³, o que afetaria cerca de 300 mil estudantes. Em resposta, os alunos foram às ruas protestar em cerca de 60 cidades do estado. “Durante seis semanas, os estudantes foram às ruas em quase 200 ocasiões para protestar contra a ‘reorganização’ [...]” (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS e RIBEIRO, 2016, p. 9). Durante o processo, os estudantes utilizaram cartilhas traduzidas e confeccionadas pelo coletivo Mal Educado, que, assim como o MPL em 2013, foi o catalisador tanto das ocupações quanto dos protestos de rua ocorridos em 2015, lembrando que diversos participantes do MPL fazem parte também do Mal Educado. A conexão entre ambos os movimentos prossegue, uma vez que diversos participantes de junho de 2013 também estavam presentes nas ocupações e protestos de 2015.

Os jovens manifestantes puderam experimentar formas novas de contestação e de atividade política e, ao contrapor seus sentimentos de comunidade e solidariedade contra o discurso tecnicista do governo, demonstraram sua potencialidade e a defesa da escola como um lugar que extrapola visões tradicionais e reducionistas em prol de uma compreensão ampliada da experiência social e democrática. As ocupações resultaram em práticas organizativas e associativas, num processo pedagógico de aprendizagem sobre a vida política, o papel social dos indivíduos e, principalmente, dos jovens que organizaram e comandaram as ocupações sozinhos, contando apenas com a ajuda material da comunidade, professores e pais, que tiveram um papel completamente secundário. Este tipo de ação, que contém similaridades e influências decorrentes de junho de 2013, combina experimentação política, social e participativa, assim como a inauguração de novas formas de organização e mobilização.

É interessante notar que muitas das interpretações de junho de 2013 – sobretudo aquelas que acompanharam seus desdobramentos posteriores anos depois – tendem a limitar seus efeitos ao espectro político-institucional e/ou a relacionar o evento diretamente à polarização, à

²³ O governo pretendia a divisão em ciclos; cada escola seria responsável por um ciclo, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

ascensão da direita, à reeleição por estreita margem de votos de Dilma em 2014 e, finalmente, à perda de popularidade e aos ataques diretos ao governo que culminaram no *impeachment* da então presidenta. No entanto, sem que isso implique qualquer idealização, junho de 2013 tem efeitos maiores, que transpõem esse tipo de entendimento. As abordagens que buscam analisar outros aspectos, tais quais os efeitos sociais e culturais dos protestos, como é o caso das de autores como Maria da Glória Gohn e Breno Bringel, podem acabar por captar nuances que, à primeira vista, não são tão óbvias, mas que possuem uma importância central, ainda que possa levar tempo para serem percebidas e relacionadas aos fenômenos de 2013. Neste sentido,

Lembre-se que na França pós-maio de 1968 as eleições nacionais de junho deram uma ampla vitória eleitoral para a direita. Apesar disso (curiosamente esse fato é hoje escassamente lembrado), poucos podem negar que, em um horizonte temporal ampliado, o impacto dos resultados destas eleições foi muito menor do que a do «movimento de maio», um movimento cultural que transformou a França e influenciou movimentos de várias partes do mundo. (BOLTANSKI e CHIAPPELLO, 1999 *apud* BRINGEL, 2015, p. 10)

Socialmente falando, 2013 representou um forte impacto no entendimento dos protestos e do ativismo como era praticado até então. É preciso reafirmar que isso não implica, em termos definitivos, uma completa transformação, mas há claramente uma mudança na forma como a mobilização é realizada e como os coletivos e militâncias se organizam. A própria rejeição às organizações tradicionais, simbolicamente, demonstrou essa modificação de percepção do protesto. Esse momento representou também a inclusão do Brasil numa ótica global de manifestação cujas semelhanças o aproximam a outros fenômenos, como o *Occupy* e *Indignados*: mobilizações organizadas via redes sociais, coletivos flexíveis e horizontais, pautas descentralizadas e diversas, conexões entre coletivos distintos, atuação de sujeitos sem histórico prévio de atividade política, a importância da experiência e da performance – fatores que, juntos, nos aproximam dessa hipótese. O que nos leva também a outro ponto, o do *transbordamento societário*, a que Bringel (2015) se refere como a presença da conflitualidade na rua, a indignação difusa que se amplia para além da mobilização inaugural. As pessoas estão presentes no mesmo lugar, a indignação é a mesma, a pauta – em termos gerais – pode até ser compartilhada, mas os horizontes, as intenções e o próprio entendimento sobre a questão são distintos. A partir de uma mobilização comum, interesses e bandeiras vão se diversificando para uma reivindicação que em sua forma e conteúdo pode se diferenciar enormemente daquela que lhe deu origem, e esse transbordamento tem a prerrogativa de quebrar a apatia e mobilizar pessoas comuns em prol de um objetivo e de demonstrar a força mobilizadora da sua ação.

Neste sentido, um conceito que tem sido promovido por autores como Gohn (2016), Sherer-Warren (2014) e Mendonça (2017), entre outros, é o de multidão, que é utilizado na tentativa de apreender os sentidos multitudinários de junho e das pessoas que se mobilizaram, desenhando a multidão plural, contraditória e difusa que caracterizou os protestos. Dessa forma, ao abordar o tema da multidão, Mendonça se remete a Hardt e Negri, que primeiro cunharam o conceito:

Na definição deles, a multidão é o resultado da interação contínua entre singularidades que não são harmonizadas, mas que produzem algo em comum. Como o corpo humano ou o cérebro, a multidão produz algo comum a partir da relação entre entidades distintas e irreduzíveis umas às outras e não controladas por um único centro. Sua existência depende das (e alimenta as) singularidades. (2017, p. 139)

Esse conceito tem o benefício de analisar a conflitualidade, a disputa das ruas, a partir das ideologias e pautas distintas e de sua capacidade de mobilização e de produção de um terreno comum de protesto e indignação das singularidades. Nesse compartilhamento da experiência coletiva, é mais importante estar presente nos protestos do que propriamente as motivações para se estar lá. A produção do terreno comum da indignação tem a capacidade de tirar os indivíduos de suas rotinas habituais em prol da construção de existências sociais alternativas, de participação e demonstração de força. Partilhar vivências, medos, alegrias, conforma um terreno comum da experiência de grupo, independentemente da conformação de uma identidade coletiva anterior e respeitando as singularidades. Junho é justamente a descoberta de experiências comuns atravessadas por ações cheias de individualidade que conformam uma esfera contraditória, mas também plural e rica. A experiência societária transbordou para além do campo político-institucional, transformando os protestos em experimentações sociais e culturais de convivência, troca, prática cidadã, que deram origem a novas formas de atuação e influenciaram protestos posteriores

A importância da presença nos atos e da dimensão daquilo que os atores presenciavam, levava as pessoas às ruas, independentemente de seus históricos de militância ou participação política, diante da consciência de que presenciavam algo notório e de relevância histórica. Mendonça conseguiu perceber, através de sua pesquisa com manifestantes de Belo Horizonte, que seus discursos eram atravessados pela sensação de que precisavam estar na rua com as pessoas não importava o que fosse, de que era imprescindível sua participação naquele evento. A presença, a necessidade de participar dos atos, a experiência da ação coletiva, são elementos que unem e conformam um terreno comum aos manifestantes, mas sempre marcado pelas particularidades, seja por meio do modo como os protestos tomam diferentes formas, seja pelas

distintas pautas defendidas. É preciso destacar, mais uma vez, que, apesar dos seus diversos méritos, obviamente essa multidão, atravessada por singularidades e contradições, não estabeleceu uma realidade pacífica, nem, tampouco, quer dizer que seus resultados sejam necessariamente positivos:

Não se entende as manifestações como um poço de virtudes em que todos são respeitados na construção do bem público. Elas são mais bem compreendidas como um campo disputado por diversas singularidades que, em seus choques e atravessamentos, produzem algo em comum. Comum esse que, como argumentado em outro trabalho, não é necessariamente emancipatório, mas se insere em um processo amplo de deslocamentos da realidade instituída.

O comum que percebemos é diverso, como revelam os próprios conflitos, e essa diversidade foi absolutamente fundamental para gerar a potência e o volume desses protestos. O tamanho dessas multidões está diretamente vinculado à capacidade delas de encampar, sem harmonizar, o múltiplo e o contraditório. Sem o singular, tais multidões seriam inviáveis e perderiam a própria potência. É a multiplicidade que viabiliza os deslocamentos mútuos na estruturação de algum todo mais complexo. (MENDONÇA, 2017, p. 152)

Os protestos de junho de 2013 devem muito de seu destaque ao tamanho das mobilizações e à sua capacidade de mobilizar campos tão heterogêneos de identidades e agendas, sendo que o primeiro está intimamente relacionado à capacidade do segundo. Ainda sob os efeitos sociais, é interessante notar o fato de os manifestantes não possuírem, em sua maioria, uma identidade coletiva anterior, o que pode ser definido como a precedência da ação sobre a identidade²⁴. Diante da crítica à institucionalidade, as identidades dos sujeitos foram questionadas, desconstruídas e refeitas a partir de processos relacionais que construía redes entre os próprios manifestantes, ao mesmo tempo que desenvolviam sua própria subjetividade enquanto sujeito político que questiona os lugares de poder, ainda que os resultados e direções nem sempre sejam emancipatórios (o que pode, inclusive, variar conforme a percepção).

O conceito de *multidão* aqui mobilizado tem o condão de exemplificar a experimentação e a tentativa dos teóricos em apreender as complexidades de junho sem, no entanto, enquadrar a experiência em determinações limitantes, tendo em vista a temporalidade dos fatos (ainda em construção) e tomando sua própria lógica multidimensional e contraditória a favor de sua interpretação. Outros esforços têm sido feitos nesse sentido, como é o caso da utilização do conceito de ‘redes’ empregado por Castells (2018), que o aplica no sentido de apreender a lógica autônoma e individualizante das redes sociais e da própria internet, e a sua alta capacidade de mobilização e conexão a favor de uma geração igualmente autônoma, espontânea e sedenta por

²⁴ Ver MENDONÇA, Ricardo Fabrino; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. A política como desconstrução de sujeitos: desencaixes e rearticulações identitárias em protestos multitudinários contemporâneos. *Galaxia*, São Paulo, n. 37, jan-abr. 2018, p. 41-54.

transformações capazes de incorporar lógicas heterogêneas e complexas sob signos comuns. O uso destes conceitos, portanto, se dá muito mais no sentido da experimentação de se pensar formas alternativas e novas de perceber os fenômenos de junho (e os demais) do que propriamente a sua apreensão exata enquanto conceito englobante.

Esse tipo de perspectiva é coerente com a nova visão da sociedade civil acerca dos movimentos sociais e do que constitui emancipação após o fim das utopias totalizantes. Para tomar emprestado o conceito de Nancy Fraser, nos conflitos “pós-socialistas”, a concepção de que a desigualdade e as classes sociais, bem como o embate entre o mundo do trabalho e do capital, eram a fonte de todos os problemas, cuja solução pendia para uma luta revolucionária emancipatória. Essa perspectiva perde a capacidade de dar conta de um mundo plural e complexo que, em momentos históricos determinados, converge sobre outros aspectos da vida, como o reconhecimento e as mudanças culturais e ideológicas que acabam tornando esse tipo de visão totalizante, insuficiente. Dessa forma, o sentido das investigações deve ser muito mais plural, e a forma como se enxerga a emancipação, conforme Jeffrey Alexander defende, deve ser vista como uma pluralidade de sentidos e perspectivas.

É diante desse quadro que se coloca a questão da “democratização da democracia”. Pois a sociedade civil não procura mais simplesmente lutar contra o sistema político e econômico, mas aumentar seu poder de influência, colocando em marcha uma tendência de transformação democrática da relação entre Estado e sociedade juntamente com a radicalização de espaços considerados mais democráticos de participação política. Esses conflitos colocam um desafio para a democracia atual e fundam o horizonte a partir do qual os obstáculos existentes são diagnosticados. Os movimentos sociais há muito tempo apresentam críticas ao sistema representativo e procuram, por exemplo, influenciar processos legislativos e decisões do judiciário. Eles simultaneamente modificam o sentido da emancipação e apresentam uma atitude crítica diante do presente: não se luta “contra” a democracia e o direito, ou simplesmente “ao lado” deles, mas por direitos e pela radicalização da democracia. Essa perspectiva crítica está amplamente presente nas pautas político-jurídicas atuais, com a ideia do pluralismo jurídico, das transformações da cidadania e da representação política, da reforma do judiciário e mais acesso à justiça, das ações coletivas e das tematizações públicas ligadas às reivindicações em torno de desigualdades e diferenças. (MELO, 2012, p. 13-14)

A escolha por esse tipo de metodologia e interpretação se dá porque, como foi dito anteriormente, a herança de junho é a contradição, e o estudo desse fenômeno sob lógicas totalizantes pode não apreender os sentidos múltiplos que os acontecimentos podem relegar à história do país e às suas consequências sociais e políticas. Além disso, uma visão reducionista, com vistas apenas aos ganhos imediatos e efetivamente políticos do movimento, poderia fazer crer que junho só gerou instabilidade e crise no seu sentido mais negativo. Afinal de contas, algumas das pautas acatadas, como a redução do preço dos transportes, logo foram revertidas,

e outras, como a reforma política, esquecidas. Por outro lado, a crise econômica e política viveu seu auge após as manifestações: uma presidenta sofreu *impeachment*, e as forças conservadoras se fortaleceram. No entanto, como já disse antes, aludindo a Chiapello e Boltanski, os efeitos sociais dos eventos ainda estão em construção, e seus frutos podem ser sentidos em muitos anos. Além disso, tomando como exemplo o caso espanhol e fugindo de uma análise finalística, a construção de esferas alternativas de comunicação, participação e experiências não poder ser mensurada em termos de eficiência e produção; os eventos, enquanto experimentação e vivência, podem ser um fim em si mesmo na construção de saberes e de formas alternativas de concepção da política e da deliberação.

2.3 Conclusão

Em rápida conclusão, busquei sustentar a importância do tema da participação não só por seu valor democrático em si e como expressão mais óbvia da atuação popular direta em casos de protestos, mas também enquanto percepção dos próprios manifestantes acerca da relação da participação e da qualidade da democracia, bem como um fator real de importância que os levou a protestar. Portanto, a participação é tanto valor democrático como motivação; existe uma crença da sua importância, principalmente em momentos de crise e de transformação de valores da sociedade. Tendo em vista a atuação dos movimentos sociais nos anos 1970 e 1980 em prol da redemocratização, esses valores foram amplamente trabalhados e incentivados por grupos que sofriam restrição de direitos e de reconhecimento no aspecto econômico e identitário e que se uniram na construção de uma cidadania inclusiva e participativa que exigia a elaboração de leis, o reconhecimento de direitos e de espaço em conjunto com o poder público, de modo que esses mecanismos garantissem e refletissem as necessidades reais de seus cidadãos. Esse esforço foi recompensado por uma Constituição que, inclusive, foi chamada de “Constituição Cidadã”, ao prever direitos inclusivos e uma arquitetura participativa que garantiria que esses movimentos fossem integrados pelo poder público através de Instituições Participativas que lutassem pela sociedade e seus interesses.

Esse modelo serviu de exemplo para o mundo e foi bem-sucedido em termos de efetividade e inclusão. No entanto, com os anos, nota-se uma paulatina mudança nas prioridades do Estado e uma separação progressiva entre o governo e os movimentos sociais. Os interesses

vão se distanciando, e a representação vai se decantando – especulo até que ponto a institucionalização dos movimentos não serviu, também, para arrefecer potenciais conflitivos. Apesar disso, o esforço na construção de uma cidadania participativa e o potencial da indignação popular em momentos de crise não podem ser subestimados, e é justamente isso que acredito ser um dos pontos fortes de junho de 2013. Em um momento de crise de representação somado às insatisfações sociais e à incapacidade dos mecanismos institucionais de darem conta do impulso democrático social, tudo isso, junto, resulta numa experiência que leva pessoas comuns às ruas em busca de se expressarem, de serem reconhecidas, de terem seus problemas expostos e de sentirem que fazem parte de algo maior.

Dessa forma, ao mesmo tempo que o poder público é contestado, a ação direta é legitimada, as mediações são repudiadas, e formas alternativas de participação e de organização são pensadas e experimentadas – nisso se constitui o conceito que tomo emprestado de Breno Bringel, o do transbordamento societário. Esse fenômeno se resume pela insuficiência de canais institucionais de expressarem os impulsos contestatórios e propositivos da sociedade, ao mesmo tempo que reflete a crítica generalizada às instituições políticas e permite, diante dessa desconfiança, a construção de projetos criativos e experiências sociais e políticas na construção de “algo melhor”.

Esse caminho leva a outro ponto que abordo neste capítulo: a potencialidade multitudinária desses protestos deve ser interpretada conforme as novas acepções de democracia em toda sua pluralidade e contradição, ou seja, os protestos de junho, assim como outros parecidos que ocorreram no mundo, não devem ser enquadrados sob termos de resultados imediatos e políticas efetivas que deles tenham nascido, correndo-se o risco de reduzir os fenômenos sob a justificativa de que foram inúteis ou de que deles nada tenha resultado. Em vez de entender os acontecimentos sob a chave de um resultado finalístico, entendo que as experiências de junho levaram a diversas emancipações dentro de um entendimento social que não pode ser quantificado e cujos efeitos são sentidos a longo prazo. Além disso, diante de uma interpretação alargada e plural, entendo que o fenômeno também é cheio de contradições, o que não retira em nada sua potencialidade, mas exige que as interpretações sejam feitas conforme novas chaves analíticas.

Este capítulo foi uma tentativa de analisar os efeitos multitudinários de junho na esfera social e todo o seu experimentalismo. Em seguida, discutirei outras facetas que incluem seu enquadramento político-institucional e seu papel na crise que desponta nas democracias contemporâneas; no entanto, é preciso enxergar a crise tanto como momento de

enfraquecimento diante da crítica, mas também como fortalecimento através da ação direta e como oportunidade para mudanças radicais e de experimentos sociais. Neste sentido, a participação e a ação direta serviram como condutores da discussão do transbordamento societário e dos experimentos sociais, participativos e culturais, e da importância do fenômeno enquanto um fim em si mesmo. Dessa forma, é preciso entender o fenômeno num enquadramento emancipatório amplificado e fragmentado, entendendo junho de 2013 como uma experiência de conformação de identidades comuns e singulares, plurais e individuais, unas e fragmentadas, resultando numa contradição para além de um historicismo determinante, mas enquanto ambiguidade cheia de possibilidades.

3 A CRISE DA DEMOCRACIA (?)

Há uma percepção generalizada de crise que tem tomado diferentes nomes: crise da democracia, crise de representação, crise de legitimidade, crise da política, crise econômica. Existe, de fato, uma crise? Se sim, em que se constitui? O que a diferencia de outras crises precedentes?

Podemos começar a responder as questões acima a partir do fenômeno as que suscitou. A crise econômica de 2008 foi de tamanha proporção, que foi sentida no mundo inteiro e comparada à Grande Depressão de 1929: bancarrota dos bancos, alto índice de inadimplência, níveis de desemprego cada vez mais altos, precarização da vida dos cidadãos comuns, endividamento – o quadro era desesperador. No entanto, para além da discussão mais óbvia sobre economia, foi aberta uma fenda na qual surgiram outras questões, abrangendo a relação entre o poder público e o mercado e de ambos com a sociedade, questões que suscitariam mobilizações em diversos locais no globo.

Na tentativa de esclarecer de que crise estamos falando, é preciso recorrer ao conceito apresentado por Habermas em *Crise de legitimidade no capitalismo tardio*. A obra, apesar de tratar de um momento histórico diferente do capitalismo, possui elementos essenciais sobre legitimidade, sobre as relações entre Estado, política e sociedade e sobre a própria noção de crise que também nos ajudam a compreender fenômenos atuais. Primeiramente, o seu entendimento alargado do capitalismo e das possibilidades de crise em diversas áreas nos ajuda a entender como o fenômeno econômico despontado em 2008 também pode provocar crises políticas, por exemplo, na medida em que a relação disfuncional entre os subsistemas, ainda que no nível econômico ou administrativo, pode afetar a integração social.

Os fenômenos de crise devem sua objetividade ao fato de que eles nascem de problemas de regulação deixados sem solução. As crises de identidade estão em correlação com os problemas de regulação. Os sujeitos que agem não são conscientes durante a maior parte do tempo acerca dos problemas de regulação, mas estes problemas engendram problemas derivados que produzem, estes, efeitos de forma específica na consciência destes sujeitos, de tal sorte que a integração social é posta em perigo. A questão que se põe é, entretanto, saber quando aparecem problemas de regulação que cumprem com esta condição. Um conceito de crise apropriado às ciências sociais deve, portanto, captar a correlação entre integração social e integração sistêmica. (HABERMAS, 1973, p. 15)

A partir de uma noção ampliada do capitalismo enquanto instituição social que abarca outras áreas que não somente a econômica, é preciso destacar ainda que a relação do capital

com o poder público é de necessidade, mas também de tensão e de crise inerente. De um lado, o poder público é necessário ao capitalismo para promover estabilidade e legitimidade, garantindo as condições de acumulação de capital; além disso, a legitimidade também depende da sua capacidade de garantir o desenvolvimento econômico. De outro lado, essa tendência para a acumulação perpétua desestabiliza o próprio poder público do qual o capital depende.

Tanto no nível estatal-territorial como no geopolítico, portanto, a economia capitalista depende de poderes políticos externos a ela. E para apreender essa dupla dependência que emprego a expressão mais ampla “poder público”, em lugar da expressão mais usual “poder estatal”. Em ambos os níveis, o poder público é uma indispensável condição *sine qua non* para a exploração do trabalho, para a produção e a troca de mercadorias e para a acumulação de mais-valor. Ausentes tais arranjos políticos, esses processos econômicos, capitalistas por excelência, não poderiam ser mantidos. Assim, também os poderes políticos são importantes partes constitutivas de uma ordem social capitalista. Da mesma maneira que a reprodução social e a ecologia natural, a organização do poder público é um componente necessário de uma concepção alargada do capitalismo como uma ordem social institucionalizada. Somente com um alargamento de nossa concepção do capitalismo para incluir a ordem política, podemos clarificar toda a variedade das contradições e tendências de crise do capitalismo, incluindo aquelas expressas nos atuais processos de desdemocratização. (FRASER, 2015, p. 158)

Dessa forma, o poder público e o capitalismo são dependentes entre si, mas, ao mesmo tempo, são marcados por uma contradição inerente. Essa tensão, no entanto, vai tomando formas dramáticas quando se percebe que o capitalismo na sua forma atual se caracteriza por uma certa autonomia e independência que submetem os poderes públicos aos interesses privados, superando em força estes poderes através de empresas transnacionais e fluxos financeiros globais que escapam ao controle territorial limitado dos Estados. O que resta é o esvaziamento da democracia, em diversos níveis, em razão da colonização do poder público pelo poder do capital, que investe uma força considerável para relegar problemas sociais a soluções que envolvam o mercado quando não conclui que tais problemas excedem os limites da solução dentro do sistema.

Antes, no entanto, de examinar de forma pormenorizada os limites e contradições do que Nancy Fraser denominou de capitalismo financeirizado, devemos analisar a forma histórica imediatamente anterior do capitalismo, ou seja, o capitalismo estatalmente organizado que, na obra de Wolfgang Streeck, possui um peso ímpar na evolução da crise do capitalismo calcada na tensão acima mencionada, destacada principalmente na contradição inerente entre poder público e capital ressaltada pela união imposta entre ambos. Começemos, portanto, desse ponto.

3.1 A Crise no Mundo

Streeck (2018) analisa precisamente esse casamento forçado, como ele mesmo denomina, entre capitalismo e democracia, a partir dos regimes pós-guerra em torno dos anos 1970, período de transição do capitalismo moderno para um modelo autorregulado. Para o autor, as crises do capitalismo tardio desde os anos 1970 estão fundadas justamente na tensão entre esses dois elementos, e a solução tende a um divórcio cada vez maior, no qual a democracia deve ser deslocada do capitalismo. Dessa forma, segundo o autor, estamos numa fase tardia da democracia, “na medida em que a democracia, tal como a conhecemos, está prestes a ser esterilizada como democracia de massas redistributiva e a ser reduzida a uma combinação de Estado de direito e entretenimento público” (STREECK, 2018, p. 55), processo esse que toma força desde a crise de 2008, principalmente na Europa. As análises investigam as quatro décadas que se seguem ao fim do modelo de capitalismo do pós-guerra e a sua crise, que foi adiada, durante esse tempo, por meio da inflação, depois pelo endividamento do Estado, pela expansão dos mercados de crédito privados e, por fim, pela compra de dívidas de Estados e de bancos pelos bancos centrais, recorrendo à compra de tempo com dinheiro, a fim de evitar convulsões sociais.

Como dito anteriormente, o ponto nevrálgico dessa crise que se inicia em meados dos anos 1970 e explode finalmente em 2008 é a tensão entre democracia e capitalismo. O equilíbrio entre ambos foi imposto após o período de guerra, num arranjo keynesiano que aliava justiça de mercado a justiça social. No período que se sucede ao fim da reconstrução do pós-guerra, o capital vê a oportunidade de escapar das amarras da regulação social que lhe foi imposta a partir de 1945 e à qual nunca desejou estar ligado.

Streeck utiliza um argumento interessante no qual estabelece que o capital possui agência e necessidade de legitimar o sistema econômico-político. Dessa forma, as crises de legitimação por parte do capital seriam geradas a partir de uma disparidade entre “as expectativas de rendimento dos proprietários do capital e suas exigências em relação à sociedade, por um lado, e as expectativas salariais e de emprego dos beneficiários de salários fixos, por outro [...]” (STREECK, 2018, p. 71). Essa crise de legitimação acaba por gerar uma quebra de confiança nos detentores de capital, que são aqueles que têm o poder de investir e que retêm suas aplicações, gerando, assim, uma crise econômica com todas as suas consequências, inclusive o desemprego. Isso foi justamente o que aconteceu a partir de meados

dos anos 1960, quando o sistema econômico capitalista percebeu que não conseguiria manter as expectativas de progresso contínuo nem o desejaria fazer, pois o custo seria lucros cada vez menores, ao mesmo tempo que os destinatários de salários não viam vantagem em se submeter a um sistema que não lhes beneficiaria e se sentiam fortalecidos diante de todas as conquistas obtidas nos anos anteriores. Este também seria um motivo para o incômodo do sistema capitalista, pois o modelo keynesiano havia possibilitado uma situação estável e progressista a tal ponto que os trabalhadores se tornaram atrevidos e esquecidos das misérias do desemprego. A partir dos anos 1970, portanto, há uma quebra completa nas expectativas do trabalho e do capital, de tal forma que este busca se separar do contrato pós-guerra e de todas as obrigações sociais que o limitam, gerando, inevitavelmente, uma crise.

A crise refere-se a uma crise de legitimidade da democracia parlamentar, pois o crescimento resultante da união do trabalho e do capital não se sustentava mais, e o investimento produtivo mostrava sinais de que não seria suficiente para garantir o pleno emprego, pedra angular do acordo do capitalismo do pós-guerra. Dessa maneira, o poder público, através da inflação, sustentou os aumentos salariais, ainda que as taxas de produtividade estivessem mais baixas do que o nível necessário para acompanhar essa providência. Esse plano temporário visava manter a paz social através da ilusão de crescimento e prosperidade numa sociedade consumista em rápido desenvolvimento; logo, no entanto, tal medida se esgotou, e foram necessárias formas de estabilização monetária nos anos 1980, as quais, somadas ao desemprego e à recessão, trouxeram novamente à tona a crise de legitimidade do capitalismo do pós-guerra. Crise essa que acentuava ainda mais o abismo entre aquilo que o capitalismo estava disposto a dar e aquilo que sua clientela esperava, e, novamente, será necessária uma intervenção política para transpor essa tensão através do endividamento público.

Assim como a inflação, o endividamento público visa a criação de recursos ainda não disponíveis de imediato – que seriam captados via impostos, o que, naquele momento, seria tão arriscado politicamente quanto o corte das políticas sociais –, e, dessa forma, as instituições privadas de crédito pré-financiavam as futuras receitas fiscais do Estado. Essa medida foi capaz de garantir paz social por um tempo, mas o problema surge novamente nos anos 1990, com a preocupação dos Estados com o papel da dívida pública nos orçamentos e a dúvida permanente dos credores sobre sua capacidade de quitá-las. O capitalismo, embora tenha se libertado do modelo do pós-guerra, ainda necessitava da legitimidade que era obtida através da injeção de recursos adicionais que evitavam conflitos sociais, e essa força legitimadora era ameaçada pelos cortes sociais feitos e pelas medidas de consolidação orçamentária dos Estados (iniciada pelos

Estados Unidos), que acabavam por afetar a procura e perdas de rendimentos dos agregados familiares. A nova medida para garantir estabilidade veio por meio de uma segunda onda de liberalização dos mercados de capitais, via endividamento privado.

O endividamento privado foi a terceira medida de adiamento da crise e consistia numa mudança de lógica de capital na qual o Estado se afasta da responsabilização por meio de intervenções e deixa o ônus e o risco do crescimento econômico e a proteção social por conta do mercado e dos seus participantes, contando com sua autonomia e capacidade de autorregulação. Na crise de 2008, essa medida demonstrou sua incapacidade de adiar por mais tempo a crise de um sistema que se baseava no crescimento e em promessas à população que já não podia mais cumprir, e, se o Estado buscava se retirar da esfera de interferência no mercado, isso se tornou impossível, em razão da necessidade de sua intervenção para salvar os bancos através de medidas que basicamente nacionalizavam as instituições financeiras, a ponto de o dinheiro público e o privado não poderem mais ser distinguidos entre si.

Em resumo, Streeck analisa que

se nos lembrarmos da evolução do capitalismo do pós-guerra desde o fim dos *trente glorieuses*, poderemos ter uma ideia aproximada da próxima etapa. Cada uma das três transições para um novo modo de criação de legitimidade foi acompanhada por derrotas da população dependente dos salários que permitiram levar adiante o processo de liberalização: o fim da inflação foi acompanhado de um enfraquecimento secular dos sindicatos, com o fim de sua capacidade de greve e o início de um desemprego estrutural de longa duração que persiste até hoje; a consolidação das finanças públicas nos anos 1990 foi acompanhada de cortes profundos em direitos sociais, com a privatização dos serviços públicos e diversas formas de comercialização dos serviços de interesse geral, tendo sido os partidos políticos e os governos, enquanto garantidores da seguridade social, substituídos pelas companhias de seguros privadas; e o fim do capitalismo a crédito foi acompanhado de uma perda de poupanças e de rendimentos de capital planejados cuja extensão não se consegue prever, nem sequer aproximadamente, assim como de desemprego, subemprego e outros cortes nas prestações estatais, na sequência de uma nova onda de consolidação dos orçamentos públicos. (2018, p. 92)

Na assertiva acima, nota-se que o principal perdedor nessa sequência de fatos é o dependente de salário, que acaba por ser induzido e ensinado a se conformar com cortes cada vez maiores em seus direitos sociais, em sua proteção e seu desenvolvimento, enquanto o capital e o poder político garantem seu domínio e seus interesses numa relação interdependente difícil de compreender na sua totalidade. A partir disso, o autor pondera que a solução para a crise financeira e fiscal que vivemos é uma total reformulação da relação entre estes entes, sob o risco de que o resultado não seja rápido o suficiente para contê-la. O que se pode notar, no entanto, é a tentativa cada vez mais forte do capitalismo de se desamararrar da democracia como era praticada no pós-guerra, uma vez que as possibilidades de garantir legitimidade e, assim,

paz social – através de liberalização e criação de ilusões de crescimento – aparentemente se esgotaram, e, se não houver um outro milagre de crescimento, o capitalismo se verá obrigado a viver sem a fórmula de paz do consumismo financiado a crédito. Tudo isso, somado à gestão da crise, que consiste na despolitização da economia política, teve como resultado a ausência de participação democrática de uma população que se acostumou com a distribuição de mercados autorregulados.

O livro de Streeck trata da crise de 2008, mas claramente se refere aos países do norte do Ocidente, com destaque para os Estados Unidos e a Europa. É claro que a crise econômica atingiu o mundo como um todo, devido ao seu modelo de capital global, mas os contextos específicos de cada país ditaram o tom de como as crises se desenvolveram em conjunturas específicas. No livro de Streeck, a tensão entre capitalismo e democracia, justiça social e justiça de mercado, é o núcleo que conduz a discussão; os protestos que explodiram no núcleo capitalista do mundo e depois se espalharam pelo globo tiveram como centro a economia, as medidas de austeridade, a parcialidade do Estado que claramente escolheu o 1% em detrimento da sociedade, o desemprego dentre todas as injustiças sociais cometidas pelo Estado. Para o autor, no embate entre democracia e capitalismo, ficou claro que este venceu e que, se não é mais possível conciliar esses interesses distintos sob o manto do consumismo financiado e da paz social, o capital opta por se separar completamente da democracia e de seus encargos sociais e assumir seus interesses privados. Além disso, ficou mais claro do que nunca que a separação entre Estado e capital é uma ilusão.

No entanto, a partir de uma concepção ampla de crise, a discussão trouxe à tona questões comuns a outros países, como a crise de representação. Quando a sociedade foi às ruas protestar, houve uma nítida sensação de que os interesses do Estado e do capital não se conciliavam com a sociedade e de que esta já não era mais objeto de proteção por parte do primeiro. Em um sentido mais geral, em diversas manifestações mundiais, e, em particular, em junho de 2013 no Brasil, há uma sensação de descompasso, de descolamento entre as pessoas e as instituições políticas. Para Castells (2018), esse afastamento, junto do sentimento de que “não nos representam”, produz crise de legitimidade, e, em geral, a solução ocorre dentro do sistema representativo através da substituição de um partido pelo outro, no sistema pluripartidário, em busca de alternativa às insatisfações. No entanto, o sistema político se profissionalizou de tal forma a ponto de proteger seu oligopólio à custa dos interesses dos representados, numa lógica de preservação que torna o conjunto muito parecido, no fim das contas. Há uma compreensão implícita de que a classe política possui um funcionamento próprio e, muitas vezes, espelha

aquilo de pior que existe no poder: a corrupção, a perpetuação do poder, a defesa de interesses próprios, a instrumentação do poder político em prol do poder econômico. Se há um sentimento quase que de resignação quanto ao funcionamento desse sistema (representado perfeitamente pela frase “rouba, mas faz”), podemos especular que a apatia pode dar lugar à indignação em momentos críticos de crise econômica, social, moral, quando a revolta se manifesta nas ruas, como foi o caso da maior parte dos protestos globais.

Obviamente, cada lugar guarda suas especificidades, mas há um certo consenso de que a gênese das demais crises foi a já mencionada crise financeira de 2008, que pode ser apontada como a faísca que incendiou a pradaria e serviu para expor diversas falhas no sistema político. Para Castells, essa crise inicial serviu para apontar os limites do capitalismo financeiro global, o qual acaba por conectar o sistema econômico de tal forma a ponto de uma crise se suceder a outra como um jogo de dominó que, sob o toque de uma única peça, derruba todas as demais, permitindo um colapso geral que só é sanado por meio da interferência dos Estados na economia. No entanto, essa intervenção estatal estanca a crise de financistas especuladores à custa da proteção das necessidades dos cidadãos de cada país atingido. Na Europa, em particular, o corte no investimento público, o desemprego generalizado e as medidas de austeridade foram elementos que acenderam um fogo que iria se espalhar numa insatisfação popular que tomaria conta das ruas. Somado todo o quadro de dificuldade à percepção de que o sistema financeiro estava sendo salvo em detrimento da população e de casos constantes de corrupção no sistema político, o resultado foi a compreensão de que havia uma separação nítida entre o sistema econômico e político, de um lado, e a população, do outro, numa polarização que deu origem a uma crise de legitimidade, na medida em que se tornou claro que os interesses privados desses sujeitos se sobrepujam aos interesses públicos da população.

Dentro desse conjunto de fatores, à crise de legitimidade exposta pela crise econômica soma-se um fenômeno relativamente recente: a internet. Além da sua face mais óbvia, que é a de expor quaisquer pensamentos, sejam eles ofensivos (e até mesmo criminosos) ou não, ao sabor das impressões e verdades pessoais, outro fenômeno tem sido percebido nos últimos tempos: a utilização das redes sociais como instrumentos de propulsão ou destruição de políticos. As redes têm sido utilizadas como uma arena sem regras, que serve tanto para o marketing político, para difamação de adversários e até mesmo de comunicação de importantes decisões políticas (como podemos notar pelo assíduo uso do Twitter por Donald Trump quando presidente dos Estados Unidos). Podemos nos arriscar a conjecturar a importância dessa instrumentalização como fator que pode ter sido determinante nas eleições de diversos políticos

nos últimos tempos, inclusive dos mais altos postos, como Presidentes e Primeiros-Ministros. Por outro lado, também produziu o efeito secundário de gerar uma desconfiança generalizada da classe política diante de tantos escândalos, investigações e calúnias relacionados aos políticos nas redes, efeito esse fomentado pelos meios de comunicação.

Diante desse quadro que expõe deficiências e um sistema profundamente corrompido, as soluções se situam em diversas direções, mas o sentido tende a ser o escape da institucionalidade política clássica, uma busca por uma alternativa real ao que se pratica comumente. A alternativa pode variar desde soluções que primam por simplificações ou pelo retorno às instituições originais como a família, a religião, a homogeneidade da cultura, o que pode acabar por se tornar uma solução conservadora com todos os seus derivados: racismo, machismo, xenofobia, nacionalismo extremado, reforço de políticas neoliberais etc. (como é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos, de Emmanuel Macron na França, de Jair Bolsonaro no Brasil, para citar alguns); mas também pode ser mobilizada por uma proposta original de esquerda fundada nas ruas, em oposição direta à institucionalidade e em fomento à lógica horizontal, tal como o *Podemos* na Espanha. Diante de uma repentina ascensão de uma direita conservadora de discurso extremista, a descrença inicial acabou por dar lugar a certa inquietação e, por fim, a uma perplexidade diante da eleição e da aceitação pública cada vez maior de figuras escatológicas, que expunham discursos extremos que há muito não se ouvia, ao menos na arena pública, e muito menos como forma de angariar votos e apoio. Ainda que pareça incompreensível para alguns, não é difícil entender a lógica por detrás dessa escalada da direita: a proposta de um governo completamente diferente do *establishment*, o relacionamento direto com os eleitores, o uso de estratégias midiáticas que se beneficiavam dos discursos inflamados e incendiários, campanhas que fugiam dos moldes originais de financiamento milionário, em suma, algo completamente novo. Esse projeto engenhoso acabou por ir ao encontro da soma das insatisfações populares como água para o sedento.

Na gênese dessa solução alternativa, estão os movimentos sociais que ocuparam as ruas. Em diversos locais do mundo e dentro de um lapso temporal mais ou menos próximo (desde 2010–2011), explodiram protestos nas ruas com configurações inéditas, discutindo desde o autoritarismo do governo até a falta de representatividade por parte de governantes, através de diversas pautas que refletiam os problemas de seu país. Apesar das diferenças, há um certo consenso sobre essa sensação de questionamento e mudança de paradigma de modelos políticos clássicos que tiveram suas deficiências expostas e exploradas por meio de crises sociais, políticas ou econômicas (ou todas elas juntas). As ruas tanto representam o cerne de um

movimento puramente popular de participação e contestação quanto uma forma de estar presente no jogo político sem fazer parte dele, o que faz todo o sentido num contexto de questionamento da legitimidade e da representatividade. Por outro lado, as formas de atuação desses movimentos tiveram diversas especificidades que fugiam às formas clássicas de mobilização, dentre elas a presença massiva de jovens (na maior parte das vezes constituindo, inclusive, a maioria dos participantes) e o uso da internet como instrumento central de mobilização e discussão. A presença da juventude e a atuação via redes sociais pode indicar, entre outras coisas, uma mudança geracional cuja origem pode estar repousada sobre a ausência de identificação com partidos tradicionais e com as suas práticas oligopolistas, o que os leva a buscar outros modos de representação e mesmo de participação política.

Dessa forma, as manifestações acabaram por gerar (direta ou indiretamente) soluções alternativas, por meio da contestação do poder político tradicional. Nesses momentos de crise institucional, surgiram figuras tanto à direita populista, como é o caso dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália e no Leste Europeu, por exemplo, quanto à esquerda, como é o caso do já citado *Podemos*, que surgiu diretamente da experiência do 15-M na Espanha, mas ambos com defesas de propostas que implicavam a oposição do que se praticava até então.

3.2 A crise no Brasil

Se, de modo geral, nos países capitalistas do norte do Ocidente, a crise teve origem econômica, ao menos em princípio, o Brasil vivia momentos de crescimento e ascensão a ponto de a crise econômica mundial ter sido apelidada de “marolinha” pelo então presidente Lula, em referência aos seus efeitos no país. O PT se mantém no poder através da eleição de Dilma Rousseff, ex-ministra da Casa Civil do então presidente. Dilma assume em 2011, ano que marcaria o segundo vértice da crise econômica mundial; além disso, seria a presidenta a estar no comando do país quando as manifestações de junho de 2013 (dentre outros protestos) eclodiriam.

Segundo a tese de Singer (2018), já em seu primeiro mandato, a fim de lidar com a segunda fase da crise financeira mundial e impulsionar o reformismo iniciado por Lula, Dilma aposta em um pacote de medidas intervencionistas que deveriam garantir o crescimento da indústria sob a mediação do Estado e assegurar que o crescimento econômico acompanhasse o

desenvolvimento social. Ao pressionar a baixa dos *spreads* e, assim, provocar a concorrência entre bancos públicos e privados, conseguiu baixar a taxa de juros, além de promover a baixa da taxa Selic por meio de intervenções na caderneta de poupança. Outras medidas importantes foram tomadas: o estabelecimento de robusta linha de crédito por parte do BNDES, para investimento das empresas; estabelecimento de medidas, através do Plano Brasil Maior, em prol de uma política industrial de crescimento econômico que incluía projetos como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre bens de investimento, ampliação do MEI (Microempreendedor Individual) etc.; foram feitas diversas desonerações da folha de pagamento de inúmeros setores; investimento pesado em infraestrutura, através do estímulo à inversão em rodovias e ferrovias; estabelecimento de Medida Provisória com vistas a baratear a luz elétrica em 20%, o que acarretaria benefícios à indústria, que reduziria custos e ganharia competitividade em relação aos produtos importados; a implementação de política de desvalorização da moeda, para impulsionar as exportações e equilibrar a balança comercial; estabeleceram-se medidas para controlar a entrada de capital financeiro estrangeiro, a fim de controlar a valorização do real e proteger a competitividade do produto nacional, ao mesmo tempo que o protegia e impulsionava através de aumento da taxa de produtos importados (como veículos, por exemplo) e de regras que favoreciam a produção nacional.

O ensaio desenvolvimentista de Dilma tem seu “auge” em fevereiro de 2013, ao anunciar a baixa na conta de luz. No entanto, a partir de abril, a estrutura de baixa de juros e da taxa Selic, que é a principal coluna de sua política, é atingida por meio das medidas tomadas pelo BC (Banco Central) para baixar a inflação, que mostrava resistência, apostando na alta dos juros para tanto, o que geraria, em longo prazo, a baixa do preço dos produtos, ao controlar o consumo por meio da alta dos preços. Somado a todas as críticas e pedidos por medidas mais liberais e pelo fim do intervencionismo excessivo por parte do mercado, estava o contraditório deslocamento da classe industrial – para quem Dilma direcionava medidas e políticas em prol de um desenvolvimento integrado entre indústria e trabalhadores – para longe do governo e para mais perto da classe rentista²⁵.

Segundo o autor, possíveis explicações para esse comportamento paradoxal seriam o receio do estadismo, tendo em vista as medidas intervencionistas do Estado, além da dupla condição de interesse produtivista e rentista, que acaba por comprometer e dividir seu empenho com a classe trabalhadora e com a diminuição do ganho financeiro. A criação de postos de

²⁵ Singer estabelece duas classes distintas: a classe dos produtivistas, integrada por empresários industriais associados à classe trabalhadora, e a classe rentista, constituída pelo capital financeiro e pela classe média tradicional.

emprego formal pelo governo fez com que os empresários perdessem um valioso instrumento de pressão: a ameaça do desemprego²⁶; neste período, há um significativo aumento de greves e a valorização da mão de obra através do salário junto a uma economia desaquecida, o que comprometia os lucros e tornava a flexibilização de direitos trabalhistas (pregada pela classe rentista) muito atraente – e a mudança do contexto internacional, através da competição Estados Unidos *versus* China, acaba por tornar tratados e acordos comerciais estratégicos e liberais uma necessidade, e, por consequência, tais acordos normalmente significam a flexibilização de direitos trabalhistas. Todo esse contexto aproximou os produtivistas dos rentistas, e seu comportamento aparentemente contraditório espelha a sua intenção de proteger os seus interesses em longo prazo da ascensão das classes populares.

Fato é que, em tese, ao perder o apoio da classe industrial, a qual, junto à classe rentista, passou a ensaiar medidas que visavam a flexibilização de direitos trabalhistas e da própria CLT, somado às críticas ao intervencionismo, o projeto desenvolvimentista de Dilma estava condenado, e até mesmo sua posição estava ameaçada.

[...] No mesmo passo em que conduzia a luta contra o núcleo do capital (as finanças), a presidente se indispôs com franjas potencialmente aliadas. Ao *core* rentista (interno e externo), insatisfeito desde a batalha do spread, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados; as empreiteiras, infelizes com a “modicidade tarifária”; as empresas do setor elétrico, insatisfeitas com a MP 579; os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário; os produtores de álcool, deprimidos pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção governamental de segurar o preço da gasolina; o agronegócio, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado; setores da indústria automotiva descontente com as dificuldades de importação de peças e veículos; empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos; empresas de celular, punidas por falta de investimento. (SINGER, 2018, p. 72-73)

A tese de Singer é, portanto, a de que o experimento desenvolvimentista de Dilma foi um esforço consciente de buscar desenvolvimento social e econômico via reindustrialização mediada pelo Estado, apostando em desonerações, juros baixos, mudança das regras das concessões e oferta de crédito realizada por bancos públicos, dentre outras medidas anticíclicas, em prol do aprofundamento e aceleração do lulismo e seu comprometimento com investimento social e crescimento econômico. O intervencionismo de Dilma teria assustado a classe produtivista, nela incluído o empresariado industrial, e, paralelamente, o BC promoveu a alta de juros. Tudo isso, somado à falta de mobilização popular em defesa do experimento, o teria

²⁶ Num contexto liberal, se a economia perde a confiança no governo, os empresários param de investir, e o emprego cai; dessa forma, o poder público é forçado a mudar de estratégia para que a taxa de emprego volte a subir, o que vai ao encontro dos interesses da classe empresarial.

levado ao fim em 2013. Segundo a análise de Celso Rocha de Barros, ao contrário, o experimento deu errado porque, para início de conversa, em 2012, ano em que, segundo Singer, o experimento chegava ao seu auge, o crescimento foi de 1% e, ainda, acompanhado de inflação. O experimento até poderia sobreviver, a alta das taxas poderia ser explicada como meio de combate à inflação, e esta medida poderia ser posta em segundo plano se o crescimento pudesse justificar tal atitude, mas esse não era o caso. Igualmente não é possível colocar a culpa na ausência de mobilização em prol do projeto, uma vez que é impossível pedir para que pobres e trabalhadores, que seriam os principais afetados no combate à inflação, defendessem um experimento que os prejudicaria e que, ainda por cima, não geraria um crescimento que justificasse essa retração em longo prazo. Segundo o autor, o projeto começou a ser desmontado em 2013 porque fracassou em 2012 e afetou drasticamente a saúde financeira do Estado e sua legitimidade. Foi esse fracasso que deu origem a uma virada estratégica em direção a medidas ortodoxas no segundo mandato.

Para o autor, as medidas de Dilma pareciam muito mais medidas anticrise do que propriamente um modelo de desenvolvimento. A crise de 2008 afetou o crescimento das *commodities*, que são uma das principais razões do crescimento brasileiro ascendente. O Brasil fornecia matéria-prima para a China, que possuía uma política econômica voltada para o exterior, e, por outro lado, recebia muito investimento estrangeiro. Com a crise de 2008, a China adotou uma política direcionada ao mercado interno que tornou seus índices de crescimento normais. Segundo Barros, a política anticíclica deveria ter sido desmontada depois de seu sucesso no período de 2008–2010, mas, ao contrário, foi mantida até o fim do primeiro mandato de Dilma.

Para além das teorizações sobre o porquê do fracasso do modelo desenvolvimentista, uma tese alternativa à de Singer e que Barros propõe é a de que o experimento desenvolvimentista foi uma tentativa de manter o compromisso lulista a qualquer preço, só que sem o quadro econômico internacional favorável que o beneficiara anteriormente. Em algum ponto, sacrifícios seriam necessários num contexto de crise econômica mundial; no entanto, numa escolha política, Dilma teria sido resistente em fazer os ajustes necessários, tendo em vista que a base social de sustentação e, conseqüentemente, os resultados eleitorais poderiam ser afetados.

Portanto, a ideia (que parece implícita na construção da “aliança produtivista” de Singer) de que teria sido possível formar um grande projeto social que só trouxesse prejuízo ao setor financeiro era quase que certamente errada. No contexto pós-crise de 2008, era provavelmente impossível fazer qualquer ajuste que não trouxesse

sacrifícios inclusive aos setores populares que formam o núcleo duro do projeto político da esquerda. Um novo período de expansão eventualmente viria, e talvez desse início a um ciclo bastante positivo, mas exigiria uma transição (fosse a ortodoxa, fosse a heterodoxa) que seria difícil. (BARROS, 2016, p. 10-11)

O autor argumenta também sobre as dificuldades de se fazer um ajuste necessário, tendo em vista os interesses políticos e a realidade dos fatos. Num quadro de crescimento econômico e progresso aparentemente contínuos, era difícil gerir as expectativas crescentes; junto a isso, somava-se o discurso da nova matriz econômica enquanto política duradoura, o que tornava qualquer mudança ou recuo uma admissão de que tudo dera errado, e as implicações eleitorais desses elementos é inegável.

A tese principal, portanto, é a de que a crise de 2008 foi o começo do fim das condições internacionais favoráveis que tornaram o compromisso lulista viável, mas que não foram acompanhadas das medidas necessárias para lidar com ela. Dessa forma, o governo não quis fazer os sacrifícios necessários e minar sua base de sustentação, caindo em uma armadilha tecnocrática que não acompanhava nem o contexto nem as novas políticas globais, retrocedendo para um nacional-desenvolvimentismo que não se sustentava. A questão não é a análise econômica propriamente dita, mas as repercussões dela²⁷. O fato é que o experimento fracassou, e, apesar de qualquer boa intenção que lhe possam imputar, esse resultado é fruto de diagnósticos míopes e erros de cálculo tanto políticos quanto econômicos, pois, apesar das tentativas tecnocráticas de Dilma, ambas as esferas estão indelevelmente ligadas – como diria Nobre: “não há programa econômico que se sustente sem uma base política e social de apoio correspondente” (2016, p. 142).

Em consonância com o quadro apresentado, é notória a preocupação, desde o governo Lula, com a erradicação da miséria e a proposição de políticas sociais que tinham como alvo, principalmente, as classes trabalhadoras e pobres, e cujo resultado foi a mobilização de classes de forma a retirar milhões de pessoas da linha da extrema pobreza e modificar, de certa maneira, a estrutura das classes, ainda que sua influência tenha sido feita sob o manto de um reformismo fraco. O bolo, que incluía a baixa classe média²⁸, recebeu uma porcentagem considerável de pessoas que ascendiam economicamente e que se identificavam com valores de classe média,

²⁷ Para além (e apesar) do diagnóstico econômico favorável que Singer imputou ao governo Dilma em seu primeiro mandato, seu esforço crítico e analítico quanto ao período deve ser reconhecido.

²⁸ Singer opta por usar como referência à estrutura de classes as medidas realizadas pelo economista Waldir Quadros, que incluem: “Alta Classe Média”, que toma como referência profissionais de nível superior, microempresários, dirigentes etc.; “Média Classe Média”, que inclui técnicos de nível médio, supervisores, professores do nível médio etc.; “Baixa Classe Média”, que inclui auxiliares de escritório, professores de nível fundamental, balconistas, auxiliares de enfermagem etc.; a “Massa Trabalhadora” se inclui entre a “Baixa Classe Média” e os “Miseráveis”, e é aquela que recebe o valor real do salário mínimo em 2004 (250 reais).

diante do próprio discurso que o governo criava, do convívio social em trabalhos cuja relação e convivência com empregadores da classe média influenciava sua própria percepção de pertencimento, além da falta de mentalidade coletiva de classe. Com base no quadro abaixo²⁹, é possível notar que, a partir de 2013, a classe trabalhadora³⁰ percebe que seu crescimento contínuo está sendo afetado, e a parcela de miseráveis volta a subir. Singer toma emprestada a percepção de Tocqueville segundo a qual “a revolução ocorre quando, tendo sido colocadas em movimento, as massas querem seguir subindo” (2018, p. 102). Em outro extremo, a inflação acumulada no ano de 2012 e o fantasma da crise mundial pairavam sobre o ambiente e afetavam principalmente serviços afeitos à classe média tradicional³¹.

Tabela 5 – Mudança de estratificação familiar entre 2002 e 2005

| | MUDANÇA DE ESTRATIFICAÇÃO FAMILIAR ENTRE 2002 E 2015 | | | | | |
|--------------------|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2002 ⁽¹⁾ | 2011 ⁽²⁾ | 2012 ⁽²⁾ | 2013 ⁽²⁾ | 2014 ⁽²⁾ | 2015 ⁽²⁾ |
| Alta classe média | 7,0% | 7,9% | 8,9% | 8,5% | 9,1% | 8,5% |
| Média classe média | 11,0% | 14,0% | 15,6% | 14,3% | 14,8% | 14,4% |
| Baixa classe média | 29,2% | 42,0% | 43,0% | 44,3% | 46,2% | 44,4% |
| Massa trabalhadora | 28,6% | 27,7% | 25,1% | 24,8% | 23,2% | 25,2% |
| Miseráveis | 24,1% | 8,3% | 7,4% | 8,1% | 6,6% | 7,5% |

O ambiente que antecedia as manifestações de junho de 2013 era composto de uma esquerda que não se identificava com os valores, posturas e propostas da esquerda tradicional – portanto, do governo; a inflação causada pelo salário pago acima da produtividade reforçava a crítica ao excessivo intervencionismo do Estado e à solução que passava por cortes de mão de obra. Apesar de a esfera material não ter sido causa imediata dos protestos, há uma interrupção no crescimento das classes mais baixas (miseráveis e classe trabalhadora) que, até então, tinha experimentado um progresso contínuo, ao mesmo tempo que a baixa classe média absorvia cada vez mais os valores da classe média tradicional; a inflação mostrava seus primeiros sinais, e o desemprego subia de 3,4% para 6% entre março e junho; além disso, o mundo ainda enfrentava as consequências da crise financeira mundial. Tudo isso, somado à

²⁹ **O Lulismo em Crise:** um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 82.

³⁰ Nessas análises, é possível notar uma dupla migração: da classe miserável para a classe trabalhadora e aqueles que estavam na classe trabalhadora migraram para a baixa classe média, tendo sido estas duas, portanto, as principais beneficiadas.

³¹ Singer (2018) trata de um interessante fenômeno envolvendo as manicures em 2013, exemplificando alguns dos serviços utilizados tipicamente pela classe média tradicional e que foram atingidos pela alta de preços, como escola particular e restaurantes.

cobertura excessiva dos casos de corrupção relacionados ao mensalão, resulta num ambiente político e econômico que propicia a indignação popular como um todo.

O ambiente internacional favorável, as políticas de benefícios sociais e o incremento do salário-mínimo tornaram possível uma transformação de classes no Brasil, culminando com o crescimento do que o governo chamou de “nova classe média”, chamada também de “classe C”³². Apesar do inegável progresso experimentado pelo país, os esforços para diminuir a desigualdade social acabam mascarando o fato de que, em termos absolutos, o Brasil é um dos países com as piores taxas de desigualdade no mundo. A categorização de classes com base somente em renda pode (e deve) ser questionada, pois, apesar da concessão de acesso a bens e consumo, isso não significa necessariamente uma melhora na qualidade de vida. Essa nova “classe média” ainda padece de serviços de qualidade e continua a utilizar sistemas de transporte, saúde e educação deficientes.

Neste cenário, junto a um ambiente político que sofria críticas pelos casos de corrupção e pelo distanciamento entre o governo e a população, há uma mudança visível no perfil e na atuação de movimentos sociais. Enquanto houve um esforço das mobilizações nos anos 1980 e 1990 pelo reconhecimento de direitos, dos próprios sujeitos e da participação, os anos 2000 marcaram uma tensão entre governo e movimentos, como dito acima, marcando também o surgimento de coletivos à margem do governo que se destacavam pela sua não institucionalização e pelo seu perfil autonomista. Esses coletivos são constituídos tanto por pessoas pertencentes aos novos movimentos sociais (LGBTQIA+, feministas, ambientalistas etc.) quanto por aqueles que lutam contra a violência nas ruas e as desigualdades cotidianas, além de movimentos religiosos conservadores e movimentos antiglobalização, só para citar alguns.

Incitados pelo MPL e sua crítica velada ao capitalismo e suas deformidades, através dos protestos contra o aumento do transporte público, os protestos de junho de 2013 englobavam uma heterogeneidade de pautas e de pessoas, como já foi dito no primeiro capítulo. No entanto, sob essa pluralidade, escondiam-se num campo mais geral a crítica e o distanciamento das instituições políticas pelos mais diversos motivos: corrupção, afastamento do projeto de esquerda imaginado, desigualdade persistente, aliança das elites políticas e do capital etc. Se,

³² Discurso um tanto questionável, pois, como podemos ver no livro de Singer, o que o governo trata como nova classe média é um tanto falacioso. Apesar das intenções de demonstrar uma notável ascensão econômica e social das classes mais baixas, o governo, na verdade, acaba por fazer com que essas classes absorvam esse discurso e se identifiquem com os valores da classe média sem, no entanto, fazer realmente parte dela. A tese de que o PT retirou milhões da miséria e aumentou o poder de consumo faz muito mais sentido do que um salto de classes da pobreza diretamente à classe média.

na primeira fase do movimento, a esquerda extrapetista predominou, com sua crítica às deficiências de serviços de qualidade, à desigualdade e a um governo que não os representava, numa segunda fase, é notória a predominância cada vez maior de pautas morais, como a corrupção enquanto problema central e típico dos governos petistas, tomando tons cada vez mais conservadores e culminando com o afastamento do MPL das convocações e das ruas.

Essa fase marca o início do comportamento errático de Dilma, que tentou agradar as distintas faces presentes nos protestos através de medidas como o corte de 10 bilhões no orçamento de 2013, o qual visava responder às acusações do mercado financeiro de leniência com a inflação (em fevereiro de 2014, faria novo aperto no orçamento, dessa vez de 44 bilhões); em agosto de 2013, endureceu a legislação contra corrupção, promulgando a lei nº 12.850, que definiu organização criminosa, regulamentou a delação premiada e foi importante instrumento para a Operação Lava Jato; lançou o programa Mais Médicos, que se destinava a trazer médicos cubanos dispostos a trabalhar em lugares remotos do território brasileiro (e que teve grande apelo junto à população pobre); pediu apoio ao projeto que destinava 100% dos *royalties* do petróleo e 50% dos recursos do pré-sal à educação – a proposta foi aceita pelo Congresso e promulgada naquele ano, mas houve contingenciamento do investimento público, impedindo sua execução, da mesma forma que os investimentos no transporte seriam sustados pela austeridade que se seguiu a junho. Diante do problema da representação, suscitou o debate quanto a lançar um plebiscito popular para criar uma constituinte exclusiva e proceder com a reforma política, mas essa proposta foi ignorada pelo Congresso e não gerou resposta por parte da sociedade, caindo no esquecimento.

Apesar de todos os problemas, Dilma se reelege através da radicalização do discurso à esquerda, mas é preciso lembrar que a presidenta criou um campo de guerra contra o PMDB que acabaria explodindo no segundo mandato. O presidencialismo de coalizão foi pensado inicialmente para acomodar a multiplicidade ideológica e partidária, a partir de uma tensão saudável e produtiva entre o programa do governo do candidato vencedor e o Congresso, compondo uma discussão que permitiria a garantia dos interesses sociais diversos (NOBRE, 2016). O que ocorreu, no entanto, foi a formação de megabloco de coalizões liderados pelo partido vencedor das eleições presidenciais, de um lado, e uma oposição diminuta, de outro, sob a liderança do que Nobre chamou de um grande “sindicato” que se alternava entre PT e PSDB. O PMDB tem um papel tão forte nessa articulação, que Nobre chega a chamar o presidencialismo de coalizão de “peemedebismo”, um modo de governar que evita conflitos em prol da manutenção do apoio das classes políticas, a fim de sustentar interesses próprios.

Um arranjo como esse parece permitir que o partido líder que venceu a eleição presidencial aplique seu programa, seu projeto de concretização da Constituição de 1988. O que de fato acontece é o contrário. Uma base “inchada” de apoio ao governo coloca entraves e obstáculos à concretização do programa apresentado pelo partido vencedor da eleição. Para conseguir introduzir as transformações propostas em seu programa, mesmo aquelas de ordem marginal, o líder da coalizão está obrigado quase que permanentemente a contornar vetos de importância dentro de sua própria base de apoio, vetos que não consegue simplesmente afastar para impor sua posição. O partido líder perdedor da eleição presidencial pode apenas torcer para que o governo vá mal, abrindo espaço para que o poder federal lhe caia no colo. Perde-se assim, igualmente, um dos importantes papéis desempenhados por uma oposição relevante, que é o de obrigar a coalizão de governo a encontrar a aglutinação e a coesão necessárias ao enfrentamento político efetivo. Em um modelo em que a base no Congresso chega a porcentagens que superam os 70% de apoio, a oposição efetiva migra para dentro da própria coalizão de governo, torna-se “oposição interna”, impedindo que se alcance coesão e dificultando crescentemente, portanto, o que se costuma chamar de articulação política. (NOBRE, 2016, p. 30-31)

Segundo o autor, Dilma tentou reconfigurar o modelo econômico através de mudanças radicais e de aceleração do lulismo. Por outro lado, também tentou enfraquecer o PMDB, iniciando uma estratégia de fomento da criação de novos partidos e de migração interpartidária, tentando alterar a balança de força no Congresso em desfavor do partido. Junto a Lula, tentaram o mesmo por meio das eleições municipais de 2012, através do combate direto com o PMDB onde o PT era mais forte, ou em composições onde não era. A estratégia obteve relativo sucesso, mas também indicou ao partido que havia algo de errado. O estratagema foi mantido nas eleições estaduais, nas quais o PT lançou candidaturas nos maiores colégios eleitorais em competição direta com o PMDB, exceto em Minas Gerais. Dessa vez, no entanto, a artimanha falhou, e o PT só obteve vitória sem o apoio do partido na Bahia. O fracasso da política econômica de Dilma, a tentativa fracassada de enfraquecer o PMDB, as jornadas de junho e o estelionato eleitoral de Dilma nas eleições de 2014, sua incapacidade de proteger suas bases do escrutínio da Lava Jato, criaram o ambiente ideal para sua queda. Dilma tentou fazer reformas econômicas importantes e ao mesmo tempo combater um modelo de compra de apoio tradicional da política brasileira, sem, no entanto, garantir apoio político e social e lutando contra o PMDB no seu próprio jogo.

O PMDB e o PSDB uniram suas insatisfações contra Dilma, aquele para garantir as condições do peemedebismo, e este, tendo como centro, basicamente, o longo período longe da presidência. A união entre os dois partidos – ainda que as posições não sejam homogêneas no caso do PSDB, uma vez que José Serra, Aécio Neves e Geraldo Alckmin pareciam ter planos distintos em relação à oposição ao governo – constituiu a principal base de um plano para retirar a presidenta e o PT do poder. Os partidos, juntos, articulavam o ambiente que daria azo ao

impeachment que foi ecoado pelas ruas em 2015, estimulado pela ampla cobertura dos casos da Operação Lava Jato.

Se politicamente Dilma se afasta da base aliada e do Congresso, economicamente se aproxima de medidas neoliberais ortodoxas, através de ajustes rígidos para combater a recessão. As retrações da economia, somadas às medidas de austeridade, geravam um quadro de crise que foi marcado por queda acentuada do PIB e aumento do desemprego, e o resultado é que tais medidas afastaram a fração pobre da população que a elegeu. Numa segunda virada errática, Dilma envia proposta de orçamento deficitário para o ano seguinte (2016), buscando fugir de cortes, ao mesmo tempo que inicia campanha para a imposição da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), criando reações dos setores conservadores. Neste período, a Standard & Poor's³³ rebaixa a nota do Brasil, comprometendo seu grau de investimento. Numa terceira virada, Dilma tenta uma medida intermediária na qual propõe um corte adicional de 30 bilhões de reais no orçamento, afetando políticas sociais como o Minha Casa Minha Vida, mas insistindo na proposição da CPMF, que colocaria parte do esforço fiscal sobre a classe média. Nesta última tentativa errática, Dilma desagrade ambos os lados, aprofundando seu isolamento. Ao mesmo tempo, Eduardo Cunha e Michel Temer articulam o golpe para derrubar a presidenta: enquanto aquele se esforçava para isolar Dilma no Congresso, angariando apoio e pressionando o governo através de CPIs e da Lava Jato, este mobilizava forças junto a políticos, partidos e autoridades políticas, além de se aproximar do mercado no que hoje podemos enxergar como uma pré-candidatura ou promoção pessoal.

Apesar dos esforços de Lula para ajudar Dilma a se reaproximar das bases e do congresso através de uma renovação ministerial que distribuiu cargos de forma a reunir apoio, além de um acordo no qual Dilma e Cunha ajustavam uma paz temporária – em que Cunha paralisava a abertura do processo de *impeachment*, e Dilma fazia o mesmo com o processo contra o presidente da Câmara no Conselho de Ética –, a Lava Jato agia com cada vez mais agressividade contra o PT, e sua proximidade com a mídia gerava um sentimento cada vez mais forte na população de que o partido no governo reunia todas as piores características da velha política, e essa foi uma peça importante na construção do golpe.

Se parte do empresariado e dos políticos ainda estava indecisa sobre o *impeachment*, os protestos de 13 março de 2016 podem ter contribuído, em muito, para sanar as dúvidas. Se em 2015 o tom dos protestos era massivamente da classe média tradicional, em 2016 esse tom se

³³ Agência de classificação de risco que publica análises e pesquisas sobre bolsas de valores e títulos.

mantinha, mas se somava a ele uma parcela considerável das massas populares³⁴. Isso se deve aos juizes, procuradores e à força-tarefa da Polícia Federal, que propagavam a noção de que todos são iguais perante a lei e de que o endurecimento de leis e ações contra a corrupção (e a propagação da cultura do punitivismo) é uma arma contra a herança da impunidade no Brasil, angariando apoio entre a metade inferior da pirâmide social. A partir desse momento, o *impeachment* ganha força através da reunião da mídia, das ruas e de amplos setores do empresariado (que, se antes hesitava apoiar o golpe, agora não vê alternativas para a estabilização da economia) e dos partidos. Dilma tenta entregar a chefia da Casa Civil à Lula – seja por ter finalmente abandonado a articulação política para se defender do *impeachment*, seja, talvez, para impedir a eventual prisão do ex-presidente (que respondia a processos sobre corrupção passiva e lavagem de dinheiro) –, o que, no entanto, fracassa, em razão da interferência de Moro ao divulgar uma gravação de Lula e Dilma no mesmo dia em que o Planalto divulga a sua nomeação, que é suspensa através de ações no STF propostas por parte do PSDB e do PPS, sob a justificativa de que a posse visava impedir o cumprimento de ordem de prisão do juiz de primeira instância através do foro privilegiado. À posse frustrada, seguem os esforços de Lula e Dilma para angariar apoio, o que se mostrou infrutífero. Dilma sofre o *impeachment* e Temer assume a presidência.

3.3 Ódio ao PT ou ódio à democracia?

O pequeno resumo do quadro político-econômico de 2011 e de 2016 tem o propósito de demonstrar a conjuntura do país antes das manifestações, assim como a influência destas no desenvolvimento dos acontecimentos posteriores à sua ocorrência, bem como sua relação com uma crise política como gênese do déficit de legitimidade do governo. No plano universal, a crise econômica expôs as deficiências do Estado e as truculências do mercado e criou um mal-estar generalizado pelas instituições políticas e mercadológicas. O Brasil sempre foi marcado por profundas contradições e desigualdades, e a política sempre foi um ambiente que refletia essa realidade e a acentuava. A classe política sempre foi retratada por meio de caricaturas como as do coronel que representava a autoridade máxima e pela percepção profunda de que o

³⁴ Segundo o Datafolha, no dia 13 de março, em São Paulo, um terço do público tinha renda familiar mensal de até 5 salários-mínimos.

ambiente político era formado por uma corja de corruptos marcada por práticas clientelistas, conforme já foi amplamente explorado na literatura especializada, como é o caso do livro *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, um estudo histórico e quase biológico da herança ibérica de corrupção.

Desde a redemocratização³⁵, ou, mais especificamente, desde o realinhamento ideológico que conformou o PT como partido à esquerda e representante dos pobres, a sensação era de que o partido carregava as esperanças de uma alternativa à velha política, de atenção às classes desprivilegiadas sempre à margem de atenção e da participação efetiva nas tomadas de decisão. Com sua pauta progressista, era inevitável identificar o partido com as minorias, movimentos sociais, trabalhadores, universitários e, portanto, com uma agenda social em prol dos excluídos e marginalizados. Logo, essa identificação também colocou o partido como oposição a dois grandes partidos que, por sua vez, representam o capital e os interesses das classes mais abastadas, como é o caso do PMDB e do PSDB. Guardadas todas as reservas quanto ao reformismo fraco da era Lula e sua coalizão com o PMDB, há um claro embate entre interesses distintos que, se era velado e marcado por concessões nos primeiros anos do PT, foi exposto de forma clara na era Dilma.

Destaco aqui três discursos correntes que refletem o ódio ao PT e que servirão para esclarecer pontos centrais da crise. Sublinho aqui que esta análise não tem o condão de defender um partido em detrimento do outro ou recair em polaridades, tendo em vista que o jogo de poder e da política brasileira conforma muitas complexidades para ser reduzido em termos de vilões ou heróis. Busco, na verdade, analisar os discursos e os interesses por detrás dessas polaridades aparentemente simples.

Singer cita um artigo que Luis Felipe Alencastro escreve para a Folha de São Paulo, em 2009, em que alertava, numa visão profética, entre outras coisas, para a possibilidade de, uma vez no poder, Temer propor a mudança de regime do presidencialismo para o parlamentarismo, lembrando que há alguns anos essa já havia sido uma proposta do mesmo e que, no início da articulação do *impeachment*, Serra reforçou essa possibilidade junto ao então vice-presidente.

A razão é simples: no Brasil, o presidencialismo permite, a cada quatro anos, que o campo popular faça maioria, levando ao Planalto agentes potencialmente adversos aos interesses dominantes, tanto os da burguesia quanto os do clientelismo, como Dilma evidenciara. O parlamentarismo acabaria com essa incerteza, submetendo o governo ao crivo constante do partido de classe média e do partido do interior da Câmara.

³⁵ Dagnino (2004) afirma que o embate entre um projeto democratizante e um projeto neoliberal tem lugar desde os anos 1980.

Some-se o parlamentarismo à “Ponte para o futuro” e se verá que Temer tinha um projeto completo. Sua meta não era apenas a de tapar um buraco ocasionado pela crise, como fez Itamar Franco em 1992 ou mesmo José Sarney em 1985, mas sim alterar a natureza do regime nascido da Constituição de 1988. Não era uma mudança de governo, era uma mudança de regime político e social que se planejava. (SINGER, 2018, p. 267)

O discurso acima reflete o primeiro ponto a clarificar o ódio ao PT: a promoção da igualdade e da participação. Rancière (2014) destaca que as elites políticas e econômicas tendem a se contrapor à democracia excessivamente democrática, na medida em que permite o governo de qualquer um e a promoção do debate público e da participação, confrontando diretamente seus interesses privados. O ódio à democracia, na obra de Rancière, acaba por representar o ódio à igualdade ou à ausência de títulos que permitem que qualquer um possa alcançar o poder – daí, muitas vezes, a deslegitimação por parte das elites daqueles que votam em partidos ou candidatos que representam setores populares, sob as justificativas mais perversas de que estes eleitores são “analfabetos”, “despreparados”, “burros”, “manipuláveis”, “massa de manobra”, a partir de uma visão preconceituosa de suas origens sociais.

Junho de 2013 representa justamente uma lógica de contestação a poderes estabelecidos do capital e da política, ao questionar serviços de baixa qualidade, um sistema que atropela e desrespeita constantemente direitos básicos em prol de uma racionalidade mercadológica, o afastamento do debate e da participação popular de temas centrais e o distanciamento do próprio sistema representativo da sociedade e dos seus interesses. Apesar das pautas coerentes e de um viés à esquerda da primeira fase das mobilizações, ao longo dos protestos, uma esfera conservadora dividiu lugar nas ruas e, aos poucos, foi se destacando através de uma agenda moralista, e seu discurso encontrou eco num sistema financeiro global em crise, cujo projeto neoliberal ganha cada vez mais força, e numa elite nacional que não suporta mais amargar o segundo plano e que deseja o desmonte do projeto social e intervencionista que marcou a era petista.

A crise de representatividade foi um fenômeno mundial que marcou a fala dos protestos, como foi dito anteriormente. A institucionalidade simbolizava o jogo de interesses que privilegiava o mercado e os poderes públicos à custa da sociedade, tendência reforçada pela exposição da relação entre ambos que implicou na salvação dos bancos pelo Estado e pelos inúmeros casos de corrupção revelados. Tatagiba (2018) identifica que junho de 2013 refletiu essa tendência global de contestação da representação política através do fenômeno político eleitoral do antipartidarismo, o qual, no Brasil, levou a críticas ao PT tanto à direita quanto à

esquerda, concentrando toda a rejeição à institucionalidade, e esse é o segundo ponto a ser destacado enquanto mobilização de ódio ao PT.³⁶

Os protestos de junho permitiram a publicização da indignação difusa que possibilitou que a direita, depois de muito tempo, também se manifestasse e, a partir de então, se tornasse cada vez mais atuante e organizada, se fortalecendo através do seu discurso anticorrupção, que marcou os protestos em 2015 e 2016 com a presença de atores bem diferentes daqueles presentes em 2013. Tatagiba articula um interessante estudo que demonstra a redução significativa de eleitores do PT nos anos dos escândalos do mensalão e da eleição em 2014, marcada pela polarização e pelos casos da Lava Jato que reforçam essa teoria, além de outros estudos que também demonstram que o perfil do antipetismo é conformado pelo eleitor branco, de maior escolaridade, proveniente dos estratos de maior renda, além de ser um fenômeno forte na região Sudeste, particularmente em São Paulo, perfil que coincide com as parcelas que participavam dos protestos *pró-impeachment*. O terceiro ponto trata, portanto, do ódio ao PT enquanto partido que é sinônimo da corrupção e que reúne todas as piores características da velha política. Neste sentido:

Como fenômeno sociopolítico, o que define o antipetismo não é apenas rejeição ao PT, mas o ódio ao PT, um sentimento com forte potencial mobilizador. Foi o ódio ao PT, performado nos confrontos públicos, que permitiu aos manifestantes, a maioria deles sem experiência prévia em protestos, construir-se como coletividades. Esse envolvimento afetivo com a causa conferiu contornos particulares ao protesto, com imagens de manifestantes mordendo ou queimando bandeiras do PT, ou levando cartazes com imagens dos ex-presidentes decapitados ou enforcados. A agressividade foi alimentada por um uso muito particular das redes sociais (Dias 2017, Gobbi 2016) e teve o poder de pervadir outras esferas da vida cotidiana, como as relações familiares e de amizade. Essa disposição cognitiva e emocional teve importantes implicações para o recrutamento e para as características da mobilização social, que assumiu a forma de uma cruzada moral, representada na luta do bem (o “nós”) contra o mal (“eles”). Se no plano eleitoral, o antipetismo pode apontar para o fortalecimento dos partidos de centro-direita dispostos a defender as regras do jogo democrático, no plano sociopolítico, o antipetismo tem natureza intrinsecamente antidemocrática (TATAGIBA, 2018, p. 124)

Os pontos acima elencados que tentam explicar o ódio ao PT representam tendências globais de embate entre interesse público e privado, as críticas à representação política e à corrupção, as quais foram sabiamente aproveitadas pela direita e pelas elites, que se beneficiaram tanto do isolamento e da fragilidade da presidenta (reforço, causada em grande parte por ela mesma) quanto da intervenção e politização da justiça – que aproximou as classes

³⁶ É preciso destacar que, além de ter sentido as reverberações do antipartidarismo global, o PT cometeu seus próprios erros de origem política e econômica. Um fator não exclui o outro, mas se reforçam mutuamente.

populares das elites conservadoras com o discurso punitivista –, da fácil articulação do discurso da corrupção, que flui bem em todas as classes sociais, da contestação da representação política tradicional em prol de algo novo. Tudo isso foi pensado e articulado de forma a proteger os interesses de um oligopólio que se esconde atrás de discursos morais, mas cujo objetivo é o desmantelamento de direitos e conquistas sociais em prol da manutenção do poder de uma elite política intimamente relacionada com o capital, que também deseja proteger seus interesses.

3.4 Presidencialismo de coalizão, corrupção e ascensão da direita. Onde o gigante foi parar?

Acerca da corrupção no Brasil, é preciso se debruçar ainda um pouco mais sobre o assunto, uma vez que se tornou um repertório forte dentro dos protestos dos movimentos de direita surgidos desde 2014, os quais foram a força motora para processos determinantes no país, como o *impeachment* de Dilma e a força progressiva de candidatos e partidos conservadores.

Avritzer (2016) destaca que o presidencialismo de coalizão é um dos males que nosso sistema gerou, ao optar pelo modelo proporcional, e que, apesar de ser necessário para a garantia da governabilidade, acaba por gerar problemas colaterais como a corrupção. Em resumo, o sistema poderia ser definido da seguinte forma:

Ao mesmo tempo, o sistema proporcional implantado no Brasil criou o assim chamado “presidencialismo de coalizão”, um fenômeno que pode ser descrito da seguinte forma: o presidente do Brasil se elege com uma quantidade muito maior de votos do que o seu partido recebe nas eleições para o Congresso Nacional, criando a necessidade de alianças políticas no Congresso (Abranches, 1988). Por sua vez, as negociações para a conquista de maiorias no Congresso Nacional fornecem ao presidente ampla capacidade de agenda no Congresso. (AVRITZER, 2016, p. 30)

Esse tipo de sistema tem relevância a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1994, cuja capacidade de aprovar propostas no Congresso não foi alterada, ainda que seu partido (PSDB) representasse minoria (13%), ou seja, há uma garantia de governabilidade e articulação política mesmo diante da representação desfavorável (FHC consegue aprovar 84% das suas propostas de lei). O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado pela articulação política com partidos menores em detrimento do PMDB, optando-se por manter certos loteamentos ministeriais clássicos do PT, como saúde, educação, desenvolvimento social, nas

mãos do próprio partido em vez de numa coalizão, garantindo a diminuição da desigualdade e o reconhecimento social. Com a eclosão do escândalo do mensalão, em 2005, a falta de articulação com o PMDB deixou a base parlamentar do PT vulnerável, o que acabou por gerar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que poderia dar fim a seu programa partidário e que só foi estabilizada com a chegada de Aldo Rabelo à presidência do Congresso.

Após a estabilização da crise do mensalão, o PT sinaliza para o PMDB sua intenção em formar uma coalizão que permitisse a este ser a sua principal base aliada, o que gerou, a partir do segundo mandato de Lula, a cessão de ministérios e a presença de nomes de peso do PMDB no governo, além da presidência das duas casas. Dessa forma, Lula enfrentou a crise em 2005, foi reeleito e garantiu a capacidade de aprovar leis no Congresso. No entanto, há uma clara disjunção entre a capacidade de aprovar propostas e a legitimidade do partido perante a opinião pública. Avritzer destaca três elementos importantes da governabilidade: a produção de decisões, a implementação de políticas e a garantia da legitimidade. Dessa forma, o presidencialismo de coalizão garantiria a primeira, mas não necessariamente as outras duas. Neste sentido, durante o primeiro governo Lula, optou-se por manter certas pastas ministeriais nas mãos do PT por uma questão estratégica, já que as mesmas representavam um ponto central para a identidade do partido, mas essa decisão acabou por gerar fragilidades que foram expostas no caso do mensalão. No entanto, ceder lugar ao PMDB por conta de articulação política, ainda que de forma muito mais reduzida que o governo anterior no primeiro mandato, mas de maneira definitiva no segundo, com certeza afetou a legitimidade do partido e a integridade da sua identidade, além de provocar desvios como a corrupção, a qual ocorre quando o partido cede importantes cargos para a base aliada, que, por sua vez, garante contratos a grandes empreiteiras do país em troca de financiamento de campanha, o que dará origem tanto ao caixa dois como a apropriações privadas. Essas questões vieram à tona em junho de 2013, com o questionamento da manutenção dessas práticas que refletem uma política decadente, a qual representa a pior face de uma cultura conhecidamente clientelista e autoritária.

Dilma Rousseff foi eleita presidenta em 2010 e herdou as principais práticas do presidencialismo de coalizão, como a ocupação de ministérios por membros do PMDB, as alianças com o partido no congresso e a coroação da aliança com a indicação de Michel Temer, uma das lideranças do partido, para a Vice-Presidência. Com essa herança, também vieram problemas: já em seu primeiro mandato, Dilma enfrentou problemas com casos sucessivos de corrupção, uma guinada da base conservadora – que levou a consecutivas derrotas em projetos importantes como o Código Florestal – e a eclosão das manifestações em 2013. Diante dos

inúmeros casos de corrupção e a consequente demissão de diversos ministros, há uma clara disjunção entre governabilidade como produção de decisões políticas e governabilidade como estabilidade e legitimidade política.

O modelo do presidencialismo de coalizão promoveu a guinada de uma parcela conservadora da base parlamentar que impedia mudanças estruturais importantes e progressistas em assuntos como meio ambiente e participação, o que acaba por dar seguimento à manutenção do *status quo*. Além disso, o modelo de financiamento privado sustentado por grandes empresas acaba por gerar corrupção generalizada, e ambos os elementos afetaram a imagem, a identidade e a legitimidade do PT no governo. A crítica à institucionalidade ocorrida em junho de 2013 pode indicar o fim da tolerância às práticas tradicionais de articulação política, enquanto o próprio sistema indica o limite de sua capacidade de gerar uma governabilidade plena, a partir do momento em que há uma ruptura entre capacidade de promover decisões, estabilidade e legitimidade política, de forma que os aspectos negativos superam os positivos, gerando crise e inconsistência no sistema político e, por fim, na própria democracia, com o questionamento constante da capacidade de representação das instituições políticas.

O sistema político passou por poucas alterações no que tange à sua organização eleitoral, reproduzindo elementos instituídos ainda no governo autoritário de 1964, que havia implantado “a mudança na proporcionalidade das representações estaduais, o aumento do número de membros do Congresso Nacional e a implantação de critérios políticos na divisão de recursos do orçamento da União” (AVRITZER, 2016, p. 84). Juntando isso, o sistema proporcional e o presidencialismo de coalizão, o resultado é uma grande desconfiança em relação ao Poder Legislativo.

Diversos fatores contribuíram para a mudança da percepção da corrupção na cultura brasileira. Avritzer cita desde a criação do TCU (Tribunal de Contas da União) e da CGU (Controladoria Geral da União) ao reaparelhamento da Polícia Federal (PF). O combate à corrupção e o relativo sucesso obtido por esses órgãos, junto ao aumento da divulgação dos casos, fizeram crescer a percepção da gravidade do cometimento desse crime. Junto à mudança de valores da sociedade e ao combate às práticas de corrupção por instituições especializadas, é interessante notar o tratamento do assunto pela mídia, que explorou exaustivamente os casos da operação Lava Jato e, por vezes, o fez seletivamente, como foi demonstrado por pesquisas feitas por Avritzer³⁷ que apontam para uma cobertura excessiva de casos relacionados ao PT

³⁷ Ver AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 94-95.

enquanto se silenciava sobre as ocorrências com o PSDB no período do primeiro e do segundo turnos do ano de 2014. Há uma percepção geral de que o PT é o centro desses escândalos e de que, portanto, é o partido que simboliza a corrupção.

Para além das teorias que possam tentar explicar a natureza e a origem da corrupção no Brasil, fato é que ela existe e há uma nítida mudança na forma como as pessoas lidam com os casos, como já foi dito, através da conformação de uma cultura de combate por meio do reaparelhamento das instituições responsáveis pela investigação e punição de tais crimes e de ajustes na legislação, como é o caso da lei de acesso à informação, que permitem a transparência e o acesso à informação junto a órgãos públicos. A questão é que a corrupção foi o mote utilizado pela direita para retornar ao conflito público, dominá-lo e reforçar a polarização entre direita e esquerda, através de uma oposição com origens quase emocionais, criando no imaginário coletivo uma noção dual de bem contra o mal, na qual a esquerda representa o vilão a ser combatido em prol de um bem que surgirá para extirpar toda a velha política. O problema, portanto, é a percepção reducionista do debate e a radicalização do discurso que toma tons cada vez mais dramáticos quando a opinião ou o argumento escolhidos são adotados simplesmente por serem o oposto daquilo que o “inimigo” acredita e defende, implicando extremismos perigosos e silenciamento de debates atuais e relevantes.

Além do problema da ascensão do radicalismo e da polarização, apesar da legitimidade e da importância do combate à corrupção na construção de uma democracia mais forte, enquanto as instituições políticas vão perdendo sua legitimidade e apoio, o judiciário ascende como o último bastião democrático e vem paulatinamente interferindo na política com respaldo popular, no melhor estilo “os fins justificam os meios”, implicando na inconstitucional liberação de áudios originados de grampos de investigações em curso, manipulação de decisões no STF com consequências políticas claras, entre outras aberrações jurídicas validadas pela população através da crescente popularidade e legitimidade do judiciário em comparação com os outros poderes. Para além de todos os problemas que isso cria diante da divisão dos poderes, é cada vez mais claro o posicionamento de certos juízes, influenciados por crenças pessoais ou mesmo por um posicionamento político que acaba por apontar para vieses conservadores e para o apoio à ascensão de partidos ou candidatos ideologicamente afins, o que culmina no que foi visto, por exemplo, no caso italiano da operação *Mani pulite*, em que juízes responsáveis pelos casos emblemáticos de malversação do dinheiro público construíram carreira política respaldados por sua atuação moralmente positiva contra a corrupção em seu país.

O problema não é a luta contra a corrupção, mas as forças que atuam através (e sob a justificativa) do seu combate, bem como as consequências nefastas que daí advêm. Podemos dizer que as direitas encontraram lugar através da indignação coletiva demonstrada em junho de 2013, mas é reducionista dizer que a direita cooptou os protestos ou que deles só restou a sua ascensão, como já procurei refutar no capítulo 2. Acredito, outrossim, que esse movimento soube ler o espírito de junho e se aproximar de um movimento que tinha como centro a crítica à institucionalidade, a qual acabou por se concentrar contra um governo de esquerda, esquerda essa que também sofria fortes crises na sua ideologia e atuação, gerando movimentos que se identificavam com seus ideais, mas não com os do PT, implicando num momento de fragilidade e reavaliação. Junto à mudança de cultura política, somava-se a ampla cobertura do caso mensalão, e, depois da Lava Jato, a direita encontra seu nicho e respaldo para ganhar espaço e força.

Inicialmente, construí a questão universal e particular das bases de contestação da legitimidade debatida no globo através da crítica à união entre capital e Estado e sua tensão intrínseca, que, ao fim e ao cabo, promovem distorções que atingem, sobretudo, a sociedade e o cidadão comum. Sem implicar determinismos, tentei analisar a conjuntura político-econômica para especular os interesses conflitantes que poderiam estar atuando no Brasil através das instituições políticas e econômicas, de forma a utilizar as ruas e o ódio recente ao PT e à esquerda para retomarem o poder. Para além do fato de Dilma ter sofrido um golpe ou não, de estar certa ou errada, fato é que há uma campanha em construção para a deslegitimação da esquerda, na qual o PT foi incluído, em prol de um novo alinhamento para o qual, acredito, o mote da corrupção teve grande papel como instrumento ideológico.

Ao organizar argumentos que tentam demonstrar o ódio ao PT, busco corroborar minha tese de que, através da defesa da faxina política, que é moralmente indiscutível, parte do potencial difuso das ruas foi conquistada pelas direitas por meio do discurso punitivista e geral de combate à corrupção, o qual encontrou sua identidade no afastamento, no plano geral, das instituições políticas, e numa rejeição ao PT, no particular. Esse direcionamento das ruas e a ascensão da direita, bem como do discurso conservador, vão ao encontro dos interesses de outras forças que se aproveitam da crítica à esquerda, em geral, e ao PT, em particular, para trazer à tona outro quadro político e econômico, através da legitimação das ruas de um governo que represente “o novo”, completamente oposto ao governo no poder até então. Neste raciocínio, Pablo Ortellado, Esther Solano e Márcio Moretto trazem dados interessantes que corroboram essa interpretação. Através de questionários, aplicados tanto em manifestações

tidas como de esquerda e como de direita³⁸, sobre temas morais atuais como aborto, porte de armas, o lugar da mulher, o preconceito contra LGBT, entre outros, os autores perceberam que, no que se refere aos manifestantes tidos como conservadores, os posicionamentos não eram homogêneos³⁹, diferentemente dos posicionamentos dos manifestantes progressistas, cujas respostas oscilaram entre 70% e 90% de discordância ou de concordância, demonstrando um alto padrão de coesão nas respostas⁴⁰. No entanto, o dado que mais impressiona é que o ponto de convergência dos manifestantes “conservadores” é quanto às pautas punitivistas e antipetistas, que se tornaram fator de identidade comum e de coesão⁴¹.

A partir dessa pesquisa e da premissa do presente trabalho, é possível perceber que a indignação contra o governo é difusa e se enquadra por meio de uma miríade das mais distintas exigências e reivindicações concentradas na contestação da legitimidade do poder público e na ausência de representação. A falta de homogeneidade e de coesão entre os posicionamentos e da identidade ideológica adotada apontam para uma dimensão de pessoas que pode ter sido atraída pelo discurso punitivista e anticorrupção cuja identidade comum se concentra no combate ao PT. Poderíamos especular se, dentro do que é chamado de “direita” hoje, as questões relativas às matérias envolvendo temas morais⁴², corrupção e defesa de políticas neoliberais estariam longe de gerar consenso, indicando fissuras no quadro ideológico desse campo e, dessa

³⁸ Os questionários foram aplicados nos dias 25 e 31 de março de 2017, respectivamente nos dias de manifestação em apoio à Lava Jato, em tese à direita, e contra a Reforma da Previdência, portanto, à esquerda.

³⁹ Os manifestantes do dia 25 de março, que se consideram conservadores (47,3% muito conservadores, 34,4% pouco conservadores, 31,4% de direita e 17,4% de centro-direita) apresentam uma unidade de respostas baixa, que se constrói em base ao discurso punitivo (82,6% apoiam o aumento de pena para punir criminosos, 84,6% apoiam a redução da maioria penal), à rejeição aos programas sociais e de redistribuição de renda característicos das gestões petistas (82,2% pensam que o programa Bolsa Família estimula as pessoas a não trabalharem, 75,2% pensam que as cotas não são uma boa medida) e, fundamentalmente, ao antipetismo. Se tomarmos, porém, outras pautas referentes ao papel da religião, aos direitos da mulher ou aos direitos LGBT, a variabilidade entre as respostas é grande: 34,8% concordam com que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, 57,2%, que feminismo é machismo ao contrário, 51,4% afirmam que cantar uma mulher na rua é ofensivo, 58,6% pensam que dois homens podem se beijar na rua sem serem importunados e 48,6% concordam com que as escolas deveriam ensinar valores religiosos.

⁴⁰ Os manifestantes do dia 31 de março (68,8% se consideram nada conservadores e 83,0% se definem de esquerda) apresentam um perfil muito coeso, tendo muitos entrevistados respondido ao questionário exatamente da mesma maneira. 8,8% concordam com que a união de pessoas do mesmo sexo não constitui uma família, 12,2%, que feminismo é machismo ao contrário, 77,1% afirmam que cantar uma mulher na rua é ofensivo, 87,1% pensam que dois homens podem se beijar na rua sem serem importunados, e 17,9% concordam com que as escolas deveriam ensinar valores religiosos.

⁴¹ No grupo que se define como de direita e conservador, é possível identificar o discurso antipetista como grande fator de coesão e identidade: 84,8% se definiram como muito antipetistas.

⁴² Chamarei de pautas morais temas envolvendo o aborto, os direitos LGBT, o acesso à universidade, ensino religioso na escola, ausência de cunho ideológico no ensino, o papel da mulher, o racismo, o machismo e o feminismo, o papel da religião na política; ou seja, os temas que envolvem certo julgamento moral e o sopesamento de direitos distintos que, conseqüentemente, levam a debate e polarização, a depender das crenças e da ideologia.

forma, uma união que ocorreu mais por oposição e por falta de opção do que propriamente por uma decisão direcionada.

Por fim, a despeito da agenda de Estado mínimo e privatizações dos grupos que convocavam as manifestações, os manifestantes eram ainda fiéis às demandas de consolidação, ampliação e melhoria dos serviços públicos que tinham emergido em junho de 2013. Ao contrário do estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres, há um notável consenso entre os manifestantes a favor dos direitos sociais fundamentais. Como essa crença pode então estar combinada com uma liderança ultraliberal, com um sentimento antipetista e uma admiração pelo comentarismo neoconservador? Acreditamos que o paradoxo seja um legado do ciclo de protestos de junho de 2013. Na ausência de grupos progressistas desvinculados dos partidos políticos, para além do MPL, que fossem capazes de dar orientação e liderança para a indignação que foi despertada, os grupos liberais e conservadores se aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação. (ORTELLADO, 2016, p.177-178)

Esse argumento vai ao encontro do que disse anteriormente sobre a polarização e a adesão por oposição. Na crítica generalizada das instituições políticas, inclusos aí movimentos sociais organizados, ONGs, sindicatos e partidos, na ausência de possibilidades que não estivessem incorporadas nessas alternativas, e atraída pelo discurso do combate à corrupção (da qual, aqui defendo, o PT se tornou sinônimo), uma parcela dessas pessoas se associou a esse quadro, ainda que concordasse ou não com todas as outras pautas, e isso também se fez não só no interesse de grupos conservadores, mas também de grupos que possuem interesses mercadológicos fortes, que, inclusive, se contrapõem às exigências de defesa de direitos sociais e políticas públicas sustentadas em junho. Como o próprio Ortellado intuiu, a herança de junho é, dentre outras coisas, um paradoxo que permite contradições e riqueza de interpretações.

3.5 Conclusão

Este capítulo trata de entender o contexto global e a sensação e a especulação gerais de uma crise que acomete as democracias contemporâneas e que já foi expressa sob os mais diversos nomes e acerca de áreas distintas. Tentei, em coerência com o restante do trabalho, estabelecer uma linha de pensamento que vai do geral ao particular, tratando, por meio da literatura mais atual, o tema da crise numa perspectiva global (mas que acaba se restringido a uma análise mais detida do norte ocidental, em especial dos Estados Unidos e da Europa, ainda que seus efeitos sejam amplificados) e numa perspectiva particular, tendo o Brasil como foco.

Nestes termos, utilizei como paradigma a teoria de Wolfgang Streeck, que analisa a crise do capitalismo global tendo em vista a tensão inerente e insuperável do capitalismo e da democracia.

Essa crise ficou clara em 2008, quando o mercado imobiliário ruiu e foi resgatado pelo Estado à custa da população, ou seja, dos 99%, numa demonstração de que a separação entre Estado e capital é uma falácia e de que os interesses destes dois prevalecem em detrimento da sociedade. Num momento de crise econômica, portanto, são expostos outros problemas, criando crises em outros segmentos, como a política. A crise econômica gerou o questionamento do valor da representação do poder público e de sua legitimidade, assim como a gênese na qual a própria democracia repousa, e esse questionamento deu início a protestos que explodiram em diversos locais no globo sob o discurso geral de “não nos representam”. Essa lógica é condizente com a noção de crise de legitimidade de Habermas, que entende o capitalismo como instituição social alargada que inclui diversos subsistemas, e a crise de legitimidade surge quando há um problema na integração desses sistemas; portanto, as esferas econômica, social e política estão interligadas, e o capitalismo é muito mais do que um sistema financeiro.

Dessa maneira, trato aqui de uma crise da democracia cuja origem está assentada em diversas outras crises que foram expostas a partir de um colapso no capitalismo financeirizado e da incompatibilidade de valores entre este e a democracia: o capitalismo precisa da paz social, que é garantida pelo Estado, para que as condições de acumulação estejam garantidas, ao mesmo tempo que, para providenciar essa garantia, o Estado precisa de gozar de legitimidade; no entanto, a lógica de acumulação ilimitada do capitalismo acaba por entrar em choque com o próprio Estado que garante as bases de sustentação do seu sistema, conformando uma tensão que, irremediavelmente, tende à crise. A partir dessa concepção de crise, percebe-se uma tendência geral dos protestos e da indignação global que é o descompasso entre os interesses do capital e do poder público – os quais, como foi demonstrado, estão intimamente ligados – e os da sociedade, gerando a crise de legitimidade e de representação cujo discurso estava presente na grande maioria dos protestos, independentemente dos motivos que os geraram. Tanto o salvamento dos bancos e instituições financeiras especuladoras por parte do Estado quanto os crescentes casos de corrupção expuseram o déficit de representação e a defesa de interesses próprios.

No Brasil, há um certo consenso de que a crise teve gênese a partir das manifestações de junho de 2013. Os protestos refletiram a incapacidade de Dilma de lidar com a crise através da aposta na inauguração de um modelo desenvolvimentista que, em tese, se destinava a

aprofundar os ganhos sociais do lulismo por meio de uma reindustrialização mediada pelo Estado, que deveria unir crescimento econômico e desenvolvimento social. No entanto, sem a ajuda de um cenário internacional favorável e adotando medidas anticíclicas como efetivamente estruturais, Dilma investe bilhões num modelo econômico que gerou o crescimento pífio de 1% em 2012, num contexto de retração e inflação crescentes e dos primeiros efeitos desse desastre dentro de um contexto de crise financeira internacional. Para além dos mistérios que rondam a explosão das manifestações de junho de 2013 no Brasil, esses fatores não são suficientemente satisfatórios para dar conta do tamanho do fenômeno; no entanto, os casos de corrupção são amplamente cobertos pela mídia, ao mesmo tempo que a cultura de indolência quanto a essa prática é alterada em prol de um discurso intolerante. O presidencialismo de coalizão acaba por comprometer a articulação política e um debate verdadeiro entre governo e oposição, além de fomentar a corrupção através da venda de apoio parlamentar (que ficou evidente no mensalão) e de interesses políticos e financeiros envolvendo os políticos no geral, expondo um grande esquema entre empresas e políticos que afetou diretamente a confiança na representação legítima e nos interesses reais que movem esses sujeitos (como ficou claro na enorme Operação Lava Jato).

No meio desse caos, Dilma sofre outro revés. Durante seu primeiro mandato, a presidenta tentou equilibrar a balança de forças ao tentar diminuir a influência do PMDB, que exerce grande poder no esquema de coalizão, para não ter de arcar com o custo de manter o apoio do partido através da cessão de cargos políticos e, portanto, de influência. Nesse momento, o PMDB percebe o movimento e, somado a isso, o partido percebe que Dilma é incapaz de manter a blindagem contra o escrutínio da justiça, representada pela Lava Jato, unindo forças com outros partidos para derrubar a presidenta, voltar a ganhar influência e diminuir os efeitos das ações judiciais.

Para além da análise econômica dos erros de Dilma, fica evidente que os conflitos, que eram abafados por meio de um sistema complexo de troca de influências, foram expostos no embate claro que a presidente travou com o PMDB. No entanto, sem base social de sustentação, que se afastava cada vez mais, em razão das decisões econômicas erráticas de Dilma e do processo lento de afastamento ideológico dos movimentos sociais, além da falta de diálogo com os mesmos somada ao isolamento político e os interesses torpes que a rodeavam, Dilma sofre o *impeachment*. Voltando a 2013, é claro o questionamento do funcionamento da velha política; o esquema de coalizões, além de beneficiar interesses próprios dos políticos na escalada do poder, também garante que serão pagos pela troca de influência tanto pelo poder que deseja ver

suas propostas avançarem quanto pelos conglomerados empresariais que garantem que seus interesses na política sejam assegurados. Além disso, esse esquema impede que mudanças necessárias, como as pautas do meio ambiente e o Código Florestal, por exemplo, sejam realizadas, pois entram em conflito com interesses de mercado.

Ao questionar a velha política dentro do espectro geral de crise das instituições e da representação, uma consequência clara de junho de 2013 foi a crítica geral ao PT e seu colapso, a exemplo do que ocorreu no Psoe da Espanha. Defendo que isso é fruto do clima geral de antipartidarismo, o qual, obviamente, afeta o governo no poder, ainda mais quando suas fragilidades e incoerências são expostas em momento de crise. Além disso, a incapacidade do governo e da esquerda de entenderem no que se constituíam os protestos e em responderem às críticas demonstrou uma crise da própria esquerda e a necessidade de sua reformulação. Defendo também que o PT, uma vez no governo, mobilizou políticas que tiveram foco no desenvolvimento das classes mais pobres e que isso conflita com outros interesses de elites econômicas e políticas; é preciso ressaltar, todavia, que o governo petista não é exatamente um governo dos pobres, uma vez que articulou diversos interesses conflitantes – o que Singer chamou de “reformismo fraco” e ao qual subscrevo –, mas não se pode negar que foi o governo que efetivamente se preocupou em estabelecer políticas públicas e econômicas de fomento à erradicação da miséria e da pobreza e de acesso a direitos sociais. Por fim, argumento que o PT acabou por ser taxado como sinônimo de corrupção em razão da forte atuação da Lava Jato e da ampla cobertura da mídia, discurso esse apropriado pela direita no segundo momento das manifestações e que virou um mote clássico da direita no país, acentuando uma polarização que vai ser intensificada pela radicalização das eleições de 2014.

Ao mesmo tempo que afirmo que a esquerda e o governo não souberam ler os fenômenos de junho de 2013, defendo que a direita, por outro lado, o fez muito bem. O discurso patriota de defesa do país contra os corruptos é incontestável e foi utilizado justamente num momento de fragilidade e déficit de legitimidade das instituições políticas. Argumentei, amparada pela pesquisa realizada por Ortellado, Solano e Moretto, que a direita é muito menos homogênea do que se possa suspeitar e que muitos daqueles que se identificam como conservadores ou partidários da direita não se identificam com diversas de suas pautas, mas acabam sendo motivados pelo discurso punitivista e anticorrupção. Dessa forma, creio que, diante da indignação pública e difusa contra os poderes políticos e na falta de alternativas reais de representação, os grupos conservadores e liberais foram profícuos em concentrar essa indignação através do antipetismo e do combate à corrupção.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou tratar das manifestações de junho de 2013 enquanto um dos fenômenos mundiais de protesto dentre aqueles que vinham ocorrendo desde 2008, a partir da crise financeira que explodiu nos Estados Unidos no mesmo ano e das crises no mundo árabe a partir de 2010–2011, que buscavam derrubar governos autoritários em prol de um projeto verdadeiramente democrático de política. O tema, em suma, são as crises que surgiram desde então na forma de protestos e que, ao fim e ao cabo, de uma maneira ou de outra, tratam do tema da democracia.

Inicialmente, tentei demonstrar a gênese das manifestações no Brasil, bem como suas principais características. Em seguida, tratei de apresentar, num plano mais geral, algumas das principais mobilizações ocorridas no mundo naquele período. Por fim, tentei incluir o Brasil neste fenômeno, ao cruzar certos dados que demonstravam a semelhança entre os processos que ocorriam pelo mundo, ainda que suas motivações iniciais, seu quadro político-econômico e mesmo sua cultura fossem distintos; certos pontos atravessam essas diferenças para conformar um ativismo transnacional que é ao mesmo tempo local e global, ou seja, ao tratar de problemas cotidianos e específicos, acabam por se ligar aos protestos ocorridos em outros países, ao questionar a institucionalidade, a legitimidade dos poderes políticos e o significado de democracia diante desse processo.

Além disso, algo que ficou bem claro é que os protestos tratavam de algo mais profundo do que mudanças pontuais ou reformas, significavam uma modificação da cultura política, dos valores que regiam a sociedade, da própria gênese na qual a democracia repousava. As manifestações foram grandes experimentos sobre a potencialidade e a capacidade de mudança e de atuação alternativa através das relações entre as pessoas e as maneiras criativas de deliberação, participação e organização permitidas por sua capacidade de se estruturar e facilitada por instrumentos como a internet e as redes sociais, ainda que se deva destacar que estes são somente instrumentos a serem utilizados em prol de uma potencialidade que já existe.

Tentei, portanto, demonstrar que os efeitos das manifestações podem ser mais profundos e sutis e que é preciso entender os fenômenos sob novas chaves analíticas que nos desafiam a pensar estes atos e protestos como um processo cujos ganhos sociais são reais. Aponte que as novas tentativas de interpretação tentam pensar os atores e o processo para além de grandes narrativas cujos objetivos são bem determinados e cujo resultado é sempre emancipatório.

Dessa forma, os atos e os sujeitos são profundamente marcados por contradições e pluralidades que, muitas vezes, nos levam a reduzir os fenômenos a desorganizações sem sentido e sem propósito que não chegaram a lugar algum. No entanto, para além de seus efeitos político-institucionais, creio que uma mudança começou a ser construída nos protestos que marcou nossas sociedades profundamente. Muitos verão nessa transformação o início de crises nas quais ainda estamos envolvidos, a ascensão de governos conservadores e o retrocesso histórico de direitos e processos importantes, como é o caso da desarticulação paulatina da União Europeia, mas ainda é cedo para qualquer diagnóstico, e, em consonância com o que disse anteriormente, acredito em efeitos multifocais, em vez de em uma interpretação finalística, e foi isso o que tentei demonstrar através desta pesquisa.

A partir da hipótese inicial de que a gênese dos protestos era uma crise da democracia originada por um profundo distanciamento entre a sociedade e as instituições políticas e pelo questionamento da legitimidade desses representantes, busquei investigar as teorias que tratam do tema, bem como a origem dessa desconfiança. Utilizei, dessa forma, a teoria de Wolfgang Streeck, que trata da crise a partir de uma tensão irremediável entre democracia e capitalismo, na qual a instabilidade é inerente a essa relação. Sendo assim, Streeck acredita que o casamento forçado entre democracia e capitalismo no pós-guerra, através do modelo keynesiano, começou a ser desmontado a partir de meados dos anos 1970, numa crise que foi adiada desde então por meio de processos artificiais que buscavam dar continuidade à paz social e, assim, às condições de acumulação do capital (na medida em que o capital, para garantir tal acumulação, precisa da estabilidade social, que é garantida pelo Estado, o qual precisa promover desenvolvimento social, por sua vez, para garantir legitimidade). Isso ocorre porque a tensão inerente entre essas duas esferas se traduz na incoerência entre os interesses que, em tese, são distintos; sendo assim, a tendência de acumulação ilimitada do capitalismo necessariamente entrará em conflito com as garantias de desenvolvimento que o Estado precisa manter, e o próprio capitalismo acaba por comprometer o Estado e seus deveres para com a sociedade, como ficou claro no caso da crise de 2008, na qual o poder público socorreu instituições financeiras especuladoras ao mesmo tempo que impunha medidas de austeridade à população.

Dessa forma, a crise econômica desencadeou uma crise política, na medida em que expôs a relação interdependente de Estado e capital e os interesses privados que regem ambos os poderes. Sendo assim, a sociedade percebe como seus próprios interesses não são prioridade e, então, são desarticuladas as condições de garantia da legitimidade do Estado. Assim, adotei uma concepção alargada de capitalismo que, segundo Habermas, entende que o capital abrange

muito mais do que a vida econômica, sendo também constituído pelas esferas política e social. A crise, portanto, ocorre quando há um problema de integração entre esses sistemas, sendo completamente possível que a crise econômica afete as esferas política e sociocultural. A crise de representação e de legitimidade, portanto, foi um problema que afetou diversos locais no mundo, principalmente levando-se em conta a conexão do capitalismo global.

Ao contrário dos efeitos nefastos vividos pelo mundo no período da crise mundial, o Brasil vivia momentos de ascensão e progresso econômico e social graças ao *boom* das *commodities* no quadro internacional e do pacto social promovido pelo lulismo. No entanto, 2011 marcaria o segundo vértice dessa crise, junto à eleição de Dilma Rousseff, ex-ministra da casa civil de Lula, continuando, assim, o legado do PT. Dilma, porém, ainda que se esforce para prosseguir ideologicamente com o pacto lulista, toma direções políticas e econômicas distintas. Para além dos acertos e erros dessas decisões, fato é que os protestos de junho de 2013 ocorrem bem no fim do primeiro mandato, numa época em que a reeleição já era uma preocupação no horizonte; outro aspecto é o afastamento entre ela e o PMDB, que já começa a dar sinais de alerta. Dilma radicaliza o discurso para se reeleger, promovendo uma das eleições mais polarizadas já vistas, ao mesmo tempo que, quando se reelege, toma o caminho oposto, adotando políticas econômicas ortodoxas e soluções políticas erráticas, desagradando a todos, mas, principalmente, à sua base eleitoral de sustentação. Junto a tudo isso, os questionamentos da legitimidade do Estado desde junho e das investigações de corrupção da Lava Jato só aumentam as tensões acirradas pelo plano do PMDB, apoiado amplamente no Congresso, de impedir a presidenta, que já não consegue proteger o pacto peemedebista de arrefecer conflitos, manter as trocas de influência (e o presidencialismo de coalizão), bem como bloquear as investidas da Lava Jato. E o plano foi bem-sucedido.

A crise no Brasil foi política, e os questionamentos de legitimidade e de déficit de representação eram originados tanto da percepção de mercantilização da vida e dos direitos como pelos amplos casos de corrupção, expondo, assim, os interesses dos representantes que eram ditados pelos pactos com o mercado, com outros políticos, tudo a fim de garantir poder, dinheiro e influência. Essa rede se espalhava desde os esquemas de financiamento de campanha, beneficiamento de empresas em detrimento de obras e contratos que eram garantidos pelos políticos em troca de uma gorda recompensa, pagamento pelo apoio de congressistas em prol de determinado projeto que era bancado por quem estivesse no poder, ou seja, a lógica dos interesses privados da classe política e das elites do mercado estava sempre na frente do interesse público – fato esse que comprometeu profundamente as bases da legitimidade das

instituições políticas e que explodiu na indignação das ruas. Esse potencial foi sabiamente aproveitado por forças conservadoras que concentraram toda essa indignação difusa contra os poderes políticos na figura do PT e do antilulismo.

Tentei reunir certas hipóteses que explicassem esse sentimento generalizado, como o antipartidarismo que contaminou o quadro geral de protestos no mundo; o desagrado em relação ao projeto lulista de desenvolvimento social focado nas classes empobrecidas, e a identificação do partido enquanto sinônimo de corrupção. Tudo isso somado, junto à falta de alternativa de projeto político e de instituições de confiança, direcionou as forças das ruas para os grupos conservadores e seu discurso moral e punitivista que concentrava sua identidade na lógica do antipetismo.

Tentei demonstrar, ainda, como os grupos que se autodenominam conservadores ou de direita são pouco homogêneos em seu posicionamento ideológico, variando sua posição sobre temas centrais e espinhosos que, normalmente, são bem estabelecidos dentro de forças progressistas ou conservadoras. No entanto, esse não é o caso nas forças de direita apresentadas nas pesquisas que selecionei como exemplo. Isso me levou a especular se a força que concentra essa difusão é o antipetismo – este, sim, um consenso dentro dessas esferas, refletindo a crítica às instituições políticas e seus interesses escusos iniciada nos protestos de junho. Dessa forma, acredito que as forças conservadores e liberais souberam, melhor que ninguém, ler o espírito de junho e utilizá-lo a seu favor, promovendo, ainda que indiretamente, suas demandas e suas pautas, fortalecendo sua atuação e ascensão em prol de um novo projeto em oposição à velha política.

Dessa forma, busquei demonstrar que junho não deve ser limitado em seus efeitos práticos e imediatos, mas que necessita de análises que levem em questão sua lógica experimental e contraditória e todo o seu experimentalismo. O transbordamento societário traduziu tanto a limitação dos mecanismos institucionais de participação em conter os impulsos democráticos paulatinamente construídos pela sociedade brasileira quanto a desconfiança e o distanciamento em relação às instituições políticas. Na busca por canais alternativos e por novas propostas, parte significativa desse potencial foi atraída pelas forças conservadoras que pregavam um discurso pelo novo, em oposição a tudo que se praticava até então e a favor de um discurso anticorrupção que homogeneizava as identidades difusas, dirimindo as diferenças num ponto comum: o discurso antipetista.

Dessa forma, acredito na riqueza do processo transformativo iniciado em junho em prol de uma mudança que atingiu as formas de percepção da democracia, da participação e do papel

dos sujeitos no processo político, conformando uma alteração na cultura política. A indignação difusa das ruas ainda está à procura de alternativas para seus conflitos e seus impulsos, e creio que, assim como junho, a interpretação dessa crise deve levar em conta suas contradições e singularidades, bem como seus efeitos inesperados, antes de definir seus resultados. Ainda sob a luz de um processo em andamento e de um experimento mais rico do que a demanda por soluções imediatas possa desejar, as heranças contraditórias e paradoxais de junho vão levar tempo para serem entendidas. O esforço de se proceder a uma pesquisa sobre fatos que ainda estão ocorrendo tem a vantagem da emoção de acompanhá-los, mas o perigo constante de um equívoco completo. Em consonância com o trabalho apresentado, aceito seus riscos na esperança de que o processo reflexivo valha a tentativa.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. **Os impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

BARROS, Celso Rocha de. Sobre o “experimento desenvolvimentista” de Dilma Rousseff: Uma discussão com André Singer. **Revista Fevereiro**, n. 9, 2016.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Revista Insight e Inteligência**, Rio de Janeiro, 2013, p. 43-51.

_____; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, n. especial em português, out. 2015.

_____; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008, p. 457-475.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DAL SASSO, Guilherme; BERNARDO, Gabriel. Junho antes de junho: o ciclo de lutas de 2013 em Porto Alegre, onde tudo começou. **Rede Universidade Nômade**, 8 maio 2016. Disponível em <<http://uninomade.net/tenda/junho-antes-de-junho-o-ciclo-de-lutas-de-2013-em-porto-alegre-onde-tudo-comecou/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

DOMINGUES, José Maurício. From citizenship to social liberalism or beyond? Some theoretical and historical landmarks. **Citizenship Studies**, vol. 21, no. 2, 2017.

_____. Crise da república e possibilidades de futuro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(6), 2017, p. 1747-1758.

ESPIÑEIRA, Maria Victória; Teixeira, Helder. Democracia, movimentos sociais e nivelamento intelectual: considerações sobre a ampliação da participação política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008, p. 477-492.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Critical Historical Studies**, v. 2, n. 2, 2015, p.157-189.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à operação lava jato e contra a reforma da

previdência. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, ago. 2017, p. 35-45.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, 2014, p. 431-441.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16., n. 47, 2016, p. 125-146.

_____. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, jan.-abr. 2018, p. 117-133.

HABERMAS, J. **Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus**. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.

JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia Malta ; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio Moretto. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, São Paulo, n. 9, 2016.

MELO, Rúrion. Emancipação hoje e os desafios da democracia. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 23, 2013, p. 6-19.

_____. O “paradoxo” da democracia radical: crise, protestos e perda de legitimação. **Dois Pontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 13, n. 2, 2016, p. 71-82.

MENDES, Mariana S. Brazil’s Popular Awakening – June 2013: Accounting for the onset of a new cycle of contention. In: DELLA PORTA, Donatella. **Global Diffusion of Protest: Riding the Protest Wave in the Neoliberal Crisis**. Amsterdam, Netherlands: Amsterdam University Press, 2017, p. 59-84.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **RBCS**, São Paulo, vol. 33, n. 98, 2018, p. 1-23.

MULLER, Valéria. De abril a junho de 2013: quando a juventude de Porto Alegre inspirou o Brasil. **Esquerda Diário**, 22 jun. 2018. Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/De-abril-a-junho-de-2013-Quando-a-juventude-de-Porto-Alegre-inspirou-o-Brasil>>. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

NOBRE, Marcos. 1988 + 30. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, n. 2, jul. 2016, p. 135-149.

OTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno em 2015. **Perseu**, n. 11, ano 7, 2016, p. 170-180.

PACCELLI, Gustavo. **Ação coletiva, movimentos sociais e confronto político**: as manifestações de junho de 2013 à luz das teorias dos movimentos sociais. Dissertação (mestrado em ciências sociais) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, f. 86, 2018.

POGREBINSCHI, Thamy; VENTURA, Tiago. Mais participação, maior responsividade? As conferências nacionais de políticas públicas e a qualidade da democracia no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, n. 1, 2017, p. 7-43.

_____; TANSCHKEIT, Talita. Andando para trás: o que aconteceu com a participação social no Brasil?. **Open Democracy**. Disponível em <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/thamy-pogrebinschi-talita-tanscheit/andando-para-tr-s-o-que-aconteceu-com-particip>>. Acesso em 08 de dezembro de 2018.

RANCIERE, Jacques. **Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política e Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, n. 28, set.-dez. 2014.

SINGER, Andre. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, n. 97, nov. 2013.

_____. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O lulismo em crise**: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, vol. 13, n. 28, 2014.

_____. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, v. 17, 2018, p. 112-135.

TRINDADE, Aparecido Thiago. Os limites da democracia: a legitimidade do protesto no Brasil participativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 33, n. 97, 2018.